

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

ANA MARIA DE OLIVEIRA

LOUVADA SEJA A SAGRADA *BASILEÍA*:
UMA ANÁLISE DO GOVERNO DE JUSTINIANO, O GRANDE (527-565) A PARTIR
DOS PANEGÍRICOS DE PAULO SILENCIÁRIO E PROCÓPIO DE CESAREIA

CURITIBA

2020

ANA MARIA DE OLIVEIRA

LOUVADA SEJA A SAGRADA *BASILEIA*:
UMA ANÁLISE DO GOVERNO DE JUSTINIANO, O GRANDE (527-565) A PARTIR
DOS PANEGÍRICOS DE PAULO SILENCIÁRIO E PROCÓPIO DE CESAREIA

Dissertação apresentada ao curso de
Pós-Graduação em História, Setor de
Ciências Humanas da Universidade
Federal do Paraná, como requisito
parcial à obtenção do título de Mestre
em História.

Orientador: Prof. Dr. Renan Frighetto

CURITIBA

2020

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELO SISTEMA DE BIBLIOTECAS/UFPR –
BIBLIOTECA DE CIÊNCIAS HUMANAS COM OS DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Fernanda Emanoéla Nogueira – CRB 9/1607

Oliveira, Ana Maria de

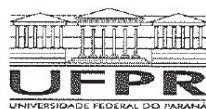
Louvada seja a sagrada *Basileia* : uma análise do governo de Justiniano, o Grande (527 - 565) a partir dos panegíricos de Paulo Silenciário e Procópio de Cesareia. / Ana Maria de Oliveira. – Curitiba, 2020.

Dissertação (Mestrado em História) – Setor de Ciências Humanas da
Universidade Federal do Paraná.

Orientador : Prof. Dr. Renan Frighetto

1. Império Bizantino – História – Justiniano I, 527 - 565. 2. Igreja Cristã Ortodoxa - História. 3. Antiguidades cristã. I. Frighetto, Renan, 1974 -.
II. Título.

CDD – 949.5013

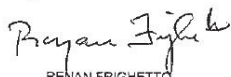


MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SETOR DE CIÊNCIAS HUMANAS
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO HISTÓRIA -
40001016009P0

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em HISTÓRIA da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **ANA MARIA DE OLIVEIRA**, intitulada: **LOUVADA SEJA A SAGRADA BASILEIA: UMA ANÁLISE DO GOVERNO DE JUSTINIANO, O GRANDE (527-565) A PARTIR DOS PANEGÍRICOS DE PAULO SILENCIÁRIO E PROCÓPIO DE CESAREIA.**, sob orientação do Prof. Dr. RENAN FRIGHETTO, após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua APROVAÇÃO no rito de defesa. A outorga do título de Mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

Curitiba, 11 de Março de 2020.


RENAN FRIGHETTO

Presidente da Banca Examinadora



RENATO VIANA BOY

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL)


OTÁVIO LUIZ VIEIRA PINTO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



À memória de Maria Geci Pereira,
que foi mestra na arte de ser avó.

AGRADECIMENTOS

Cresci ouvindo minha mãe, a Dona Rozane, me dizer: “o conhecimento é o seu bem mais precioso, porque é a única coisa que ninguém pode lhe tirar. Então o melhor que você faz é estudar!”. Jamais me passou pela cabeça questionar a sua inspiração para tal frase, pois eu passava tempo demais admirando seus esforços para que o “ter uma filha com estudos” se tornasse uma realidade. Acredito que nunca conseguirei agradecer o suficiente quem mais se empenhou pela minha jornada acadêmica, pois não só acreditou, como também investiu em mim por todos esses anos, mas aqui está uma singela tentativa, mãe. Obrigada!

Agradeço ainda ao meu pai, José, que construiu uma fortificação ao seu redor para aguentar os golpes duros da vida, contudo soube abrir uma brecha em seu coração para receber-me. Ao meu irmão, Altair, que mesmo depois de crescer e passar pelos percalços que a vida impõe, não perdeu a essência que, desde a infância, queria me ver sorrir. À minha família, que me acolheu e prestou tanto apoio em terras curitibanas, Lucineia Acosta Pereira Dias, Fernando Dias e a pequena Ester Pereira Dias.

Ao Dyel, dedicado companheiro e amigo de cada momento. Pelas valiosas indicações bibliográficas, pelo apoio com o grego e todo o auxílio com o software Διογένης utilizado na pesquisa, que foi tão essencial. Obrigada também pelas detalhadas revisões, com sugestões e apontamentos no texto. Suas contribuições foram primordiais ao estudo. Além do sublime aperfeiçoamento acadêmico que seus esforços trouxeram à pesquisa, agradeço ainda por todo o amor, suporte e carinho que tornaram aprazível o processo de escrita, sempre tão árduo.

Ao meu orientador e mestre, professor Renan Frighetto, que me recebeu tão alegremente no PPG e no NEMED, abrindo este espaço para estudos e reflexões que foram tão essenciais à pesquisa. À professora Fátima Regina Fernandes e à Maria Cristina Parzowski, que se tornaram inspiração para mim e exemplos de profissionais.

Ao sempiterno mestre, professor Renato Viana Boy, por prosseguir contribuindo com este estudo, aceitando fazer parte das bancas de qualificação e defesa. Mesmo após seis longos anos, suas leituras seguem sendo detalhadas e francas, obrigada! Além disso, sua confiança em meu trabalho continua sendo significativa para mim enquanto profissional.

Ao grande mestre e professor Otávio Luiz Vieira Pinto, não só por aceitar fazer parte das bancas e pelas leituras atentas, mas por acreditar nesse estudo. Suas contribuições

propiciaram inúmeros questionamentos, debates e, por conseguinte, melhoras à pesquisa. Obrigada!

Ao professor, sim, professor! Carlos Eduardo Zlatic. Por mais que esse queridíssimo mestre veja certo estranhamento no uso de tal título para nominá-lo durante as disciplinas, suas aulas além de proporcionarem inúmeros aprendizados à minha formação enquanto acadêmica, possibilitaram pensar diversos âmbitos dessa pesquisa. Então, obrigada por sua atuação enquanto professor, e por sua amizade.

À Helena, ao Alisson, ao Savius e ao Abner, pelas importantes discussões levantadas nas disciplinas e nos eventos, que tanto contribuíram para pensar este estudo, mas sobretudo pela amizade que tornou mais leve o percurso até aqui.

À Alloma e ao Leonardo, queridos amigos que, desde os tempos vividos em terras chapecoenses me auxiliam, tanto profissional como pessoalmente, por todo o apoio durante as primeiras vezes em que estive em Curitiba para o processo seletivo do mestrado.

À Gabriele, à Jéssica, à Maristela, à Adjane e ao Kauê, importantes amigos proporcionados pela graduação, pelo constante carinho, incentivo e diálogo, que há tempos colabora para esta pesquisa. Ver o crescimento profissional e pessoal de cada um após os duros primeiros anos de academia também é motivo diário de inspiração para mim. Além disso, saber que mesmo depois de todos estes anos o esforço de continuar em minha vida permanece, me conforta.

À CAPES, pelo financiamento da pesquisa, que me permitiu dedicação exclusiva ao processo científico de elaboração deste trabalho.

*“Eis aqui a aporia do ofício do historiador,
[...], tornar presente a própria ausência
daquilo que um dia foi vivido como
experiência, mas que inexoravelmente é
devorado pelo tempo.”*

Flávia Maria Schelee Eyler

RESUMO

A presente pesquisa colocou em discussão o governo de Justiniano (527-565), com o objetivo de compreendê-lo como uma βασιλεία [*basileía*] que se fundamentou sobretudo na religião cristã. Nossas inquietações sobre a temática originaram-se da leitura das duas fontes panegiristas do período que discorrem sobre o imperador, a Ἐκφρασις τοῦ ναοῦ τῆς Ἀγίας Σοφίας [*Ékphrasis toû naou tēs Hagías Sophías*] de Paulo Silenciário (?-580) e o compilado denominado Περί Κτισμάτων [*Perí Ktismátōn*] de Procópio de Cesareia (490-562). Estes documentos o intitulam βασιλεύς [*basileús*], não αὐτοκράτωρ [*autokrátōr*], outro termo, presente em protocolos oficiais da chancelaria composta pelo *corpus iuris civilis*, o qual consolidou na historiografia a visão mais aceita na área: de que o seu *modelo de governo* foi uma αὐτοκρατία [*autokratía*]. Além disso, forneceu as bases para as afirmações de que o *tipo de poder* desempenhado por Justiniano estava totalmente centralizado em sua figura. Assim, levantamos a hipótese no estudo de que os panegíricos encomendados para descrever e glorificar o templo conhecido como *Hagía Sophia*, Santa Sofia, ou, ainda, da Sagrada Sabedoria (Ἀγία Σοφία) acabaram louvando mais ainda o imperador, e possuíam maior liberdade discursiva para apontar como a administração era desempenhada na prática, ou seja, não desconsiderando o auxílio e a influência tanto divina quanto de outros membros do governo como um de seus aspectos fundamentais. Neste contexto, Santa Sofia servia como cenário ou o espaço material de demonstração do funcionamento deste modelo governamental. Para cumprirmos com os intentos que foram propostos dividiu-se o trabalho em três partes. No primeiro capítulo se buscou definir teoricamente o conceito de βασιλεία através de Aristóteles (384-322 a. C.), Platão (428-347 a. C.) e Isócrates (436-338 a. C.), assim como entender as suas alterações ao longo da Antiguidade Tardia através do neoplatonismo para, posteriormente, observá-lo especificamente no governo de Justiniano. Já no segundo capítulo se procurou conhecer de uma forma pormenorizada nossos autores que empregaram o conceito de βασιλεία nas fontes do período, bem como seus trabalhos e a relação que tiveram com o imperador, a qual lhes conferiu a possibilidade de optar pela utilização do termo. Deste modo, no último capítulo, se analisou as fontes do período que demonstraram o papel de Justiniano nesta prática política, e Santa Sofia enquanto parte importante do exercício governamental deste contexto. O estudo permitiu, então, aprofundar o olhar sobre a *natureza da forma de governo* de Justiniano e sobre o *tipo de poder* desempenhado pelo imperador, em que se apresentou um caminho mais viável de interpretação à historiografia, pois não desconsideramos o βασιλεύς o cerne do governo, mas reconhecemos que, sem as demais instâncias, Justiniano não teria governado por trinta e oito anos.

Palavras-chave: Justiniano, o Grande. *Basileús*. Santa Sofia. Bizâncio. *Basileía*. *Autokratía*. Antiguidade Tardia. Igreja Cristã Ortodoxa.

RESUMEN

La presente investigación puso en discusión el gobierno Justiniano (527-565), con el objetivo de comprenderlo como una βασιλεία [*basileía*] que se basó sobre todo en la religión cristiana. Nuestras preocupaciones sobre la temática se originaron de la lectura de las dos fuentes panegiristas del periodo que discurren sobre el imperador, la Ἐκφρασις τοῦ ναοῦ τῆς Ἀγίας Σοφίας [*Ékphrasis tou naou tēs Hagías Sophías*] de Paulo Silenciário (?-580) y el compilado denominado Περὶ Κτισμάτων [*Peri Ktismátōn*] de Procópio de Cesareia (490-562). Esos documentos lo intitulan βασιλεύς [*basileús*], no αὐτοκράτωρ [*autokrátōr*], otro termino, presente en protocolos oficiales de la cancillería compuesta por el *corpus iuris civilis*, lo cual consolidó en la historiografía la visión más acepta en el área: de que el su *modelo de gobierno* fue una αὐτοκρατία [*autokratía*]. Además, proporcionó las bases para las afirmaciones de que el *tipo de poder* desempeñado por Justiniano estaba totalmente centralizado en su figura. Así, planteamos la hipótesis en el estudio de que los panegíricos encargados para describir y glorificar el templo conocido como *Hagía Sophia*, Santa Sofia, o, aún, de la Santa Sabiduría (Ἀγία Σοφία) acabaron alabando aún más al imperador, y poseían mayor libertad discursiva para apuntar como la administración era realizada en la práctica, o sea, no descartando la ayuda y la influencia tanto divina cuanto de otros miembros del gobierno como uno de sus aspectos fundamentales. En ese contexto, Santa Sofia servía como escenario o el espacio material de demostración del funcionamiento de ese modelo gubernamental. Para que pudiéramos cumplir con los intentos propuestos se dividió el trabajo en tres partes. En el primer capítulo se buscó definir teóricamente el concepto de βασιλεία a través de Aristóteles (384-322 a. C.), Platão (428-347 a. C.) y Isócrates (436-338 a. C.), así como entender sus cambios a lo largo de la Antigüedad Tardía a través del neoplatonismo para, posteriormente, observarlo concretamente en el gobierno de Justiniano. Ya en el segundo capítulo se procuró conocer de una manera detallada nuestros autores que utilizaron el concepto de βασιλεία en las fuentes del período, así como los trabajos y la relación que tuvieron con el imperador, la cual les confirió la posibilidad de elegir por la utilización del término. De ese modo, en el último capítulo se analizó las fuentes del período que demostraron el papel de Justiniano en esa práctica política y Santa Sofia como parte importante del ejercicio gubernamental de ese contexto. De esa manera, el estudio permitió profundizar la mirada sobre la *naturaleza* de la *forma de gobierno* de Justiniano y sobre el *tipo de poder* desempeñado por el imperador, donde se presentó un camino más viable de interpretación la historiografía, pues no ignoramos o βασιλεύς el núcleo del gobierno, pero reconocemos que, sin las demás instancias, Justiniano no tendría gobernado por treinta y ocho años.

Palabras clave: Justiniano, el Grande. *Basileús*. Santa Sofia. Bizancio. *Basileía*. *Autokratía*. Antigüedad Tardía. Iglesia Cristiana Ortodoxa.

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ANÁLISES SOBRE REFERÊNCIAS AO MODELO ADMINISTRATIVO DE JUSTINIANO EM DAS CONSTRUÇÕES.....	33
TABELA 2: ANÁLISES SOBRE REFERÊNCIAS AO MODELO ADMINISTRATIVO DE JUSTINIANO NO CAPÍTULO I DO LIVRO I DAS CONSTRUÇÕES	38
TABELA 3: ANÁLISES SOBRE REFERÊNCIAS AO MODELO ADMINISTRATIVO DE JUSTINIANO NA DESCRIÇÃO DE SANTA SOFIA.....	38
TABELA 4: ANÁLISES SOBRE DENOMINAÇÕES A CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS EM DAS CONSTRUÇÕES	80
TABELA 5: ANÁLISES SOBRE DENOMINAÇÕES A SANTA SOFIA NO CAPÍTULO I DO LIVRO I DAS CONSTRUÇÕES.....	80
TABELA 6: ANÁLISES SOBRE DENOMINAÇÕES A SANTA SOFIA NA DESCRIÇÃO DE SANTA SOFIA	80
TABELA 7: ANÁLISES DE TITULAÇÕES EM DAS CONSTRUÇÕES	96
TABELA 8: ANÁLISES DE TITULAÇÕES NO CAPÍTULO I DO LIVRO I DAS CONSTRUÇÕES	96
TABELA 9: ANÁLISES DE TITULAÇÕES NA DESCRIÇÃO DE SANTA SOFIA ..	103

LISTA DE MAPAS

MAPA 1: MAPA AUTORAL SOBRE O GOVERNO DE JUSTINIANO (527-565).....	55
MAPA 2: MAPA AUTORAL SOBRE A CIDADE DE CONSTANTINOPLA.....	94

LISTA DE FOTOGRAFIAS

FIGURA 1: VISTA AÉREA DE SANTA SOFIA EM ISTAMBUL, TURQUIA.....	93
--	----

SUMÁRIO

NOTA SOBRE AS TRANSLITERAÇÕES DE TERMOS GREGOS	15
INTRODUÇÃO.....	16
CAPÍTULO 1: UMA ANÁLISE DA ΒΑΣΙΛΕΙΑ COMO TEORIA E PRÁTICA POLÍTICA.....	20
1.1 A ΒΑΣΙΛΕΙΑ DE ARISTÓTELES, PLATÃO E ISÓCRATES	22
1.2 A ΒΑΣΙΛΕΙΑ NA ROMA IMPERIAL	39
1.3 A ΒΑΣΙΛΕΙΑ NA ANTIGUIDADE TARDIA	44
1.4 PERCORRENDO OS CAMINHOS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA POLÍTICA DA ΒΑΣΙΛΕΙΑ CRISTÃ DE JUSTINIANO	48
CAPÍTULO 2: UM OLHAR SOBRE A CORTE DE PAULO SILENCIÁRIO, PROCÓPIO DE CESAREIA E O <i>CORPUS</i> DOCUMENTAL.....	59
2.1 PAULO SILENCIÁRIO: VIDA E OBRAS	64
2.2 PROCÓPIO DE CESAREIA: VIDA E OBRAS	68
2.3 OS CORTESÃOS PAULO SILENCIÁRIO E PROCÓPIO DE CESAREIA COMO POETA E HISTORIADOR QUE COMPÕE PANEGÍRICOS.....	72
CAPÍTULO 3: UMA APRECIÇÃO SOBRE O ΒΑΣΙΛΕΥΣ DA PROSA E DA POESIA – A FIGURA IMPERIAL NAS FONTES	79
3.1 O PAPEL DE Ἀγία Σοφία COMO O ESPAÇO MATERIAL DE PODER DE Ἰουστινιανός, ὁ ΒΑΣΙΛΕΥΣ.....	82
3.2 DE SÁBIOS LOUVORES AO IMPERADOR FIZERAM-SE OS PANEGÍRICOS À GRANDE IGREJA: O ΒΑΣΙΛΕΥΣ EM PAULO SILENCIÁRIO E EM PROCÓPIO DE CESAREIA	95
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	113
REFERÊNCIAS.....	116

NOTA SOBRE AS TRANSLITERAÇÕES DE TERMOS GREGOS

Para a forma transliterada acompanhando os termos gregos na primeira vez em que foram citados no corpo do texto, nosso estudo seguiu as normas da *Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos* estipuladas por Ana Lia do Amaral de Almeida Prado, em 2006, através da *Revista Clássica*. Segundo os critérios estabelecidos, as equivalências no alfabeto seguem seus correspondentes sonoros (exemplo *a* para *α*, *b* para *β* e assim sucessivamente). Há que se destacar, no entanto, àqueles caracteres que podem gerar dúvidas, a saber: *η* foi transliterado como *ē*, *ω* como *ō*, *ρ* inicial como *rh*, *θ* corresponde a *th*, *φ* a *ph*, *χ* a *kh*, e, por fim, *ψ* a *ps*. Assim, chamamos a atenção para a distinção feita de vogais longas e breves (*ε=e/η=ē*, bem como a diferenciação entre *ο=o/ω=ō*), e para os grupos com “*γγ*” “*γκ*” “*γχ*”, em que o *γ* corresponde a um /n/ velar, o transliteramos por *n*. Finalmente, quanto aos espíritos brando e rude, não levamos o primeiro em consideração, e transliteramos o segundo por *h*, assim como mantemos as regras tradicionais para acentuação.

INTRODUÇÃO

Dentre alguma das viagens pelo banco virtual de teses e dissertações da Universidade Federal do Paraná durante a realização de nossa pesquisa, deparamo-nos com o trabalho de Janira Feliciano Pohlmann, que, logo de início, chamava a atenção para uma das realidades do mundo moderno acadêmico. Ela dizia que “uma página em branco, na atualidade, com um cursor piscando”¹ são o convite contemporâneo para nos aventurarmos em uma empreitada acadêmica.

Tal reflexão, que desperta para o alinhamento do trabalho do historiador com a tecnologia no século XXI, coloca-nos a pensar ainda as alterações modernas na relação com a fonte, com os arquivos e com a própria historiografia, já que nos aproxima de uma série de textos em língua estrangeira. E foi diante deste cenário constituidor do tempo presente que iniciamos, em 2014, este trabalho. Tal qual Pohlmann, que deixou um sublime trabalho imbricando discussões históricas, biográficas e o encantamento com a sua pesquisa, contaremos um pouco de como chegamos em nosso objeto de análise: o governo de Justiniano, o Grande, entre os anos de 527 e 565, ainda que nossa caminhada seja bem menor quando comparada a da autora que nos inspira.

Assim, foi durante a criação de um acervo virtual complementar ao da biblioteca da Universidade Federal da Fronteira Sul, em um trabalho supervisionado pelo Prof. Dr. Renato Viana Boy, que travamos nosso primeiro contato durante a graduação com a estonteante arquitetura do templo de Santa Sofia, que inspirou os relatos de Procópio de Cesareia (490-562) sobre a sua reconstrução, escritos a pedido do imperador Justiniano. As narrativas, encontram-se presentes no primeiro capítulo do *Livro I* de um compilado de seis livros intitulados *Das Construções*².

Devido à trajetória que já possuía nosso primeiro mentor, Boy, por observar o teor político de outras narrativas procopianas³, durante a graduação iniciamos o estudo da obra, que é considerada um discurso de louvor, por esse viés, além do histórico. O relato é inexplorado por pesquisadores brasileiros nestes campos. Permanecemos, então, levantando discussões com esta fonte, devido à importância das contribuições às ciências

¹ POHLMANN, Janira Feliciano. *Uma identidade cristã-nicena*: Graciano e Valentiniano II sob a pena de Ambrósio, Bispo de Milão (374-392 d. C.). 243 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016, p. 14.

² ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων – On Buildings*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1954.

³ Em sua tese, Boy (2013) analisou a obra *História das Guerras*, também de autoria de Procópio de Cesareia.

históricas que ela nos possibilita. Quando findaram os trabalhos de nossa primeira etapa acadêmica e encontramos o auxílio do Prof. Dr. Renan Frighetto, ele chamou-nos a atenção para a busca de fontes contemporâneas a Procópio que também tratassem sobre o templo, as quais muito teriam a contribuir para análises pormenorizadas sobre o período de Justiniano. Foi desta forma que nos deparamos com o poema de Paulo Silenciário (?-580), intitulado *Descrição de Santa Sofia*⁴.

Por mais que não ousássemos fazer uma tradução direta do idioma original, devido não só a dificuldade com a língua, mas também pelo volume dos documentos⁵ e o curto espaço de tempo para realização de uma dissertação, sempre procuramos ler estas fontes nos atentando para os termos utilizados no grego, buscando esclarecer possíveis dúvidas. Em meio a esta atenção e curiosidade muito presente em todo o percurso da pesquisa, vinculadas ao olhar sob o cunho político presente em narrativas sobre um templo religioso, percebemos que havia divergências na forma de tratamento apontada pela historiografia, e o que encontrávamos nos textos gregos para referir-se à figura imperial, que desembocavam em uma explicação muito breve e desatenta sobre a própria natureza do governo.

Desta forma, nosso objetivo com o presente trabalho foi colocar em discussão o governo de Justiniano observando-o por um viés diferenciado, como uma βασιλεία [*basileia*] sagrada, ou seja, procurando enfatizar o auxílio que o βασιλεύς [*basileús*] possuía para administrar o governo, sobretudo divino. Para isso, tivemos por fonte dois panegíricos que são inexplorados em estudos brasileiros – como fica atestado pela dificuldade para encontrar traduções mesmo em outras línguas –, e que acabavam glorificando bem mais o governo que o próprio templo de Santa Sofia. No entanto, não se desconsiderou na pesquisa a importância de tal lugar para a estrutura política, o qual servia como o espaço material do *poder* de Justiniano, e que gera lembranças sobre o governante até os nossos dias.

Assim, no primeiro capítulo, buscamos definir teoricamente o conceito de βασιλεία, o observando também como uma prática política. Para isso, voltamos nosso olhar aos clássicos gregos que tratam de tais aspectos, com Aristóteles (384-322 a. C.), Platão (428-347 a. C.) e Isócrates (436-338 a. C.). Na sequência, observamos a forma

⁴ ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ. *Ἐκφρασις τοῦ ναοῦ τῆς Ἀγίας Σοφίας – Descriptio Sanctae Sophiae; Descriptio ambonis*. Germany: Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana, 2011. O poema possui ao todo 1029 linhas. Devido a sua complexidade e extensão, são analisadas na pesquisa apenas as 354 primeiras linhas e as 108 linhas do final.

⁵ O Capítulo I do Livro I de *Das Construções* que analisamos, na organização que o temos, feita pela *Loeb Classical Library*, possui 33 páginas. Já a *Descrição de Santa Sofia*, na organização feita apenas das linhas do poema analisadas por Peter N. Bell para a *Liverpool University Press*, possui 24 páginas.

com que as *teorias* e *práticas* administrativas gregas se vincularam às romanas, em um período tão específico como foi o caracterizado pela historiografia de Antiguidade Tardia. Nesse sentido, tentamos analisar a própria βασιλεία de Justiniano.

No segundo capítulo, seguimos definindo o conceito de βασιλεία, mas na busca por compreender quem foram os autores de nossas fontes, bem como quais as relações que eles possuíam com o βασιλεύς para que pudessem formular panegíricos a ele. Levantamos a hipótese que ambas as fontes eram narrativas encomendadas pelo imperador e que, portanto, revelam uma mensagem política importante sobre a forma com que a administração queria ser vista.

No último capítulo, por sua vez, analisamos a forma com que nossos autores trataram tanto o espaço material de poder de Justiniano, Santa Sofia, quanto a figura do próprio imperador. Entendemos que o βασιλεύς era o cérebro do governo entre os anos de 527 e 565, no entanto, sem os demais órgãos, não conseguia administrar de maneira efetiva.

Deste modo, o estudo permitiu fazer uma análise mais aprofundada sobre a *natureza da forma de governo* justiniana, pois a historiografia, apesar de apontar dois *modelos* ou *teorias* principais – *autocracia* e *teocracia* –, analisou-os de maneira extremamente breve. Em sua maioria, os estudos dedicam poucas páginas a discorrer sobre esta temática, já que debruçam-se sobre os anos de Justiniano juntamente com todos os outros imperadores da Nova Roma. Assim, discorrem desde Constantino, no século IV, até Constantino XI, no século XV⁶. Outra constante é o argumento visto em James Allan Stewart Evans, de que o governo de Justiniano foi uma *autocracia* porque os protocolos oficiais da chancelaria empregavam o título de αὐτοκράτωρ [*autokrátōr*], e que somente a partir de Heráclio I (610-641), se começa a utilizar o título de βασιλεύς nos registros⁷.

Neste sentido, procuramos ponderar sobre o conceito de βασιλεία e o oferecemos como alternativa de explicação, com base não só na historicidade do conceito, mas também na história da Nova Roma. Este é um termo que foi apresentado por fontes do período, contrariamente àqueles que a historiografia nos oferece⁸. Desta forma, analisamos a essência ou a *natureza* da forma de governo justiniana e apresentamos,

⁶ São exemplos desse modelo de historiografia Steven Runciman (1977) em *A civilização Bizantina* e Celso Taveira (2002) em *O modelo político da autocracia bizantina*.

⁷ EVANS, James Alan Stewart. *The Age of Justinian: The Circumstances of Imperial Power*. NY: Taylor & Francis e-Library, 2001, p. 58.

⁸ Como veremos no decorrer do primeiro capítulo, *autocracia* é uma criação historiográfica posterior, baseada no título de αὐτοκράτωρ, mas não existia este termo, de fato, no século VI. Quanto ao termo *teocracia*, não chega nem mesmo a ser encontrado em nossas fontes.

então, outro caminho de interpretação, que fosse mais aprofundado e viável que *autocracia* ou *teocracia*, a historiografia vigente.

CAPÍTULO 1: UMA ANÁLISE DA ΒΑΣΙΛΕΙΑ COMO TEORIA E PRÁTICA POLÍTICA

É expressiva a historiografia⁹ que buscou analisar o governo exercido por Justiniano, o Grande, entre os anos de 527 e 565¹⁰. Em meio aos estudos, alguns historiadores acabaram apontando *teorias* ou *modelos* políticos visando explicar a sua forma de administração governamental, dentre os quais se destacaram a *autocracia* e a *teocracia*.

Conforme observaremos, contudo, estas duas formas mais aceitas de explicar o governo foram abordadas de maneira breve e, então, pouco exequíveis de explanar como ocorreu a manutenção de seu *poder* ao longo de trinta e oito anos. Em meio às discussões, criou-se um diálogo sobre o *tipo de poder* político desempenhado pelo imperador, pois era a figura central enquanto líder administrativo de Constantinopla. Assim, no primeiro modelo ele foi visto como um αὐτοκράτωρ [*autokrátōr*] ou *autocrata*, e no segundo como Vice-Rei de Deus na terra.

Neste trabalho, pretendemos explorar os motivos que nos levaram a questionar estes *modelos* consolidados na historiografia e a observar o governo de Justiniano como uma βασιλεία [*basileía*] fundamentada sobretudo na religião cristã, bem como a olhar o seu *tipo de poder* político como de um βασιλεύς [*basileús*]. Trata-se de uma discussão historiográfica, na medida que os autores das fontes analisadas, Paulo Silenciário (?-580) e Procópio de Cesareia (490-562), não definiram os referidos termos em seus trabalhos, apesar de empregá-los. Levantamos a hipótese no decorrer da pesquisa que esta explicação não aconteceu por ser algo de conhecimento geral no período, pois Justiniano exigia ser denominado assim na prática, conforme apontou Celso Taveira¹¹.

Antes de adentrar nestas discussões é necessário, contudo, esclarecer a nossa compreensão dos termos que estão norteando este capítulo: *poder*, *teoria*, *prática* e *política*. A iniciar pela designação do que se entende por *tipo de poder* e *teoria política*, consideramos estes dois campos atrelados. Mario Stoppino em um estudo aprofundado

⁹ Ver RUNCIMAN, Steven. *A civilização Bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977; RUNCIMAN, Steven. *A teocracia Bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978; TAVEIRA, Celso. *O modelo político da autocracia bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2002; KALDELLYS, Anthony. *The Byzantine Republic: People and Power in New Rome*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015; MAMEDES, Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes. *Guerras Secretas: Conflitos e Negociações na Corte do Imperador Justiniano*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018, 306 p.

¹⁰ As datas aqui apresentadas sem sigla se referem ao período posterior a Cristo ao passo que as épocas anteriores estão indicadas por “a. C.”.

¹¹ TAVEIRA, 2002, p. 60.

do primeiro conceito, *poder*, esclarece que a definição mais genérica e ampla se refere ao domínio do homem sobre a natureza¹². Para o autor um segundo sentido, mais específico, atrela *poder* às relações humanas, como fez Renan Frighetto em sua análise dos períodos Antigo e Tardo Antigo¹³.

Segundo Frighetto os historiadores olham com fascínio para o termo devido a sua vertente multifacetada que o faz ser encontrado em qualquer âmbito, desde o militar até o religioso. No entanto, como o pesquisador aponta, observar todas estas esferas continua sendo algo muito abrangente. Por tal motivo ele o atrelou em suas pesquisas, assim como fazemos neste estudo, ao conceito de política¹⁴.

Compreendemos então que *poder* era, como expõe Stoppino, a “*capacidade do homem em determinar o comportamento do [outro] homem*”¹⁵. Em outras palavras, era *ter autoridade* sobre alguém ou *influência* para que acontecesse algo na esfera política. Há que se dizer então que por *política* entendemos o *sistema governamental na prática* ou nas suas *ações* e no *modelo*, na *teoria* ou no *conjunto de princípios* específicos da administração de Justiniano. Neste sentido, definimos *poder político* como a *capacidade de agir ou tomar decisões com autoridade ou influência administrativa sobre uma determinada política, seja em sua teoria ou em sua prática*. Ao vincular as influências no *poder* para tomada de decisões com a esfera *política* aprofundamos a própria compreensão do que era o segundo campo, ou seja: como ocorriam as relações dentro do governo observado?

Portanto, ao procurar articular o estudo do *poder* atrelando-o a uma análise *política* e da história dos *modelos* romanos e gregos que a administração de Justiniano herdou e, por conseguinte, seguiu, já que eram seus, fazemos o que Stoppino aponta como a melhor estratégia para o estudo do *poder*: nos munimos de um leque articulado de técnicas de pesquisa para averiguar os processos de decisões governamentais, e o que os condicionava. Assim, para além da análise de conceitos, fazemos ainda o estudo das relações político-sociais do século VI, seja através da crítica histórica à bibliografia ou às fontes¹⁶.

¹² STOPPINO, Mário. Poder. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 933.

¹³ FRIGHETTO, Renan. Algumas considerações sobre o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia. *Revista Stylos*. n. 13. Buenos Aires: Universidad Católica da Argentina, 2004, p. 37; FRIGHETTO, Renan. Política e Poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. *História Revista*, Goiânia, v. 11, n. 1. p. 161-177. jan.-jun./2006.

¹⁴ FRIGHETTO, 2004, p. 37.

¹⁵ STOPPINO, 1998, p. 933, grifo e intervenção nossa.

¹⁶ STOPPINO, 1998, p. 941-942. Para uma definição de *relação de poder* é possível consultar ainda GUZZINI, Stefano. Relational power. In: DOWDING, Keith. *Encyclopedia of power*. Los Angeles, California: SAGE Publications, 2011, p. 563-566.

Por fim, diante do exposto é importante destacar ainda que, nosso estudo se restringe, então, à observação de grupos sociais com personalidades políticas que usavam formas variadas de *poder* para atingir seus objetivos. Estes *tipos de poder* ocorriam através da posse de bens, da força, por deter informação ou conhecimento, por ter prestígio, legitimidade, popularidade ou amizade. Até mesmo analisamos os que possuíam ligações íntimas com pessoas de altas posições no governo e, a partir delas, desempenhavam suas habilidades pessoais de converter em *poder* os recursos que tinham à sua disposição¹⁷.

1.1 A ΒΑΣΙΛΕΙΑ DE ARISTÓTELES, PLATÃO E ISÓCRATES

Este item se atém sobre o conceito de βασιλεία em Aristóteles (384-322 a. C.), Platão (428-347 a. C.) e Isócrates (436-338 a. C.). Os três autores, além de analisarem a *natureza* das formas de governo na Grécia Clássica, ao versarem sobre qual era o melhor *modelo administrativo* e com o político ideal para a liderança, exerceram forte influência na Antiguidade Tardia, pois, sobretudo os dois primeiros, eram autoridades através do neoplatonismo.

Segundo Dominic J. O'Mera, neoplatonismo é um termo moderno utilizado para explicar a filosofia de Plotino (203-270) e a escola filosófica inspirada por ele no período tardio. Nas palavras do autor, as ideias prosperaram

em Atenas e em Alexandria até o século VI. Como seus imediatos predecessores (“meio” platônicos), Plotino procurou nos diálogos de Platão uma filosofia sistemática. Tirando vantagem das ideias Aristotélicas e Estoicas, ele alcançou conclusões de alguma originalidade e convicção¹⁸.

Conforme Ivan Vieira Neto, os debates iniciados no século III por Plotino foram fortemente influenciados pelos ensinamentos anteriores de Amônio Saccas, e tiveram continuidade através de Porfírio (233-304)¹⁹. Este pupilo e sucessor fez muito para difundir as leituras neoplatônicas, mas também para dificultar as relações com as lideranças cristãs que se aproximavam. Desde o seu início o neoplatonismo foi, então, marcado por uma religiosidade sincrética. No entanto, se por um lado os cristãos tentavam se aproximar dos neoplatônicos, por outro, os grandes nomes do neoplatonismo tardio

¹⁷ STOPPINO, 1998, p. 937.

¹⁸ O'MERA, Dominic J. Neoplatonism. In: KAZHDAN, Alexander P. (Org.). *Oxford Dictionary of Byzantium*. Vol II. New York: Oxford University Press, 1991, p. 1455, tradução nossa.

¹⁹ VIEIRANETO, Ivan. Filosofia, religião e misticismo na Antiguidade Tardia: Plotino, Porfírio e Jâmblico e as diferentes nuances do neoplatonismo. *Revista Archaia*. n. 5. jul. p. 129-135, 2010.

parecem ter agido como Porfírio, desejosos de distanciar-se para fazer frente aos avanços do cristianismo e, assim, unificar as culturas pagãs em uma só voz²⁰.

Há que se esclarecer, no entanto, que apesar dessa tentativa de distanciamento advinda de alguns neoplatônicos, a religião no período tardio definiu-se através da convivência das culturas cristãs e não cristãs, ou pagãs. Isso resultou na mescla de rituais e crenças destas tradições, portanto, de maneira sincrética. Os conflitos existentes nesta época são explicados politicamente ou através de disputa por *poder*, como veremos nos anos de Justiniano.

Assim como enfatizava-se anteriormente, ambas, religiões pagãs e cristãs, tinham como preocupação ainda as discussões filosóficas, pois se por um lado O'Mera discorre sobre um interesse cristão no neoplatonismo, por outro explica que os seguidores de Plotino avançaram nos estudos

de vários modos, integrando muito da lógica aristotélica, física e ética no currículo, elaborando e modificando a metafísica de Plotino e harmonizando isso com revelações dos Oráculos Caldeus (incluídos os ritos teurgicos), dos Egípcios, dos Órficos, dos Homéricos e de Hesíodo²¹.

James Allan Stewart Evans também enxergou nestes aspectos místicos o *leitmotiv* para associar a filosofia da Escola Neoplatônica de Atenas às discussões religiosas que ocorriam no período tardio. No entanto, segundo o autor, os primeiros tempos, de Plotino e Porfírio, não tinham um sistema definido de crença combinando a excitação intelectual da teologia cristã com o paganismo tardio, que, nas palavras de Evans, era apenas uma “bagunça de nostalgia e superstição”²². Para o autor, predominou na Escola neoplatônica sobretudo o viés pagão ou místico das religiões não cristãs e

na Atenas do quinto século se encontrou um credo. A Academia Neoplatônica desenvolveu uma teologia pagã e, no início do sexto século, sob a liderança de Damáscio [458-550] ela transformou-se no centro do pensamento pagão. Damáscio reuniu uma comunidade de distintos filósofos e Atenas transformou-se, para citar um acadêmico moderno, em uma ‘fábrica intelectual do paganismo tardio’. A cidade não tinha outra fama. Filosofia era a única mercadoria comercializável que Atenas produzia, um fato que deve ter francamente auxiliado os ânimos dos cristãos locais. Os filósofos eram também cidadãos exemplares e generosos em suas doações para o empreendimento citadino, pois os professores eram prósperos e a Academia tinha uma dotação. O paganismo não era uma ameaça ao Império cristão, por poder e influência estava firmemente em mãos cristãs, mas não foi assim que se percebeu a

²⁰ O'MERA, 1991, p. 1455 e VIEIRA NETO, 2010, p. 131.

²¹ O'MERA, 1991, p. 1455.

²² EVANS, 2001, p. 65-67.

situação. Com Justiniano, a legislação contra o paganismo revelou um novo zelo.²³

Conforme é possível observar no trecho supracitado, apesar de existir uma frente de intelectuais que prezavam pela predominância de aspectos pagãos na Academia até no ápice da filosofia pagã com Damáscio, Evans explica que havia uma boa convivência entre os filósofos neoplatônicos e os cristãos. Isso ocorre quando o autor explanava sobre o apoio comercial concedido pelos professores à Atenas. Há que se lembrar também através dos estudos de Vieira Neto que, após as discussões iniciadas no século III, o neoplatonismo sofreu uma bifurcação, em que alguns filósofos se adequaram às práticas mágicas, mas outros aproximaram-se do cristianismo²⁴.

Isso ocorreu porque mesmo os principais nomes do neoplatonismo da terceira centúria, Porfírio e Plotino, fazendo frente aos avanços do cristianismo, apontaram uma beatitude ascética e contemplativa como o caminho para elevação do espírito ao ler *Parmênides* de Platão. Nesse sentido, a busca por uma causa primeira, Una, enquanto geradora de tudo o que existe, a qual, desencadeava a contemplação sobre os mundos inteligível e sensível, puderam ser facilmente adequadas a uma doutrina soteriológica como a cristandade, através de um sincretismo entre paganismo e cristianismo²⁵.

Jâmblico (240-325) ainda é um exemplo de que, se um filósofo seguidor do platonismo procurava se opor ao cristianismo por discordar dele, precisava não só conhecer, mas vincular-se a esta doutrina para saber ao que resistir. Assim, segundo Vieira Neto, este neoplatônico acabou apontando um caminho do meio entre a doutrina dos seus predecessores e a cristã, ao unir-se a teurgia. Nesse sentido, suas discordâncias também o levaram a levantar discussões com Porfírio, as quais eram um sincretismo entre paganismo e cristianismo, como foi o caso da *Carta a Anebo*. Esta foi respondida em texto próprio, o *De mysteriis ægyptiorum*. Assim, o cristianismo pode ser trabalhado de maneira sincrética com religiões que eram consideradas pagãs à época, na medida que se encontra nas discussões do sistema filosófico neoplatônico²⁶.

E se por um lado o sincretismo fazia-se pelos neoplatonistas, os quais precisavam conhecer o cristianismo para discordar, por outro, o interesse cristão nos debates

²³ EVANS, 2001, p. 67.

²⁴ VIEIRANETO, 2010, p. 131. Sobre as relações entre paganismo e cristianismo é possível consultar ainda BARACAT JÚNIOR, José Carlos. *Plotino, Enéada III. 8 [30], Sobre a Natureza, a Contemplação, e o Uno. Introdução, tradução e comentário*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 20 00, 245 p.

²⁵ VIEIRA NETO, 2010, p. 130-131.

²⁶ VIEIRA NETO, 2010, p. 131-134; ZILLES, Urbano. Filosofia e teologia na Idade Média. *Teocomunicação*. Porto Alegre. v. 43. n. 1, p. 106-129. jan./jun. 2013.

neoplatônicos ocorreu desde o seu início, conforme enfatizava-se anteriormente. Em outro momento, o autor que mais parece distanciar essas duas religiões, Evans, faz uma correlação entre cristianismo e paganismo já ao discorrer sobre o período de Justiniano:

É uma bela coincidência que o ano de 529 marcou não só o final da Academia em Atenas mas também a fundação do mosteiro de São Bento em Monte Cassino. Mais significativo, no entanto, é o fato de que, nessa mesma época, um autor cristão anônimo que era um discípulo de Proclo [412-485] ou Damáscio produziu uma ficção literária sob o nome de Dionísio, o Areopagita, que foi convertido por São Paulo em Atenas, em 51 d. C.. É um ensaio surpreendente, que apresenta o neoplatonismo tardio na camuflagem cristã, e que teria uma influência imensa em ambos, na igreja oriental e ocidental. Os ensinamentos da Academia não morreram com o seu fechamento.²⁷

O sincretismo citado acima, contudo, vêm desde a época do cristão contraterrâneo de Procópio de Cesareia, o historiador Eusébio de Cesareia (265-339), época que Evans citava não haver um sistema de crença combinando essas religiões. Não se fazia necessária, no entanto, outra doutrina, pois a mescla já ocorria dentro das próprias religiões ao longo de toda Antiguidade Tardia. Conforme é possível observar na obra *História Eclesiástica*, no *Capítulo XIX do Livro VI*, o cristão Eusébio estava muito preocupado em defender Orígenes (184-253), quem desde sua época foi perseguido por enfatizar o livre pensar e o diálogo com a filosofia grega.

Esta forma de agir de Orígenes foi destacada, segundo Eusébio, por ele próprio no trecho seguinte:

Seja dito tudo isso a fim de comprovar a hipocrisia deste mentiroso [Eusébio falando sobre as acusações de Porfírio a Orígenes em *Contra os Cristãos*]. Ainda, quanto às disciplinas helênicas, fica demonstrado o grande saber de Orígenes, reprovado por alguns; ele defende seu zelo na carta onde relata o seguinte: ‘Ao me dedicar à Palavra e espalhar-se a fama de minha forma de agir, procuravam-me os heréticos, ou os eruditos nas disciplinas helênicas, e especialmente os filósofos. Aprouve-me examinar as asserções dos hereges e as promessas dos filósofos de exporem a verdade’.²⁸

Na narrativa de Eusébio, então, Orígenes aparece como um de seus sábios contemporâneos, versado nos ensinamentos gregos, mas que também “conservou-se fiel à doutrina de Cristo recebida dos antepassados”²⁹. Por tal motivo, demonstrava-se injusto desprezarem-no, ora acusando-o “como cristão”, ora procurando “depreciar sua aplicação às disciplinas filosóficas”³⁰. Em outras palavras, podemos inferir que Eusébio, enquanto

²⁷ EVANS, 2001, p. 71, intervenção entre colchetes nossa.

²⁸ EUSÉBIO DE CESAREIA. *Livro VI. XIX, 12-13*, intervenção entre colchetes nossa.

²⁹ EUSÉBIO DE CESAREIA, *Livro VI. XIX, 10*.

³⁰ EUSÉBIO DE CESAREIA, *Livro VI. XIX, 03*.

um cristão, procurou condenar a atitude de menosprezarem Orígenes, outro adepto da cristandade, por causa da sua sabedoria, que incluía os ensinamentos filosóficos gregos, os quais configuraram, na atualidade, quem eram os neoplatônicos.

Observar o paganismo advindo da filosofia neoplatônica como vinculado de maneira sincrética ao cristianismo, permite-nos levantar a hipótese de que, a religiosidade no século VI era uma mescla de culturas. Assim, foi a união do governo e da ἐκκλησία [ekklēsia]³¹ cristã oriental, que resultou em uma acentuada intervenção sobre os ritos pagãos. Em outras palavras, eram decisões políticas sobre as religiões não cristãs, onde o objetivo mantinha-se, no entanto, sobre as *relações de poder*, pois concentravam-se em deteras formas de pensamento que estavam, em alguma medida, questionando o governo.

Segundo Evans, logo nos primeiros anos em que Justiniano chegou ao poder encarregou-se de lançar um aglomerado de estatutos: os pagãos foram proibidos de exercer funções em serviços palatinos; se seus pais heterodoxos falecessem apenas quem exercesse fé ortodoxa tinha direito à herança, e nem mesmo os soldados estavam isentos das medidas. Além disso, havia pena de morte aos cristãos que se convertessem ao paganismo, que falhassem em impedi-lo, ou aos pagãos que fossem pegos secretamente fazendo sacrifícios aos deuses; também quem não fosse batizado deveria ser rapidamente ou perderia seus direitos de propriedade.

Os professores pagãos também foram afetados através de duas leis de 529. Uma, lhes negava estipêndios do tesouro imperial e, a outra, confiscava as suas propriedades e prescrevia exílio a quem não aceitasse ser batizado imediatamente. Data desse mesmo ano as ordens de Justiniano para pôr fim ao ensino de filosofia e direito em Atenas, além de sua dotação e, assim, fechar a neoplatônica Academia³².

Tal legislação de Justiniano atendo o paganismo, que chegou a resultar no fim da Academia de Atenas, bem como na condenação da obra de Orígenes³³, o qual anteriormente era defendido por outro historiador cristão, Eusébio de Cesareia, são lidas nesta pesquisa, então, como decisões políticas. Estas, visavam deter aqueles que estavam questionando o *poder* imperial, no entanto, não afetavam o lugar comum existente no sincretismo do império.

³¹ Neste estudo a utilização do termo ἐκκλησία é para fazer referência ao que se entende como mais próximo da comunidade cristã ortodoxa do Oriente segundo os autores aqui observados, ou seja, se procura levar em consideração toda carga cultural do legado greco-romano característico da Antiguidade Tardia que o termo possui. Esta noção está desenvolvida melhor no terceiro capítulo da dissertação.

³² EVANS, 2001, p. 65-67.

³³ MAMEDES, 2018, p. 69-70.

A hipótese levantada pode ser sustentada pelos autores estudados nesta pesquisa. Justiniano concedeu-lhes liberdade discursiva para utilizarem o estilo clássico em suas narrativas, não impondo-os um modelo eclesiástico, nem impedindo suas obras, pois ambos trabalhavam em consonância com os ideais governamentais.

Observemos Procópio de Cesareia. O autor, que possuía cargo oficial no império desde o seu início, tinha todo o seu trabalho, desde *História das Guerras* até *Das Construções*, influenciado por autores do período clássico e helenístico, como já foi demonstrado por Renato Viana Boy³⁴ e Averil Cameron³⁵. Além disso, sua forma de escrever era clássica e, enfatiza-se novamente, não aos moldes da história eclesiástica, o que poderia ser uma regra caso o império não fosse uma mescla sincrética de culturas, no entanto, não foi um impeditivo nem para realização do trabalho, nem para irem a público. Então é possível correlacionar a escrita de Procópio a Platão, Aristóteles e Isócrates em alguma medida.

Conforme observávamos inicialmente, as teorias de Platão na Antiguidade Tardia se encontravam fortemente atreladas com as de Aristóteles por quem as estudava, devido à filosofia neoplatônica, e se torna possível encontrar a leitura de ambos em Procópio, através das referências feitas a eles em *História das Guerras*. No *Livro VIII* o historiador citou diretamente Aristóteles como “um homem especialmente sábio” no estudo e investigação para a resolução de problemas com as embarcações marítimas de seu tempo³⁶.

³⁴ BOY, Renato Viana. *Procópio de Cesareia e as disputas entre romanos e bárbaros na Guerra Gótica*: da “Queda de Roma” ao período de Justiniano. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2013.

³⁵ CAMERON, Averil. *Procopius and the sixth century*. London: Routledge, 2005.

³⁶ PROCOKOPIOS. *The Wars of Justinian*. Book Eight, Chapter 6, line 20 apud KALDELLIS, 2014, p. 474. “De fato, essa foi uma questão que levou Aristóteles de Estagira, um homem especialmente sábio, a ir para Cálcis, em Eubeia, onde ele estudou o estreito que eles chamam de Euripo, em um esforço para descobrir, por cuidadosa investigação, a razão física, porquê e como, a corrente do estreito às vezes flui do oeste, mas em outros instantes do leste, e todos os barcos devem navegar de acordo: se a corrente está no leste e os marinheiros começaram a manobrar seus barcos na direção que segue a entrada da água, como eles estão acostumados a fazer e, então a corrente inverte a direção, como costuma acontecer, imediatamente retornam estes barcos na direção em que vieram, enquanto outros barcos navegam do oeste para o extremo oposto, embora nenhum vento sopra sobre eles, mas, no mínimo, a calma profunda prevaleça ali, com todos os ventos ausentes. Tudo isso o Estagirita observou e ponderou por um longo tempo, então se preocupou até a morte com pensamentos ansiosos e, assim, alcançou o fim de sua vida.”. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Υπὲρ τῶν πολέμων*. VII. vi, 20. “ἀλλὰ καὶ ὁ Σταγειρίτης Ἀριστοτέλης, σοφὸς ἀνὴρ ἐν τοῖς μάλιστα, ἐν Χαλκίδι τῇ τῆς Εὐβοίας τούτου δὴ ἔνεκα γεγονῶς, κατανοῶν τε τὸν ταύτῃ πορθμὸν, ὅνπερ Εὐριπον ὀνομάζουσι, καὶ λόγον τὸν φυσικὸν ἐς τὸ ἀκριβὲς διερευνᾶσθαι βουλόμενος, ὅπως δὴ καὶ ὄντινα τρόπον ἐνίοτε μὲν τὰ τοῦ πορθμοῦ τούτου ῥεύματα ἐκ δυσμῶν φέρεται, ἐνίοτε δὲ ἐξ ἡλίου ἀνατολῶν, καὶ κατὰ ταῦτα πλεῖν τὰ πλοῖα ξύμπαντα ἐνταῦθα ξυμβαίνει, ἣν δέ ποτε τοῦ ροῦ ἐξ ἀνίσχοντος ἡλίου ἰόντος, ἀρξαμένων τε τῶν ναυτῶν ἐνθένδε ξὺν τῇ τοῦ ῥοθίου ἐπιρροῇ ναυτίλλεσθαι, ἥπερ εἰώθει, ἀπ' ἐναντίας αὐτοῦ τὸ ῥεῦμα ἶη, ὅπερ πολλάκις ἐνταῦθα φιλεῖ γίνεσθαι, ἀναστρέφει μὲν τὰ πλοῖα ταῦτα εὐθὺς ἔνθεν ὥρμηται, τὰ δὲ ἄλλα ἐκ δυσμῶν ἐπὶ θάτερα πλεῖ, καίπερ αὐτοῖς τῶν ἀνέμων τινὸς ὡς ἥκιστα ἐπιπνεύσαντος, ἀλλὰ γαλήνης τε βαθείας τινὸς καὶ νηνεμίας ἐνταῦθα οὐσης, ταῦτα ὁ Σταγειρίτης ἐννοῶν τε καὶ ἀνακυκλῶν ἐπὶ χρόνου μῆκος, δυσθανατῶν ἐπὶ ξυννοίᾳ ἀφίκετο ἐς τὸ μέτρον τοῦ βίου.”

Por sua vez, foi possível observá-lo mencionando Platão diretamente em duas passagens do *Livro V* sobre Teodato (534-536), filho de Amalafrida (500-523) e sobrinho de Teodorico (474-526)³⁷. No primeiro trecho, Platão foi mencionado enquanto um dos aspectos positivos da formação de Teodato, apontado como “versado na literatura latina e nos ensinamentos de Platão, mas inteiramente sem experiência na guerra [...]”³⁸.

Já o segundo trecho é bem mais emblemático. Procópio expõe um diálogo entre Pedro, embaixador de Bizâncio enviado à Itália, e Teodato. O primeiro é visto *aconselhando* o segundo, um líder que conhecia a teoria platônica, através desta filosofia, a abdicar do cargo em favor de Justiniano:

“Masse”, disse Teodato, “essas coisas não agradam ao homem em nada, o que acontecerá então?”, Pedro replicou: “Depois disso, você terá que empreender guerra, nobre senhor.” “Mas o que é isto?”, ele disse, “é isto justo, meu querido embaixador?”, Pedro revidou, dizendo: “Como não é justo, bom senhor, que os ofícios apropriados à alma de cada homem sejam preservados?”, “Qual é o significado disso?”, perguntou Teodato. “Isso significa”, disse ele, “que seu grande interesse é filosofar, enquanto o de Justiniano é ser um nobre imperador dos romanos. A diferença é que, para alguém que tem praticado filosofia, nunca seria adequado provocar a morte de homens, especialmente em tão grande número, e eu digo que, baseado nos ensinamentos de Platão, o qual você evidentemente defende, o tornando profano para você, não o faz livre de todo derramamento de sangue. Mas, para *ele*, não é de todo inapropriado adquirir uma terra que pertencia desde os tempos antigos ao domínio que é dele.” Então Teodato, convencido por esse conselho, concordou em abdicar de seu governo em favor do imperador Justiniano, e ele e sua esposa fizeram um juramento a esse respeito. Ele então comprometeu Pedro por juramentos de que não divulgaria esse acordo antes de ver que o imperador não aceitaria o anterior.³⁹

O trecho supracitado não apenas expõe o conhecimento de Procópio sobre a filosofia platônica de liderança, como também explana a sua circulação na Antiguidade

³⁷ PROCOKOPIOS. The Wars of Justinian. Book Five apud KALDELLIS, 2014, p. 251-319.

³⁸ PROCOKOPIOS. The Wars of Justinian. Book Five, Chapter 3, line 1 apud KALDELLIS, 2014, p. 256-257; ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Υπέρ τῶν πολέμων*. V. iii, 1. “Ἦν δέ τις ἐν Γότθοις Θεωδάτος ὄνομα, τῆς Θεωδερίχου ἀδελφῆς Ἀμαλαφρίδης υἱός, πόρρω που ἦδη ἡλικίας ἦκων, λόγων μὲν Λατίνων μεταλαχὼν καὶ δογμάτων Πλατωνικῶν, πολέμων δὲ ἀμελετήτως παντάπασιν ἔχων, μακρὰν τε ἀπολελειμμένος τοῦ δραστηρίου, ἐς μέντοι φιλοχρηματίαν δαιμονίως ἐσπουδακός.”

³⁹ PROCOKOPIOS. The Wars of Justinian. Book Five, Chapter 6, lines 8-11 apud KALDELLIS, 2014, p. 264, grifos do editor. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Υπέρ τῶν πολέμων*. V. vi, 8-11. “Ἦν δέ γε ταῦτα μηδαμῇ ἀρέσκει “τὸν ἄνδρα, τί τὸ ἐντεῦθεν γενήσεται” εἶπεν. ἀπεκρίνατο Πέτρος “πολεμητέα σοι τὸ λοιπὸν, ὃ γενναῖε.” “τί δέ; δίκαια ταῦτα, ὃ φίλτατε πρεσβευτά;” ἔφη. ὁ δὲ αὐτίκα ἔφη ὑπολαβὼν καὶ “πῶς οὐ δίκαιον, ὃ ἀγαθὲ”, “εἶπε, “τὰ ἐπιτηδεύματα τῇ ψυχῇ ἐκάστου φυλάσσεσθαι”; “τί δὴ τοῦτο ἐστίν;” ὁ Θεωδάτος ἠρώτα. “ὅτι σοὶ μὲν “σπουδὴ πολλὴ φιλοσοφεῖν”, ἔφη, “Ἰουστινιανῷ δὲ βασιλεῖ Ῥωμαίων γενναίῳ εἶναι. διαφέρει δὲ, ὅτι τῷ μὲν “φιλοσοφίαν ἀσκήσαντι θάνατον ἀνθρώποις πορίζεσθαι, ἄλλως τε καὶ τοσούτοις τὸ πλῆθος, οὐ μήποτε εὐπρεπὲς εἶη, καὶ ταῦτα ἀπὸ τῆς Πλάτωνος διατριβῆς, ἥς “δηλονότι μετασχόντι σοι μὴ οὐχὶ φόνου παντὸς ἐλευθέρῳ εἶναι οὐχ ὅσιον” ἐκείνον δὲ χάρας μεταποιήσασθαι οὐδὲν ἀπαικὸς, ἄνωθεν τῇ ὑπαρχούσῃ αὐτῷ “προσηκούσης ἀρχῇ.” ταῦτη ὁ Θεωδάτος τῇ ὑποθήκῃ ἀναπεισθεὶς ὁμολόγησεν Ἰουστινιανῷ βασιλεῖ τῆς ἡγεμονίας ἐκστήσεσθαι. καὶ κατὰ ταῦτα αὐτὸς τε καὶ ἡ γυνὴ ὤμοσε.”.

Tardia em terras romanas e não romanas. Isso ocorre na medida que foi descrita em uma narrativa procopiana, no Oriente, sobre acontecimentos do Ocidente.

Na passagem, Teodato era convencido pelo embaixador, Pedro, a abdicar do trono. O primeiro, conforme viu-se no excerto anterior, era versado nos ensinamentos platônicos. Portanto, ao aproximar monarquia e filosofia, não queria guerrear, ao contrário de Justiniano que, distanciava-se da teoria de Platão e se fazia nobre pelo ofício de conquistar terras.

Tal posicionamento torna ainda mais necessário escrever um panegírico especialmente para reafirmar que, *apesar* de guerrear, o βασιλεύς também era um imperador aos moldes platônicos, os quais eram conhecidos e bem quistos. Se nessa passagem Pedro e Procópio reafirmam os interesses do governo em ações que poderiam ser vistas pelos sábios como “profanas” devido ao “derramamento de sangue”, há que se estabelecer, por outro lado, em um discurso de louvor, esta propaganda do que era ideal.

Quanto a Isócrates, foi uma hipótese apontada por Averil Cameron de que a célebre frase “o trono é uma tortuosa mortalha” descrita por Procópio como argumento da esposa de Justiniano, Teodora (527-548), para impedi-lo de fugir durante a *Revolta de Nika*, em 532, faça referência ao ateniense⁴⁰. Além destas menções, a edição crítica de Anthony Kaldellis aponta outras possíveis alusões a estes autores ao longo dos oito livros que constituem *História das Guerras*⁴¹.

Diante da presença do neoplatonismo de maneira tão acentuada no Oriente através das Academias de Atenas e Alexandria, associada à educação clássica recebida por Procópio em Cesareia⁴² e ao seu próprio apreço por estes autores, o qual ficou explícito no seu modo de escrita supracitado, pois são apontados como referências positivas, não é inexequível afirmar que o historiador tenha travado contato e possa ter recebido influência deles. Tanto que autores especializados, como Evans⁴³ e Cameron⁴⁴, são vistos

⁴⁰ CAMERON, 2005, p. 68.

⁴¹ PROKOPIOS. The Wars Of Justinian. In: KALDELLIS, Anthony (Org.). *History of the wars*. Indianapolis, Indiana: Hackett Publishing Company, 2014. Para referências a Aristóteles ver p. 172; a Platão ver p. 33, p. 91, p. 225 e para o comentário de Kaldellis sobre a omissão de Procópio de mencionar as ordens de fechar a Academia de Atenas e a necessidade de recorrer a Agátias (536-582) ver p. 58.

⁴² Sobre a formação educacional recebida por Procópio em Cesareia ver TREADGOLD, Warren. Procopius of Caesarea. In: *The early byzantine historians*. London: Palgrave Macmillan, 2010, p. 176-218.

⁴³ Evans (2001, p. 70), no capítulo *Christianity and discontents*, como demonstrado, concedeu especial atenção às influências que a Academia Neoplatônica, sobretudo de Atenas, exerceu nos anos de Justiniano. Além disso, o estudioso lembra que Simplicio da Cilícia (490-560), o mais interessado depois de Proclo Lício (412-485) na Academia, produziu quatro comentários a Aristóteles durante o governo de Justiniano, após 529.

⁴⁴ Já Cameron (2006, p. 251), no capítulo *Procopius and sixth-century political thought*, discorre sobre a influência do pensamento neoplatônico na política do período ao falar da fonte intitulada *Conselho para o Imperador*, em uma tradução livre, de Agápito, um diácono de Santa Sofia no sexto século, que escreveu um texto abordando os valores morais que o governante deveria possuir para o trono antes de sua ascensão,

concedendo atenção a Isócrates, Platão e Aristóteles em estudos sobre o historiador e Justiniano. O fato de não haver menções diretas a estes autores nos trechos analisados na pesquisa dos panegíricos à Santa Sofia não inviabilizam a sua influência sobre a escrita, as quais estão implícitas sob o termo βασιλεύς. Assim como as observaremos sobre as referências ao método de governo ἀρχή [*arkhē*], e ao discorrer sobre sua constituição, ou πολιτεία [*politeía*]. Isso ocorre por serem filósofos que pensaram a *natureza* das formas de governo e o político ideal.

Além disso, há que se ressaltar novamente que, o neoplatonismo coexistiu de modo sincrético com o cristianismo no sexto século em um período de transição, quando ocorria a mescla de várias culturas. Ressaltamos novamente que os atritos apontados por Evans se davam na disputa de *poder*, ou quando havia questionamento da política imperial. Há que se saber também quanto as incertezas do próprio Evans sobre quão vigorosos foram os efeitos dos interditos de Justiniano restringindo os filósofos neoplatônicos no início de seu governo⁴⁵.

E nossas hipóteses para uma convivência sincrética no império ficam ainda mais fortalecidas com Paulo Silenciário, na medida em que o imperador aceitou um trabalho especificamente aos moldes pagãos sem maiores questionamentos. Isso ocorre porque, conforme Peter Bell lembra, os outros escritos de Paulo – para além da aqui analisada *Descrição de Santa Sofia* –, alguns de seus 80 epigramas presentes na *Antologia Grega*, apesar de seus amplos assuntos, tinham muito de “explicitamente erótico”, e usando o “imaginário pagão em uma sociedade onde o paganismo estava longe de ser extinto, mas era energicamente perseguido pelo regime”⁴⁶.

Ao mencionar o próprio estilo da *Descrição*, um poema provavelmente encomendado pelo imperador, Bell explana ainda que é uma *écfrase* enormemente compromissada “nos fundamentos, linguagem e técnica ao paganismo de poetas como Homero, Calímaco e Nono, de quem as rigorosas métricas de Paulo copiaram escrupulosamente, inclusive superando-as”⁴⁷. Para o pesquisador, tudo isso deixa “as afiliações de sua religião pessoal confusas”⁴⁸. Assim, por mais que Paulo não fosse cristão, nem por isso Justiniano deixou de lhe solicitar a *Descrição de Santa Sofia*, tampouco censurou os seus demais trabalhos. Era um membro da corte que não se

cujo trato teórico é comparado por Cameron à excelência contida na obra *De Republica*, de Cícero (106-43 a. C.), e na *República*, de Platão.

⁴⁵ EVANS, 2001, p. 68.

⁴⁶ BELL, 2009, p. 15.

⁴⁷ BELL, 2009, p. 15-16.

⁴⁸ BELL, 2009, p. 15-16.

demonstrava em oposição ao governo, mas vivendo em consonância com o *poder* político e, por sua cultura, de modo sincrético com as religiões do império.

Não obstante, conforme era apontado inicialmente, Procópio e Paulo não definiram o conceito de βασιλεία em seus panegíricos. Levanta-se a hipótese de que isso aconteceu porque já era algo de domínio comum, enquanto parte da história de Constantinopla, mas por tal motivo ainda se faz necessário observar quem falou desses conceitos na antiguidade clássica e que podia, ainda que de uma forma alusiva, estar presente nas fontes e na própria administração governamental da Nova Roma, o que não era algo incomum, conforme destacamos até o momento. Passemos então a nos concentrar no legado grego que concede sentido ao conceito de βασιλεία. Para tanto, precisamos conhecer os elementos da Antiguidade Clássica da Grécia que estavam presentes na época tardia.

Apesar de nos atermos ao período clássico, quando Aristóteles, Platão e Isócrates analisaram a *natureza* das formas de governo e, assim, não observarmos os pormenores da época micênica nem da arcaica, se faz importante destacarmos de maneira breve, alguns apontamentos bibliográficos sobre o conceito de βασιλεία que nos auxiliam na compreensão da sua história. Iniciemos pelos apontamentos de Rodrigo Rodrigues Pedroso e Alessandra André, de que no período micênico o chefe era o ἄναξ [ánax]⁴⁹.

Este título marcava todos os elementos do *poder* unificados na mesma pessoa. Assim, com o fim do período micênico se procurou outra expressão que melhor explicasse a nova concepção de realeza, com a substituição por βασιλεύς. O trabalho destes autores está em confluência com Vernant, quem também considera que o tipo de realeza comandado pelo ἄναξ foi específico da época micênica e, portanto, não se manteve ao longo dos demais momentos da Grécia Antiga, ou seja, a mudança da *natureza* no cargo apontava para uma nova conceituação⁵⁰.

Segundo Mario Vegetti, no próprio decorrer do período clássico, onde concentramos nossa atenção neste momento, os *tipos de poderes políticos* também alteraram o emprego do termo βασιλεία⁵¹. Contudo Vernant explica que, desde o surgimento deste conceito na época arcaica, por volta do nono século a. C., ele foi

⁴⁹ PEDROSO, Rodrigo Rodrigues. *A divisão dos regimes políticos em Aristóteles*. 2015. 144 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015, p. 11-12; ANDRÉ, Alessandra. Experiências monárquicas no Mundo Grego: os casos micênico e homérico. *Romanitas – Revista de estudos grecolatinos*, n. 10, 2017, p. 156.

⁵⁰ VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002, p. 33-34.

⁵¹ VEGETTI, Mário. Realeza e filosofia em Platão. In: BRISSON, Luc; FRONTEROTTA, Francesco (orgs.). *Platão: Leituras*. São Paulo: Edições Loyola, 2011, p. 188-189.

utilizado para designar que na liderança tinha-se um βασιλεύς, ou o que neste primeiro momento compreendemos como um rei, tradução que se alterou ao longo da Antiguidade Tardia devido às imbricações com a cultura romana⁵².

É importante que abordemos ainda, por mais que de modo sucinto, as funções desempenhadas pelo βασιλεύς nestes primeiros tempos da Grécia. Desta forma, podemos compreender como ocorria a administração quando essa figura era a liderança e, por conseguinte, algumas permanências históricas do cargo. Em um primeiro momento, o dever do βασιλεύς era de coordenar a justiça entre as diversas tribos e comandar o exército. Além disso, desde muito cedo teve uma ligação bastante complexa com o campo religioso. Em essência possuía ligação com o divino, apesar de se tratar de algo limitado, pois o líder deveria respeitar a liberdade religiosa das famílias, ainda que uma de suas funções fosse presidir o culto público⁵³.

Este cargo pode ainda ter sido inspirado nas próprias famílias e na união delas, as quais se organizavam a partir do culto aos deuses nas fratrias. O que frisamos com isso é que, desde sua origem o título de βασιλεύς e, em hipótese, o que fundamentou o conceito de βασιλεία, teve por essência um vínculo com o divino e designou um *tipo de poder* que não se encontrava centralizado em uma única pessoa. Havia aspectos bem definidos da organização administrativa que deviam ser respeitados⁵⁴.

Aristóteles descreveu que durante os governos gregos da πόλις [*pólis*]⁵⁵ em que predominava a aristocracia, a oligarquia, a tirania e a democracia, o cargo foi modificado e passou sobretudo a estar vinculado às celebrações religiosas⁵⁶. No entanto, o século IV a. C. demonstrou-se como um momento de retomada do conceito, após o abalo do sistema governamental grego na *prática política*. Esse período, foi visto por Vegetti como momento de redefinição do termo, já que os filósofos do período – aqui nos atemos mais sobre Aristóteles, Platão e Isócrates, que são estudados de modo considerável no período

⁵² VERNANT, 2002, p. 23-39.

⁵³ PEDROSO, 2015, p. 15-22; ANDRÉ, 2017, p. 161-167.

⁵⁴ PEDROSO, 2015, p. 15-22; ANDRÉ, 2017, p. 164-165.

⁵⁵ Conjunto de tribos que eram, por sua vez, a união das comunidades gentílicas (γένος/*génos*) em fratrias, ou seja, em várias famílias que cultuavam os mesmos deuses. Sobre a πόλις também é possível conferir o artigo de ANDRÉ, Alessandra. O mundo da pólis: reflexões a partir do modelo ateniense e da crise no território da políade no século IV a. C. *Romanitas – Revista de estudos grecolatinos*, n. 7. p. 29-48, 2016.

⁵⁶ Apud PEDROSO, 2015, p. 21-27. Maria Dulce Reis (2018, p. 54), que possui um estudo especificamente sobre as alterações governamentais desse período, explica que o βασιλεύς era um dos nove arcontes que, no período de Péricles, por ser uma autoridade judiciária, cuidava além das celebrações religiosas dos casos de homicídio. Pode datar desta mesma época o termo adquirir uma hierarquização inferior devido às intensas guerras com as monarquias persas, que colocava em oposição gregos e não gregos e que veremos posteriormente de forma ainda mais acentuada nas relações entre romanos e não romanos (FRIGHETTO, 2008, p. 21).

tardio – estavam reanalizando as teorias políticas que o tinham como um de seus pontos centrais⁵⁷.

O termo, diante desse contexto de *crise*, chegou a aparecer nesses pensadores como uma espécie de *salvação* para o governo, na medida que era apontado como a forma de resolver todos os problemas que resultaram no colapso da democracia. E, diante da coexistência de diversos *modelos administrativos* nas πόλεις [*póleis*] gregas, que fazia os filósofos os analisarem de forma comparada, o fato do tipo βασιλεία, especificamente, ser apresentado como o que redime, pode ser ainda uma das motivações para Justiniano escolhê-lo, diante de tantos outros. Era um formato consolidado, que se apoiava em pensadores clássicos e que era bem aceito no período.

Este assunto foi objeto de interesse de Aristóteles, que analisou toda a formação da πόλις de Atenas, desde as tribos que foram citadas anteriormente, as quais podem mesmo ter inspirado o conceito, até chegar nas inúmeras formas de governo desenvolvidas que ele vivenciava. O mundo urbano esteve então no cerne de suas observações, na medida que era neste ambiente onde concentravam-se não só as discussões filosóficas, mas também políticas⁵⁸. Para Vernant, eram nesses debates da πόλις que os gregos marcavam sua originalidade e diferenciavam-se dos não gregos⁵⁹.

Levamos a hipótese de que foi em busca de levar esse modelo de cidade, com uma πόλις que era marcada por um *modelo administrativo* constitucional (πολιτεία) e por um método (ἀρχή) específico de governo (βασιλεία), que era visto como o mais adequado para todos os espaços, incluindo os não gregos e não romanos, que observamos Justiniano na sexta centúria com uma política tão voltada para a fundação de cidades. Este pode ser um dos motivos também para o βασιλεύς encomendar um panegírico gigantesco a Procópio, *Das Construções*, dividido atualmente em seis livros, com quase quatrocentas páginas, percorrendo apenas sobre estas edificações, onde o termo πόλις apareceu 357 vezes ao longo de 307 passagens, conforme é possível observar nas tabelas abaixo:

TABELA 1: ANÁLISES SOBRE REFERÊNCIAS AO <i>MODELO ADMINISTRATIVO</i> DE JUSTINIANO EM <i>DAS CONSTRUÇÕES</i> ⁶⁰		
Termo	Nº de incidências	Nº de passagens

⁵⁷ VEGETTI, 2011, p. 187-190.

⁵⁸ PEDROSO, 2015, p. 09-20; ANDRÉ, 2017, p. 165-167.

⁵⁹ VERNANT, 2002, p. 11.

⁶⁰ Faz-se importante ressaltar a metodologia empregada para formular as tabelas. Nós procuramos os termos no software Διογένης em sua forma básica, assim como os encontramos nos dicionários – geralmente no presente e na primeira pessoa, mas utilizando uma ferramenta mais precisa, a *busca morfológica*. Assim, através dela, tínhamos acesso a todas as declinações em que os termos se apresentavam nos textos, marcando a diferença em cada uma das desinências usadas pelos autores de nossas fontes, já que utilizamos

βασιλεία	64	64
ἀρχή	63	45
πολιτεία	17	17
πόλις	357	307
ἄστυ ⁶¹	0	0

FONTE: Todas as tabelas foram elaboradas com base no software Διογένης, conforme nota explicativa.

Na tabela acima podemos observar que o termo empregado por Aristóteles e Platão para designar a *forma de governo* ou o *regime político* (πολιτεία) que confere ordem a πόλις e aos poderes públicos por meio da constituição, foi utilizado 17 vezes por Procópio⁶². Por sua vez, para referir-se ao método que Justiniano valia-se para governar, ele fez uso de ἀρχή 63 vezes ao longo de 45 passagens. Consideramos que essas são citações análogas à βασιλεία, conceito empregado 64 vezes pelo historiador.

Esta *teoria* governamental foi definida por Aristóteles em *A ética Nicomacheia* como o governo em que mandava um só, mas para que não fosse uma tirania o mando deveria ter limites, então se teria de fato uma βασιλεία. A βασιλεία, era a melhor πολιτεία, ou seja, era o melhor tipo de governo constitucional, ou republicano. Por sua vez o pior, tratava-se da τιμοκρατία [*timokratía*], o que dialoga muito com a classificação feita na *República* de Platão⁶³.

Diferentemente da *teoria* platônica, no entanto, que possuía um modelo de rei ideal, Pedroso nos explica que em *A ética Nicomacheia* o βασιλεύς de Aristóteles deveria ser virtuoso. Ele somente se tornaria legítimo caso fosse feliz, ou seja, sendo autossuficiente e excedendo os seus súditos ao ter a posse de todos os bens⁶⁴. Na obra aristotélica *Política*, βασιλεία aparece ainda mais associada ao *poder supremo*, πολιτεία, e ao seu método ἀρχή, na medida que era exercida na comunidade política⁶⁵.

No *Livro V* da *República* de Platão também o encontramos definindo o conceito de βασιλεία, utilizado 64 vezes por Procópio. O filósofo reabriu o debate sobre a questão da soberania como problema teórico e em sua perspectiva prática por meio de um diálogo socrático. Na conversa, Glauco pedia com insistência a Sócrates⁶⁶ que descrevesse seu

tal procedimento tanto em Procópio de Cesareia, quanto em Paulo Silenciário. Então, apesar de aparecerem nas tabelas em suas formas básicas, os números fazem referências a todos os casos que constam nas fontes.

⁶¹ Este termo será explicado na terceira tabela.

⁶² PEDROSO, 2015, p. 06-07; GALLO, Rodrigo Fernando. A teoria das formas de governo na Antiguidade. *Rónai – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*. v. 1. n. 2. Juiz de Fora: UFJF, 2013, p. 84-85.

⁶³ PEDROSO, 2015, p. 68-71; GALLO, 2013, p. 84-85.

⁶⁴ PEDROSO, 2015, p. 72;

⁶⁵ PEDROSO, 2015, p. 78-81; GALLO, 2013, p. 83-84.

⁶⁶ Vegetti (2011, 187-188) explica que os personagens, Sócrates e Glauco, se tratavam, provavelmente, das duas faces do próprio Platão.

projeto utópico de governo político-militar, o qual resultaria na criação de uma καλλίπολις [*kallípolis*]⁶⁷.

Sócrates então o explicou: aconteceria somente após uma mudança no *poder*, onde os filósofos deveriam passar a exercer a função de βασιλεύς, ou então o βασιλεύς deveria filosofar de maneira suficientemente autêntica, de modo a coincidir poder político e filosofia, impedindo que no futuro os homens se voltassem apenas para um, ou para outro. Esta alteração, por sua vez, pode ser interpretada como uma espécie de *salvação*, na medida que acabaria resultando futuramente no fim dos males sofridos pela πόλις⁶⁸.

Isócrates também explanou a função do βασιλεύς. Luciane Felisbino que analisou duas obras do filósofo, *Panegírico*, do ano 380 a. C., e *Felipe* de 346 a. C., aponta uma mudança brusca na forma de emprego do título. Na primeira narrativa, o termo teve conotação pejorativa, pois aparecia nos escritos atenienses depreciando macedônios ao guerrear com eles em busca de hegemonia. Já no momento posterior, o de apontar uma união da Hélade contra o inimigo externo, o persa, βασιλεύς passou a ser adotado como a esperança em um grande líder⁶⁹.

Estas características vistas em Platão, o qual possuía um modelo de βασιλεύς ideal, em Aristóteles, que consagrava um líder virtuoso e em Isócrates, que apontava um exemplo de chefe que era fonte de esperanças, podem ser vistas em Procópio e em Paulo quando analisamos as fontes. A *teoria* platônica, que tinha como dever o fim do sofrimento da πόλις, é um aspecto extremamente forte nos panegíricos, os quais discorrem sobre um βασιλεύς que cessa com os males dos cristãos da βασιλεία, que passavam por momentos de angústia ao ver seu templo destruído.

As obras isocráticas, por sua vez, recordam uma disposição do espírito, a confiança no líder, aspecto norteador não apenas de um discurso que glorifica, mas que se demonstra essencial a uma *comunidade cristã*. O *modelo* de Isócrates perpassa também as intensas relações com os persas, existentes desde o período clássico, quando βασιλεύς foi retomado para reafirmar que a união entre Esparta e Atenas era mais importante que o inimigo externo, o não grego.

Tal relação também nos chamou a atenção porque nos escritos procopianos foi retomada. Nos ateremos às formas de titulações utilizadas nas fontes, com detalhes, no

⁶⁷ Junção das palavras καλός [*kalós*] e πόλις [*pólis*], denotando, então, cidade bela. VEGETTI, 2011, p. 189.

⁶⁸ VEGETTI, 2011, p. 187-188;

⁶⁹ FELISBINO, Luciane. *Isócrates e a legitimidade do poder de Felipe II da Macedônia no século IV a. C.*: Basileús bárbaro ou hegemón grego? 2017. 97 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2017, p. 54-64.

terceiro capítulo desta dissertação. Este item se detém sobre as referências ao *modelo administrativo* imperial. No entanto um ponto se faz importante destacar desde já: o *Capítulo I do Livro I* empregou somente o título de βασιλεύς. Procópio o utilizou 20 vezes, sendo 19 vezes para se referir a Justiniano e, uma única vez para se referir ao persa Ciro, no seguinte trecho:

Eles de fato relataram que o melhor imperador de quem nós sabemos pela tradição foi o Persa Ciro, e que foi o principal responsável pela fundação do império da Pérsia pelo povo de sua raça. Mas se Ciro foi de fato tal homem, de quem a educação desde criança é descrita por Xenofonte, o Ateniese, eu não tenho como saber. Por isso pode ser que a habilidade de descrição do escritor seja completamente capaz, como foi sua requintada eloquência, de aos que há de vir, ser mero embelezamento dos fatos. Mas no caso do imperador de nossa época, Justiniano (quem unicamente mereceria, eu penso, chamar imperador por natureza, assim como por direito, desde então, ele é, como Homero disse “tão gentil como um pai”), se unicamente deveria interrogar seu império com cuidado, ele veria a regra de Ciro como uma espécie de “brincadeira infantil”. A prova disso está em que o Império Romano, como eu tenho justamente dito, tem transformado no dobro a área de poder de ambos, geralmente enquanto na ajuda ao outro, aqueles traiçoeiramente formam uma conspiração contra ele, existindo tão longe quanto o plano de seu assassinato, estando (ele) não apenas vivo até o presente momento, na posse de suas propriedades, como também os culpados foram provados com absoluta certeza, mas uma porção está ainda atualmente como general dos Romanos, e no título de cônsul, como eles têm sido nomeados.⁷⁰

Podemos interpretar a passagem supracitada como uma formulação teórica do que se via na prática. Nesse sentido, a visão dos inimigos era questionável, pois Procópio iniciava essas linhas afirmando que, segundo os persas, Ciro foi o melhor dentre seus governantes [ἄριστον μὲν δὴ βασιλέα γεγονέναι Κύρον τὸν Πέρσῃν φασίν, ὧν ἀκοῇ ἴσμεν τοῖς τε ὁμογενέσιν αἰτιώτατον τῆς βασιλείας]. No entanto, para o historiador, não era possível comprovar a veracidade das fontes que relataram essas informações, advindos de Xenofonte.

Assim, em sua visão, Justiniano deveria ser o único a merecidamente denominar-se *imperador por natureza* [φύσει βασιλέα] e por *direito* [ὀρθῶς]. Entendemos que ὀρθῶς

⁷⁰ PROCOPIUS, 1954, p. 07-09. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων I. i. 12-16* “ἄριστον μὲν δὴ βασιλέα γεγονέναι Κύρον τὸν Πέρσῃν φασίν, ὧν ἀκοῇ ἴσμεν τοῖς τε ὁμογενέσιν αἰτιώτατον τῆς βασιλείας. εἰ δὲ τοιοῦτός τις ἦν ὁ Κύρος ἐκεῖνος οἷος δὴ ὑπὸ Ξενοφῶντι τῷ Ἀθηναίῳ παιδεύεται, οὐκ ἔχω εἰδέναι. τάχα γάρ που καὶ ἡ τοῦ γεγραφέως αὐτὰ δεξιότης κεκομψευμένη δυνάμει τοῦ λόγου ἐγκαλλώπισμα τῶν ἔργων γενέσθαι διαρκῶς ἴσχυσε. τοῦ δὲ καθ’ ἡμᾶς βασιλέως Ἰουστινιανοῦ (ὃν δὲ καὶ φύσει βασιλέα καλῶν τις, οἶμαι, ὀρθῶς ἂν εἴποι, ἐπεὶ καὶ πατὴρ ὧς ἡπιός ἐστι, καθ’ Ὁμηρον) εἴ τις ἐς τὸ ἀκριβὲς τὴν βασιλείαν διασκοποῖτο, παιδιάν τινα τὴν Κύρου ἀρχὴν οἰήσεται εἶναι. τεκμηριώσει δὲ τὸ τοιοῦτο ἡ μὲν πολιτεία πρὸς αὐτοῦ, ἥπερ μοι ἐναγχος εἴρηται, τῇ τε χώρᾳ καὶ τῇ ἄλλῃ δυνάμει πλεῖν ἢ διπλασία γεγεννημένη, οἱ δὲ τὴν ἐπιβουλὴν αὐτῷ σκαιωρησάμενοι μέχρι ἐς φόνον μὴ ὅτι βιοτεύοντες ἐς τόδε τοῦ χρόνου καὶ τὰ σφέτερα αὐτῶν ἔχοντες, καίπερ ἐξεληγεμένοι διαφανῶς, ἀλλὰ καὶ στρατηγούντες Ῥωμαίων ἔτι καὶ ἐς τὸ τῶν ὑπάτων ἀναγεγραμμένοι τελοῦσιν ἀξίωμα.”

foi aplicado no sentido da *justa herança*, em consonância com Dewing e Downey, que utilizam *inheritance*, no inglês.

Ao mesmo tempo, o historiador acabou por aproximar-se mais de um discurso literário e, distanciando-se das *Guerras*, Procópio invocou Homero para enfatizar como Justiniano era fraternal para o império, que, desta forma, consolidava-se. Esse emprego homérico, assim como a citação a Ciro, também não é ao acaso. Visava louvar a *bondade* imperial, *virtude* de um governante que era o *ideal*, o melhor dos melhores, em uma perspectiva aristotélica e platônica.

Quais os motivos, no entanto, para esta necessidade de reafirmação e reformulação teórica do que se via na prática? Através do trabalho de Emerson Cerdas, recorreremos à obra de Xenofonte que foi criticada por Procópio, a *Ciropedia*. Entendemos que a narrativa, além de retratar a vida de Ciro II (559-530 a. C.), que criou um grande império ao estender o domínio persa sob o Oriente, explanou também o que o autor considerava um modelo de liderança.

Logo no prólogo de seu trabalho, Xenofonte discorreu sobre os meios que empregou para investigação da vida do βασιλεύς persa. Assim, o ateniense estabeleceu a linhagem (γενεά/*geneá*), a *natureza* (φύσις/*phýsis*) e a educação (παιδεία/*paideía*) como aspectos fundamentais de sua investigação. Todos elementos que foram retomados e criticados por Procópio, na medida Justiniano era o *imperador por natureza* e por *direito*. Já a educação que Ciro havia recebido era questionável aos olhos procopianos, que viu nas narrativas de tom humorístico e ficcional, bem como na falta de preocupação com a veracidade histórica, motivos para desconsiderar a historicidade da obra⁷¹.

Nesse sentido, a crítica é dupla. O historiador de Cesareia retoma a *Ciropedia* de Xenofonte tanto para discorrer sobre o seu não enquadramento na história, quanto para relembrar as intensas disputas com os persas. Tal atitude significa que, na Antiguidade Tardia, também havia uma busca por hegemonia entre a Nova Roma e a Pérsia.

Devemos relembrar ainda que os livros *I* e *II* da *História das Guerras* são destinados a discorrer sobre a relação pouco harmoniosa entre esses dois grupos, intitulados *Guerra Pérsica*. Relatos estes que, além de Procópio colocar antes das outras disputas, também aborda preocupações metodológicas sobre a história.

Por tal motivo, reafirmar a βασιλεία sagrada através de explicações de que apenas Justiniano deveria unicamente ser intitulado βασιλεύς *por natureza*, ou o nato βασιλεύς,

⁷¹ CERDAS, Emerson. *A História segundo Xenofonte: Historiografia e usos do passado*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Estudos Literários: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2016, p. 217-218.

revela-se significativo. Ainda havia ao lado dessas explicações termos sólidos que explicitavam o funcionamento do governo, como a ordenação através de πολιτεία e do método, ἀρχή, que aparecem também no *Capítulo I* do *Livro I*, que analisamos:

TABELA 2: ANÁLISES SOBRE REFERÊNCIAS AO MODELO ADMINISTRATIVO DE JUSTINIANO NO CAPÍTULO I DO LIVRO I DAS CONSTRUÇÕES		
Termo	Nº de incidências	Nº de passagens
βασίλεια	7	7
πολιτεία	4	4
ἀρχή	3	3
πόλις	4	4
ἄστυ	0	0

Na tabela acima, podemos ver que βασίλεια apareceu 7 vezes no *Capítulo I*, πολιτεία 4 vezes, ἀρχή 3 vezes e πόλις 4 vezes. Os mesmos termos foram empregados na *Descrição de Santa Sofia*, com exceção de πολιτεία. No entanto, vemos a designação ἄστυ, uma referência à Atenas, descrita como a πόλις por excelência:

TABELA 3: ANÁLISES SOBRE REFERÊNCIAS AO MODELO ADMINISTRATIVO DE JUSTINIANO NA DESCRIÇÃO DE SANTA SOFIA		
Termo	Nº de incidências	Nº de passagens
βασίλεια	3	3
ἀρχή	2	2
πολιτεία	0	0
πόλις	16	15
ἄστυ	6	6

Neste sentido, vemos que o projeto de edificações, o qual era parte integrante da política imperial e que resultou nos panegíricos, se espelhava na cultura grega legada, como um contraponto ao mundo não urbanizado dos não gregos. O outro poderia ser visto ainda como o não romano, ao passo que, no mundo tardio havia a imbricação de ambas as culturas. Assim, Justiniano poderia estar projetando nesse investimento em construções de cidades ainda a busca pelo império universal, pois era dever do βασιλεύς articulá-lo⁷².

Deste modo, entendemos que os termos mais utilizados pelos nossos autores para se referirem ao governo de Justiniano, πολιτεία e ἀρχή, estavam correlacionados à

⁷² Sobre a busca por hegemonia no mundo romano ou pelo império romano universal aos moldes mencionados é possível consultar HIDALGO DE LA VEGA, María José. Ecumenismo Romano: Entre utopia y realidad. *Studia Historica*, 26, 2008, p. 47-62; HIDALGO DE LA VEGA, María José. Algunas reflexiones sobre los límites del oikoumene en el Imperio Romano. *Gerión*, 2005, 23, núm. 1, p. 271-285. E PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo. La ecúmene romana: espacios de integración y exclusión. *Studia Historica*, 26, 2008, p. 15-20.

βασιλεία e ao seu líder, o βασιλεύς, pois eram parte desse *modelo administrativo*. Βασιλεύς foi a única forma com que Procópio se referiu ao governante no primeiro capítulo do *Livro I*, e a principal utilizada por Paulo. Ao analisar historicamente o conceito de βασιλεία, pudemos unir o emprego dos termos e a titulação nas fontes às explicações desses grandes filósofos do século IV que tinham uma visão favorável a esse tipo de governo e de *poder* na Grécia Clássica.

No entanto, como apontamos em alguns momentos ao longo desse capítulo, a cultura grega não era a única parte constituinte da Nova Roma. Se mostra de primordial importância então que compreendamos a partir desse momento os conceitos de *poder político* e *teoria política* para a Roma Imperial. Estes, também influenciaram na articulação da βασιλεία cristã justiniana, conforme veremos a seguir.

1.2 A ΒΑΣΙΛΕΙΑ NA ROMA IMPERIAL

Este item tem por objetivo discorrer sobre o conceito de βασιλεία no que se convencionou modernamente denominar como Roma Imperial. Para tanto, primeiramente faz-se necessário nos atentarmos às relações entre gregos e romanos para a construção da identidade dos segundos.

Renan Frighetto explica que Roma era seguidora da forma grega de pensar e, tanto Tito Lívio (59 a. C.-17 d. C) quanto Públio Cornélio Tácito (55-117 d. C.) sentiam a necessidade de vincular o seu passado a esta tradição⁷³. Juliana Bastos Marques também observou influências diretas dos padrões de escrita dos gregos do período helenístico nos romanos desde o primeiro historiador latino, Fábio Pictor (254-201 a. C.), o qual discorreu sobre uma história de Roma em grego⁷⁴.

Para a autora, quando Catão (234-149 a. C.) compôs as *Origens*, iniciando a história escrita em língua latina, estas características consolidadas se mantiveram. No entanto, a renovação na forma como ocorria a sucessão e a legitimidade dos historiadores na tradição historiográfica presente no trabalho de Tito Lívio se demonstrou como um dos fatores chave para a construção da identidade dos romanos sobre si. Além disso, a

⁷³ FRIGHETTO, Renan. Transformação e tradição: A influência do pensamento político e ideológico do mundo romano clássico na Antiguidade Tardia. *Revista Diálogos*. v. 12. n. 2/ n. 3. p. 19-42. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008, p. 22-23.

⁷⁴ MARQUES, Juliana Bastos. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2007, p. 04-07.

mudança que estava ocorrendo da escrita grega para o latim pelos historiadores latinos⁷⁵ em fins do século I a. C. e início do I d. C. também auxiliou nessa construção.

Neste sentido, a *Ab Urbe Condita* de Tito Lívio apresenta-se como uma obra ambiciosa, na qual, ao invés de aceitar a sucessão, o historiador reescreveu toda a história de Roma, desde as suas mais remotas origens até o seu presente⁷⁶. Apesar disso, como afirmava Marques e foi reiterado por Frighetto, Tito Lívio, não deixa de ser herdeiro e, por conseguinte, sucessor da tradição grega, o que faz de sua historiografia uma derivação da grega, mas constituída de singularidade⁷⁷. Dessa forma, ao analisar a *Ab Urbe Condita* podemos considerar que o termo central de nosso estudo, βασιλεία, e o título de βασιλεύς, são encontrados transpostos e renovados para *regnum* e *rex*, respectivamente⁷⁸.

Quando realizamos uma consulta léxica em dicionários greco-latinos também há esta associação de sentidos⁷⁹. Os vocabulários as exploram ao se referirem às traduções latinas feitas de textos gregos de Platão e Aristóteles, os quais observamos anteriormente a abordagem conceitual dos termos⁸⁰.

Por sua vez, em uma análise lexicológica específica sobre latim, que examinou uma vasta gama de fontes romanas, incluindo Tito Lívio e Tácito, no *Oxford Latin Dictionary*, encontramos o próprio termo *basileús* transliterado aos caracteres latinos e significando “rei”, em igualdade de sentido às explicações do glossário sobre *rex*⁸¹. No entanto, o mesmo não se aplica a *basileía*, a qual não aparece assim transliterada, por mais que a semântica pudesse ter sido a mesma explorada em *regnum*, o que fornece indícios de um emprego nas fontes mais voltado ao termo latino.

Assim, estudos lexicais, historiografia e fontes sobre Roma estão em confluência com as análises propostas neste estudo. Rafael da Costa Campos, que analisou os *Anais* de Tácito, explica que em alguns momentos da obra o romano também fez referências à

⁷⁵ Em seu estudo, a pesquisadora aponta uma diferenciação entre os “historiadores romanos” que são apontados como os que escreviam em grego, e os “historiadores latinos”, que passaram a escrever no latim (2007, p. 04).

⁷⁶ MARQUES, 2007, p. 06-09. Também é possível consultar a este respeito os trabalhos de SEBASTIANI, Breno Battistin. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e a reflexão historiográfica romana do século I a. C. *Revista de História*. 154 n. 1, 2006, p. 297-315. e COLLARES, Marco Antonio. Visões historiográficas sobre a obra de Tito Lívio. In: *Representações do senado romano na Ab Urbe Condita Libri de Tito Lívio*. São Paulo: Scielo Books, 2010, p. 71-124.

⁷⁷ FRIGHETTO, 2008, p. 22-23.

⁷⁸ LIVY. *Liber I: Ab urbe condita – Book I: From the founding of the city*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1919.

⁷⁹ ΦΕΞΗ, Αναστάσιου Δ. *Λεξικόν ελληνο-λατινικόν*. Αθήνας: Βιβλιοεκδότικων Καταστήματων, 1908; STEPHANUS, Henricus. *Θῆς-Αὐρος Τῆς Ἑλληνικῆς Γλωσσῆς*. Praga: Thesaurus graecae linguae, 1570, p. 724-726.

⁸⁰ Vide item 1.1 A βασιλεία de Aristóteles, Platão e Isócrates.

⁸¹ WYLLIE, J. M. (Org.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 1968, p. 226.

monarquia ao narrar sua história, apesar de se ater de maneira mais enfática aos períodos republicano e ao que se denomina na modernidade como império de Roma⁸². Ao consultar os termos utilizados na versão latina dos *Anais* também encontramos o equivalente a βασιλεία e βασιλεύς, *regnum* e *rex*, sendo utilizado por outra das figuras que vincula o seu passado a tradição grega⁸³.

Em seus trabalhos, Campos expôs estas definições do conceito de monarquia no início de Roma a partir de Tácito, que escreve, contudo, durante o período dos imperadores⁸⁴. Nesse sentido, o rei parece ser explorado como o principal detentor de um *tipo de poder* de autoridade sobre os súditos, com a função primordial de comandar os acontecimentos que ocorriam dentro da cidade de Roma. Em outras palavras, tinha o maior cargo dentro da estrutura administrativa da realeza que, assim como na Grécia, concentrava-se no mundo urbano⁸⁵.

Campos enxergou o conceito de *autoridade* que existia na figura do *rex* como uma permanência durante a mudança da monarquia para a República. Segundo o pesquisador, esse *tipo de poder* apenas passou à figura do senado e, posteriormente, dos Cônsules. Por um período, revelou-se um fator chave à administração porque, em suas palavras, foi o que “protegeu os romanos dos perigos de uma desunião política engendrada pela pluralidade, e de uma autocracia originada pela indivisibilidade”⁸⁶.

Ao abordar o período republicano, no entanto, apesar desta continuidade, as narrativas de Tácito parecem apontar uma mudança na forma de observar a administração do *rex*, pois o período chegou mesmo a enxergá-lo sob uma conotação tirânica, ao passo que em sua construção histórica sobre si os romanos passaram a ver o fim da monarquia como algo libertador⁸⁷. Essa mudança de sentido pode ser um dos motivos para que, posteriormente, na Antiguidade Tardia, quando o grego coexistia com o latim na estrutura administrativa da Nova Roma, o título de *rex* tenha perdido força, pois dividia espaço ainda com βασιλεύς, outra opção para ser empregada. Na sexta centúria, *rex* estava mais

⁸² CAMPOS, Rafael da Costa. *Aspectos positivos da administração imperial de Tibério Cesar Augusto nos Anais de Tácito*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2008.

⁸³ CORNELIUS TACITUS. *Annales ab excessu divi Augusti*. Oxford, United Kingdom: Clarendon Press, 1906. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.02.0077>> Acesso em: 14 jul. 19.

⁸⁴ Referimo-nos aqui além da dissertação de Campos (2008) ao seu outro trabalho: CAMPOS, Rafael da Costa. Uma relação política entre os conceitos de *libertas*, *auctoritas* e *liberalitas* em Tácito. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007, p. 02-07.

⁸⁵ CAMPOS, 2007, p. 02-07; BRANDÃO, José Luís; LEÃO, Delfim. As origens da urbe e o período da monarquia. In: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de (Orgs.). *História de Roma: Das origens à morte de Cesar*. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 39-40.

⁸⁶ CAMPOS, 2007, p. 02-03.

⁸⁷ CAMPOS, 2007, p. 02-03.

associado também ao líder não romano, o que pode apontar até mesmo para uma mudança hierárquica, que fazia o βασιλεύς estar em posição superior e distinta.

A mudança de olhar sobre a figura do *rex* pode ter sido um dos motivos também para a própria renovação de termos quando Roma passou a ser administrada por imperadores. No entanto, tratava-se de uma sociedade marcada pela tradição. Frighetto, em confluência com Campos, também observou nos tempos de república o *poder político* como um efeito produzido pelo *tipo de poder* do senado, o qual, por sua vez, era continuidade dos tempos do *rex*. O autor recordou ainda outro elemento importante deste tipo de administração, o *mos maiorum*⁸⁸, que acabava possibilitando a própria manutenção do sistema governamental.

Em outras palavras, Roma, apesar das mudanças administrativas, seguiu no período republicano marcadamente pautada em elementos da sua história como método político. Mesmo no que tange ao período do principado, pois as estruturas básicas da administração continuaram com as republicanas organizando os principais pilares do governo⁸⁹.

Nesse sentido, segundo o historiador, quando se passa para o *modelo político* que a modernidade denomina *imperial*, devemos recordar que isto ocorre principalmente pela marcada liderança passar a ser de imperadores, mas as instituições e as virtudes vinculadas à formação e atuação do homem político do período clássico se mantiveram vivas⁹⁰. Portanto, o autor afirma que o império se tratava de uma extensão da *res publica*, apesar da importante renovação na concentração dos poderes decisórios, que passou a ficar nas mãos de um único cidadão, o *princeps*. Essa figura também se demonstra importante para nós porque aparece unida ao βασιλεύς no governo de Justiniano.

Este período marcado por imperadores romanos então, nosso foco de análise neste item, pela historicidade do termo *rex* dentro destas estruturas de *poder*, poderiam ter em outros termos que aparecem vinculados a ele, tais como *princeps* e Augusto, por exemplo, em alguma medida, correlacionado ao monarca, porém também renovavam-se. Por conseguinte, eram marcados ainda por elementos de continuidade. Devemos lembrar que, por sua vez, diante da influência grega sobre Roma, *rex* vinculava-se através de uma transposição ao próprio βασιλεύς.

⁸⁸ FRIGHETTO, 2008, p. 22. Segundo Frighetto (2004, p. 38) *mos maiorum* tratava-se do modelo do viver comum como tradição romana. Versava-se então pela observação feita pelos romanos dos costumes de seus antepassados.

⁸⁹ FRIGHETTO, 2004, p. 40; Sobre esse período de transição também é possível consultar o trabalho de BARRASÚS HERRERO, Juan Carlos. De la res publica al Imperium: Poder y subjetividad em la Roma Imperial. *Revista de Filosofía*. Vol. 4. N. 1. 2013. p. 39-71.

⁹⁰ FRIGHETTO, 2004, p. 40.

Há que se destacar, por fim, após estas discussões teóricas alguns diálogos bibliográficos sobre os motivos práticos para essa nova conceituação aparecer em Roma. Afinal, esta perspectiva também é uma preocupação em nossos estudos.

Segundo Renan Frighetto, foi a hegemonia romana sobre o mundo mediterrânico, aliada ao esgotamento das instituições políticas inicialmente criadas para o exercício do *poder* em um espaço territorial mais limitado, acompanhada de uma concessão do senado cada vez maior de *poder* para os Cônsules, que deram cada vez mais margem para estes homens serem vistos como autênticos heróis militares pelas legiões romanas. O Cônsul passou então a se utilizar dessa imagem para fortalecer o seu *poder* político, concentrando-o em si, enquanto o senado se enfraquecia⁹¹.

Portanto, nos primeiros tempos da Roma comandada por imperadores, Frighetto esclarece que quem começou a se tornar *princeps* foi o Cônsul, que também era visto como “o primeiro cidadão”, ou “o mais importante de todos”. Por sua vez, suas conquistas militares o propiciariam o carisma para ser aclamado pelas legiões que, desta forma, reconheciam seu *poder* como condutor delas aos triunfos. Isso, ao ser bem visto pelo senado, os levava a nomeá-lo Augusto e, por fim, a aclamarem-no Imperador⁹².

Em contraponto, para Kelly Mamedes, as instituições e tradições da república se mantiveram apenas no momento de transição de um sistema a outro. Para a autora, quando houve a consolidação do governo como Império e do *poder político* concentrado no imperador, isso causou uma clivagem entre as duas instituições, que marcou todo o período conhecido como principado. Na visão da autora, o senado não aceitou essa nova forma de governo sem tentar refreá-la de modo a torná-la inofensiva, com base em sua moral⁹³.

Em nossas análises entendemos que, apesar do senado perder força para os imperadores e poder ter agido em seu desfavor por esse motivo, os elementos de tradição apontados por Frighetto continuaram sendo essenciais e determinantes a vida política do governo. Mais importante, porém, para nosso estudo era o fato de que o *princeps*, que se intitulava também o Augusto e o Imperador, já possuía algumas características específicas do cargo que se mesclou ao βασιλεύς do período tardio. Por tais motivos a partir desse momento não denominamos mais na pesquisa βασιλεία como monarquia, mas sim, como o próprio império.

⁹¹ FRIGHETTO, 2004, p. 40-41.

⁹² FRIGHETTO, 2004, p. 40-42.

⁹³ MAMEDES, 2018, p. 45-47.

Segundo Mamedes, o novo modelo administrativo romano e seu consequente poder alcançou um equilíbrio ideal no período dos Antoninos (96-192). No entanto, logo depois, como se verá ao tratar da Antiguidade Tardia, se vivenciou a *crise* do terceiro século, cuja característica mais importante para este trabalho encontra-se na nova mudança do *modelo administrativo*, que passou a ser marcadamente militar, devido ao papel cada vez maior dos generais, que passaram a ter enorme *poder*⁹⁴.

Antes de ampliar estas discussões, contudo, é importante enfatizar que este tópico possibilitou observar o conceito de βασιλεία no mundo romano como uma fase de renovações e continuidades com relação ao mundo grego. Neste sentido, nossos termos, apareceram transpostos para *regnum* e *rex*. Eram, então, permanências greco-romanas, mas passavam constantemente por mudanças de sentido.

Assim, veremos posteriormente que diante da junção dessas duas culturas em meio a adesão do grego à Nova Roma, βασιλεία e βασιλεύς vão ser retomados na administração. Neste momento, se unirão ao *princeps*, enquanto *regnum* e *rex* se distanciaram, já que passaram a fazer referência ao não romano. Levanta-se aqui a possibilidade que foi por este motivo que Procópio os diferenciou, como se verá no último item deste capítulo, sobre a βασιλεία de Justiniano⁹⁵.

Desta forma, a ênfase maior deste item esteve na historicidade dos conceitos de βασιλεία ou *regnum*, mas também nas titulações de βασιλεύς ou *rex* e, por fim, no *princeps* do período romano. Observaremos melhor agora o uso de todos estes termos dentro da estrutura administrativa greco-romana da Antiguidade Tardia.

1.3 A ΒΑΣΙΛΕΙΑ NA ANTIGUIDADE TARDIA

O objetivo deste tópico é discorrer sobre a βασιλεία da Antiguidade Tardia. Para tanto, precisamos compreender as alterações administrativas *práticas* que resultaram na união do βασιλεύς grego com o *princeps* romano. Primeiramente observemos então as mudanças na estrutura administrativa de Roma no tempo dos imperadores que possibilitaram a abertura de tal caminho.

Discorria-se anteriormente que, após o enfraquecimento do senado e fortalecimento da figura do Augusto em terras romanas, se vivenciou na terceira centúria

⁹⁴ MAMEDES, 2018, p. 47-48.

⁹⁵ Referimo-nos ao item 1.4 Percorrendo os caminhos entre a teoria e a prática política da βασιλεία cristã de Justiniano.

uma *crise*. A observamos pelo viés político, nosso foco de análise. No entanto, marcou os mais diversos âmbitos daquela sociedade.

Por tal motivo, Gilvan Ventura e Norma Musco Mendes, chegaram a denominá-la *Anarquia Militar*, na qual se tiveram sobretudo guerras civis contínuas e a desestruturação do sistema produtivo no mundo romano⁹⁶. Conforme Otávio Luiz Vieira Pinto, com quem concordamos, independentemente das posições epistemológicas sobre a centúria, o fato é que foram operadas transformações significativas nas estruturas administrativas romanas⁹⁷.

Para Kelly Mamedes, os componentes tradicionais da administração foram minados pelas disputas de *poder* entre imperadores e usurpadores, combinados com o abalo econômico e militar. Esse quadro, favoreceu o aumento de um *poder* cada vez mais autoritário, acentuado também pelas aclamações dos imperadores gerais. Estes eram levados ao *poder* por pronunciamentos militares, como aconteceu com Diocleciano (284-305), e como Frighetto expõe que ocorreu com Constantino (306-337)⁹⁸.

Para Ventura e Mendes as alterações que esses dois imperadores acabaram empregando, ficaram em vigor até fins do século V. O mais importante para nós, no entanto, é que Diocleciano e Constantino construíram as bases normativas que, conforme entendemos neste estudo, possibilitaram a fusão das culturas greco-romanas aos moldes vistos na Antiguidade Tardia⁹⁹. Constantino ganha destaque, pois uma das alterações governamentais firmadas foi a escolha da antiga cidade grega de Bizâncio para Constantinopla¹⁰⁰. Pinto, por sua vez, destaca outro ponto essencial ao nosso estudo, a centralização do *poder* na imagem do imperador, que com Diocleciano se tornou cada vez mais divinizada:

Todo um escopo ritualístico é incorporado no cotidiano político, e a cerimônia passa a ser prova ateste do poder sagrado que emana do cetro de Roma. Num plano efetivamente administrativo, Diocleciano operou também novos dinamismos, como a delegação de mando entre dois Césares e mais um Augusto – três personagens que, ao lado do próprio imperador, formavam uma tetrarquia –, o que expandiu sua presença e forçou a observância de suas ordens; internamente, levou ainda seu esquema ritualístico para o corpo de funcionários, que então dividiam com ele algo deste aspecto sacralizado.

⁹⁶ MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura. Diocleciano e Constantino: A construção do Dominato. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura (Orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. ES: EDUFES, 2006, p. 193-221.

⁹⁷ PINTO, Otávio Luiz Vieira. *O mais belo ornamento de Roma: administração, ofícios e o projeto burocrático nas variaes de Cassiodoro (507-540 D.C.)*. Dissertação (Mestrado em História) Programa de Pós-Graduação em História: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2012, p. 35-36.

⁹⁸ FRIGHETTO, 2004, p. 42. e MAMEDES, 2018, p. 48-49.

⁹⁹ MENDES; SILVA, 2006, p. 221.

¹⁰⁰ RUNCIMAN, 1977, p. 09.

Segundo Christopher Kelly, a sedimentação cerimonial estendida também aos membros da administração profissionalizava-os e formava ligações de lealdade, justamente por uni-los num *esprit de corps*.¹⁰¹

Conforme podemos observar no trecho supracitado, em seu trabalho, o historiador também procurou fornecer especial atenção às mudanças que ocorriam no corpo administrativo romano. Nesse sentido, intitulou de *virada burocrática* as alterações que percebeu em ações práticas, nas bases simbólicas e materiais do governo¹⁰². Para o autor, todos estes aspectos deviam caminhar em consonância com a representação do *poder* imperial. As funções cerimoniais ganharam então amplo destaque, pois eram o momento da afirmação da figura do governante como a imagem do próprio *poder*, o que será um elemento de continuidade no momento da aproximação e da adesão ao cristianismo por parte do império¹⁰³.

Kelly Mamedes também enxergou uma separação das responsabilidades acontecendo neste contexto. Segundo a autora, as questões administrativas se mantiveram na prefeitura do pretório, mas foi o início de um distanciamento das funções militares, as quais começaram a ficar delegadas à defesa das fronteiras¹⁰⁴. Para esta pesquisa, as alterações na estrutura governamental do quarto século devem ser enfatizadas na medida que mexeram nas funções exercidas pela figura imperial, cujo *tipo de poder* se alterou, e, por conseguinte, desembocaram na utilização de novas titulações, as quais, passam a empregar ainda βασιλεύς e *princeps* em conjunto.

Em trabalho mais abrangente Gilvan Ventura foi quem esmiuçou essas alterações da *teoria política* que conduzia o *poder político* constantinopolitano do século IV, e o observou através dessa união de culturas, pois o abordou como o momento da afirmação da βασιλεία sagrada. Mais precisamente o autor enxergou tal alteração ao longo do governo de Constâncio II (337-361), filho e sucessor de Constantino. Para o pesquisador, Constâncio foi um dos primeiros imperadores a não se ocupar em conduzir operações militares de grande extensão como se fazia anteriormente¹⁰⁵.

Segundo Ventura, isso não significava que Constâncio II não se envolvesse mais em assuntos militares ou não auxiliasse os seus generais em campanha. O que se percebe, no entanto, é o início de uma preocupação constante neste período de

¹⁰¹ PINTO, 2012, p. 37, grifos do autor.

¹⁰² PINTO, 2012, p. 35-74.

¹⁰³ PINTO, 2012, p. 37.

¹⁰⁴ MAMEDES, 2018, p. 49-50.

¹⁰⁵ VENTURA, Gilvan. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337 – 361)*. Vitória: EDUFES, 2015.

preservar a pessoa sagrada do soberano, o qual não participa mais da frente de combate, a despeito da sua excelente formação militar, aparecendo somente quando se trata de firmar acordos de paz ou discursar para as tropas reunidas¹⁰⁶.

Assim, a morte de Juliano (361-363) durante batalha contra os persas, foi descrita por Amiano Marcelino (330-391) como algo imprudente, à medida que passou a significar uma exposição do βασιλεύς ao perigo – e Ventura também apresentou o cargo como imperial, ou seja, dizendo respeito ao imperador, não mais como monárquico, ou dizendo respeito a um monarca, demonstrando a imbricação das culturas gregas e romanas aos moldes analisados aqui ainda no quarto século. Além dessas alterações, no que se refere ao caráter militar imperial, Ventura apresentou modificações nas funções do governante em julgamentos, ao passo que o imperador não apareceu mais nas fontes se ocupando com casos de primeira instância. A ênfase do cargo a partir de Constâncio estava

nas atribuições de caráter *político-administrativo* propriamente ditas reservadas ao imperador, cuja agenda é ocupada cada vez mais por atividades de natureza normativa, pela supervisão do conjunto da administração imperial e pela manutenção da ordem pública, advindo daí o seu extremo interesse pelas disputas eclesiásticas, um eterno foco de conflito no século IV, e pela repressão sumária a qualquer ameaça ao seu poder. Muito mais que um juiz e um brilhante general, Constâncio II se revela um hábil administrador, que governa assessorado pelo seu *consistorium*, o antigo *consilium principis*, agora transformado em órgão permanente de governo, cuja competência se estende por todos os setores da vida pública (legislação, jurisdição, administrações civil e militar).¹⁰⁷

Um dos grandes atributos que Ventura dedicou algumas páginas em seu estudo para explicar com o intuito de demonstrar a administração do governo configurada como uma βασιλεία sagrada se encontra no *consistorium*, ou seja, no conselho que agia de maneira ativa e efetiva na administração imperial, auxiliando o βασιλεύς. Da mesma forma, apresentava-se como sagrada pelo autor devido ao vínculo iniciado com a cultura cristã, que passou a permear as funções com que o imperador devia se ocupar, como se verá acontecer também em Justiniano, ainda que a historiografia¹⁰⁸ não tenha articulado isso como uma βασιλεία¹⁰⁹.

Mamedes, por exemplo, considera que essas mudanças no sistema administrativo e no *poder político* decorrente do século IV, caracterizavam a figura imperial como um autocrata (αὐτοκράτωρ), ou seja, com a concentração do *poder*, em *teoria*, toda nesse

¹⁰⁶ VENTURA, 2015, p. 61.

¹⁰⁷ VENTURA, 2015, p. 61, grifos do autor.

¹⁰⁸ Estas discussões são retomadas no próximo item, ao observar a historiografia sobre os anos de Justiniano.

¹⁰⁹ VENTURA, 2015, p. 61-67.

cargo¹¹⁰. Pinto, por sua vez, ainda que utilize o termo autocracia para se referir ao período, já observava o *poder* imperial como dependente das demais instâncias administrativas:

o que passa a suceder com o universo político-administrativo do Império, então, é uma situação paradoxal: a autocracia do líder dependia de uma burocracia forte e especializada, e justamente esse nível de dependência e especialização fazia dos oficiais administrativos elementos com mando crescente e, em certa medida, independente do próprio trono imperial.¹¹¹

Consideramos que um dos aspectos mais importantes desse período foi a marcada união da cultura grega, romana e cristã que passou a ocupar o cargo imperial e o *modelo de governo*, iniciando a ideia de βασιλεία cristã. Observaremos melhor essas questões, especificamente no que tange ao governo de Justiniano, no decorrer do próximo item.

1.4 PERCORRENDO OS CAMINHOS ENTRE A TEORIA E A PRÁTICA POLÍTICA DA ΒΑΣΙΛΕΙΑ CRISTÃ DE JUSTINIANO

Neste item, nós pretendemos adentrar especificamente na *teoria* e na *prática política* de Justiniano. Conforme já esboçamos anteriormente, entre as interpretações historiográficas mais difundidas se encontram as de que o período de Justiniano vivenciou o *modelo administrativo* denominado de teocracia (θεοκρατία/*theokratía*), e as de que se experimentou uma autocracia (αὐτοκρατία/*autokratía*). É consenso, no entanto, que as duas formas de administração partiram de uma tentativa de *renovatio imperii* da época¹¹².

Primeiramente, nos ateremos sobre a definição do conceito de θεοκρατία. As explicações encontradas sobre esta *teoria* são breves e gerais, mas o trabalho de Steven Runciman auxilia. Segundo este pesquisador, a partir da ascensão do cristianismo os governantes passaram a pensar um *modelo governamental* que tivesse cargos embasados nesta crença e, aos poucos, o impuseram sobre as tradições romanas de organização social que se viu anteriormente¹¹³.

Ao abordar esse *modelo*, no entanto, se encontram alguns limites. Em uma θεοκρατία, conforme explica Runciman, a religião se impõe sobre todas as demais instâncias, até sobre os governantes, os quais estavam querendo se encaixar em uma hierarquia sacerdotal, devendo ser vistos como os Vice-reis de Deus. Embora tal título

¹¹⁰ MAMEDES, 2018, p. 50-52.

¹¹¹ PINTO, 2012, p. 43-44.

¹¹² Conforme veremos discussões em Taveira (2002) e Frighetto (2012).

¹¹³ RUNCIMAN, 1978, p. 26; uma definição do termo que corrobora com estas explicações também pode ser encontrada em FERRARI, Silvio. Teocracia. In. BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 1237-1238.

fosse usado de fato, segundo este *modelo* o governante se valeria de tal nomenclatura para tentar ser aceito pela ἐκκλησία, em troca de deixá-la ser responsável por pensar em questões doutrinárias, as quais ele mesmo acabaria submetido. Portanto, a *autoridade* ou o *tipo de poder* exercido pelo clero no governo acabaria sendo determinante sobre o soberano¹¹⁴.

Por tal motivo esse *modelo administrativo* não chegou a ser tão aceito quanto o de uma αὐτοκρατία no meio acadêmico, já que a *autoridade* imperial, ainda que fosse questionada pela ἐκκλησία oriental, não era tão afetada por ela a ponto de não conseguir governar. Se um patriarca entrasse em atrito com o imperador, o governante não seria deposto, pois seu *poder* se sobrepunha ao dele. Então o que mais provavelmente poderia ocorrer era a retirada de um membro do clero, mesmo quando a construção da união entre ambas as instâncias ainda estava acontecendo.

Observando o período de Justiniano especificamente, os patriarcas constantinopolitanos não chegaram mesmo a ter tanta força, carisma, nem a serem tão conhecidos como na quarta centúria, com o caso de João Crisóstomo (398-404), por exemplo. Tal indício aponta para uma acentuada submissão do clero ao governo entre os anos de 527 e 565. No entanto, este quadro é observável também antes e depois deste recorte temporal.

Por tais motivos, Celso Taveira e Mamedes pensaram em seus trabalhos o *modelo político* que, embora mais aceito no meio acadêmico para o período de Justiniano, também é visto de maneira breve e pouco aprofundada, o de uma αὐτοκρατία. A elaboração deste conceito se deu a partir da forma de tratamento com que a figura imperial se firmava. Nesse tipo de administração, a autodenominação do governante através da palavra grega αὐτοκράτωρ em documentos oficiais teria por objetivo demonstrar que o governo estava organizado de tal forma que a *autoridade* ou o *poder* para tomada de decisões estava totalmente centralizado neste cargo¹¹⁵.

Segundo Mamedes, em consonância com Evans, o termo αὐτοκράτωρ, legado da Grécia Antiga, era desde esta época aplicado a reis gregos divinos e com *poder* absoluto. No século VI, representava o *modelo* que permitia aos governantes conferir dignidades, nomear cônsules e burocratas, serem os *juízes supremos*, cuja justiça deveria ser aplicada

¹¹⁴ RUNCIMAN, 1978, p. 26.

¹¹⁵ TAVEIRA, Celso. *O modelo político da autocracia bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2002.; MAMEDES, Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes. *Conflitos e negociações na corte do Imperador Justiniano. Anais do XVII encontro de História da ANPUH-RIO*. RJ: ANPUH, 2016.

em seu nome. Também por este *modelo*, cabia a eles o comando do exército por meio do prefeito das milícias. Em outras palavras o imperador era a *única* fonte de *poder* e *direito*. Assim, governava com uma *autoridade ilimitada*¹¹⁶.

No entanto, pensar em uma *αὐτοκρατία* também pode ter limites. Quem procurou apontá-los foi a própria autora ao encontrar divergências analisando a forma com que o governo era administrado na *prática*. Ao observar os relatos de Procópio em sua obra *História das Guerras*, o objetivo central do seu trabalho foi pensar as negociações de questões político-administrativas no governo de Justiniano¹¹⁷. Para a pesquisadora, apesar de o imperador ser um *αὐτοκράτωρ*, ele necessitava utilizar das diversas instâncias administrativas para governar. Para isso, Mamedes explica que ele deveria ter estratégias como “o dar e receber, a persuasão, a negociação, a imposição”¹¹⁸. Desse modo, segundo esta leitura, apesar do *modelo administrativo* permitir que o cargo imperial possuísse grandes *poderes*, teve inúmeras vezes de convencer, realizando arbitragens entre indivíduos que embora subordinados, eram poderosos.

Valemo-nos como exemplo do caso que Mamedes classificou como emblemático para demonstrar que, mesmo sendo um *αὐτοκράτωρ*, o imperador precisou negociar um acontecimento político envolvendo sua esposa, Teodora, e o prefeito do Pretório, João da Capadócia. O ódio nutrido entre estes dois cortesãos fez com que o prefeito comesse a espalhar calúnias a respeito da imperatriz, sem levar em consideração o carinho que Justiniano nutria pela consorte. Ao perceber o que estava acontecendo, Teodora planejou matá-lo, mas como o marido também o tinha com muita estima, não pode tomar tal atitude. Ao descobrir o plano, João, com medo, passou a ficar todas as noites vigilante. Diante de tal situação Antonina, esposa do general Belisário, visando agradar a imperatriz concebeu o seguinte plano que foi narrado por Procópio:

Tinha João uma filha, Eufêmia, com muita fama de discrição, porém muito jovem e por isso mesmo muito fácil de enganar e seu pai a amava com delírio, porque era sua única filha [...]. Um dia que estava só em seu quarto, Antonina se pôs a fingir que lamentava sua má sorte, queixando-se de que Belisário, apesar de haver alargado o império romano em uma medida que nunca antes foi vista e haver trazido para Bizâncio dois reis como prisioneiros de guerra,

¹¹⁶ MAMEDES, 2018, p. 53; EVANS, 2001, p. 58.

¹¹⁷ MAMEDES, 2016, p. 03-04.

¹¹⁸ MAMEDES, 2016, p. 04. Fora as questões expostas por Mamedes dentro da corte, há um rico e denso trabalho especialmente sobre as negociações diplomáticas durante o governo de Justiniano em FERNÁNDEZ DELGADO, Aitor. *De Re Diplomatica cum Barbaris: legados, legaciones y evolución de los procesos diplomáticos del Imperio romano de Oriente en relación a su limes septentrional durante la segunda mitad del «largo» siglo VI*. Tesis (Programa de Doctorado en Historia, Cultura Escrita y Pensamiento). Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia y Filosofía, Universidad de Alcalá, 2017, 832 p.

não havia recebido senão a ingratidão de Justiniano. Eufêmia se retirou dali para referir-se ao pai de imediato. A ele lhe agradou essas palavras, pois suspeitava que aquela empresa lhe proporcionaria um caminho para que se cumprisse a profecia de sua ascensão ao trono e pediu de imediato e sem nenhuma demora que sua filha pudesse se reunir com Antonina para falar e dar-lhe garantias. [...] Quando chegou o dia acertado Antonina partiu da cidade com uma saudação de despedida da imperatriz. A imperatriz não fez nada mais do que denunciar para seu esposo o que João planejava contra o império e enviou a Narses, o eunuco, e Marcelo, o chefe da guarda do palácio. Conta-se que o imperador, ao inteirar-se dos feitos, mandou um dos próprios amigos de João com o encargo de proibir-lhe terminantemente de se encontrar com Antonina às escondidas. Porém João, desatendendo a advertência do imperador se reuniu à noite com Antonina. [...] No momento que João, já com a língua solta, se comprometia ao golpe e o corroborava com os mais tremendos juramentos, Narses e Marcelo de improviso caíram sobre ele, porém se produziu um tumulto e a escolta de João que estava muito perto se pôs junto a ele. João pode fugir protegido por eles e chegou rapidamente à cidade. E se houvesse se atrevido a ir direto ao imperador, não haveria sofrido nenhuma represália, porém na realidade foi que ao refugiar-se em um templo, deu o pé com a imperatriz para que se valesse de suas intrigas contra ele. Pois bem, foi então que de prefeito que era, João passou a ser um simples cidadão.¹¹⁹

Através do relato acima podemos observar que as *relações de poder* da esfera *política* da corte de Justiniano estavam permeadas por laços de amizade, pois em meio a contenda entre o prefeito e a imperatriz, sua amiga, Antonina, disseminou uma informação falsa, e enganou a filha de João, Eufêmia. Para tanto, foi até a menina queixar-se que Justiniano não reconhecia os feitos de seu esposo. A jovem, por sua vez, caiu no plano de Antonina, e foi direto contar ao seu pai o que havia ouvido. Estes dois últimos casos demonstram ainda dois tipos de relações pessoais perpassando ações políticas.

Por sua vez, João, também acreditou na história. Assim, viu na conversa entre a filha e Antonina uma oportunidade de planejar um golpe, tornando-se imperador. Dessa forma, o prefeito começou a tramar uma conspiração para retirar Justiniano do cargo. O imperador, ao saber dos acontecimentos, ainda tentou proteger o amigo. Deu ordens diretas para o prefeito não seguir com o plano. João, sem dar ouvidos a Justiniano, foi pego tentando então aplicar um golpe no imperador e, no momento que tentava escapar, a imperatriz conseguiu retirá-lo do cargo.

Segundo Mamedes, tais atitudes demonstram a complexidade das relações políticas dentro da corte, pois mesmo o imperador possuindo um cargo administrativo com *poderes* tão elevados, para se manter nessa posição, precisava fazer negociações¹²⁰. Nesse estudo, entendemos que se era necessário negociar, isso se devia ao *modelo administrativo* não possuir um cargo imperial com *poder supremo* sobre outrem. O título poderia designar um líder que teria como dever articular as demais instâncias, mas seu

¹¹⁹ PROCÓPIO DE CESAREIA, 2000, p. 157 apud MAMEDES, 2016, p. 07-08.

¹²⁰ MAMEDES, 2016, p. 08.

poder não era superior a tudo, pois seria uma tirania. A πολιτεία estava acima de todos. Além disso, conforme podemos observar na citação acima, as pessoas que ocupavam tais cargos estavam pautadas em *relações de poder* pessoais dentro da corte, que acabavam determinando as ações sobre a vida política.

Tem-se por objetivo aqui pensar qual foi o *modelo político* e o *tipo de poder* político que Justiniano exerceu, ou seja, desejamos compreender para além da *teoria*, sua prática. Para tanto, faz-se necessário olhar o que dizem os documentos que nós tomamos como fontes: o *Capítulo I*, do *Livro I* presente na obra *Das Construções*, também escrita por Procópio de Cesareia, e o poema de Paulo Silenciário, *Descrição de Santa Sofia*, dedicados ao imperador e a construção do templo. As narrativas, ao abordarem a aliança político religiosa do governo de Justiniano, chamam o governante de βασιλεύς¹²¹. Entendemos que por serem dois panegíricos dedicados a um governo cristão, isso conferia maior possibilidade a Procópio e Paulo para utilizarem de um título que de fato demonstrasse o que ocorria na prática, uma administração do tipo βασιλεία, conceito que também empregam nas fontes.

Antes, contudo, não podemos ignorar outro termo que citamos no início desse tópico e que foi bastante difundido na historiografia sobre o período, o qual, para historiadores como Celso Taveira, foi mesmo a motivação para a atualização do *modelo político* e do *tipo de poder* que tentamos compreender. Segundo o pesquisador a αὐτοκρατία estava atrelada a uma tentativa dos governantes da Nova Roma de fazer uma *renovatio imperii*¹²².

O termo, por sua vez, faz parte do legado romano que se debatia anteriormente. Segundo Renan Frighetto desde o século III a *renovatio* tratava-se de uma ideia base para reelaborações administrativas, jurídicas, políticas, militares e urbanísticas. Nela, estavam contidas as intenções de estabelecer uma *nova era imperial*, que deveria se destacar mais que as anteriores, conforme a proposta de governo vigente. Dessa forma dizia respeito, então, a uma *nova época* que deveria ser marcada por um imperador melhor. Em outras palavras, a ideia assinalava a revisita a uma série de princípios dos imperadores romanos de períodos anteriores quando, a partir disso, os renovariam¹²³.

Segundo Taveira ocorreram duas grandes *renovationes*. A primeira, empreendida por Diocleciano (284-305) na sua forma administrativa, foi posteriormente aperfeiçoada

¹²¹ As passagens com os usos do termo são mais bem observadas no decorrer do último capítulo.

¹²² TAVEIRA, 2002, p. 43-50.

¹²³ FRIGHETTO, Renan. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações* (Séculos II-VIII). Curitiba: Juruá, 2012. p. 93-155.

por Constantino (306-337), que além de continuar a conduzir o governo à mais extrema forma militar e centralizada, também iniciou a aproximação com o cristianismo.

Por sua vez, cerca de dois séculos depois, houve a segunda grande *renovatio* com Justiniano, cujos símbolos, para Taveira, buscavam embasar-se em um caráter bélico, possível de ser discutido a partir das guerras empreendidas no Ocidente visando “restaurar” o império, ocupado pelas monarquias “bárbaras”. A renovação, segundo o pesquisador, era complementada também pela compilação das leis romanas, que entendemos como função essencial a um sistema regido por uma πολιτεία, o envolvimento imperial com a teologia cristã, e a reconstrução da expressão máxima do que foi o seu programa de construções: o templo de Santa Sofia ou da Sagrada Sabedoria¹²⁴, o que visava demonstrar o caráter cristão do império¹²⁵.

Nesse sentido, há que se ressaltar o que entendemos por *renovatio imperii*. Primeiramente é necessário enfatizar que não discordamos do termo no sentido proposto por Frighetto, de que foi uma motivação para a busca por um *tipo de poder* embasado na *autoridade* imperial, o qual era legado de governos romanos anteriores, bem como ao tentar uma renovação destes elementos. No entanto, entendemos que é necessário atualizar o pensamento de Taveira sobre o governo de Justiniano.

Para tanto, o trabalho de Renato Viana Boy auxilia, o qual revisa a concepção do que Taveira apontou como uma “recuperação” da parte Ocidental através das campanhas militares de Justiniano¹²⁶. Para Boy é inviável pensar em uma ideia de “restauração” ou “recuperação”, na medida que estes termos não estão presentes nas fontes do período analisadas por ele, as *Guerras*, de Procópio, e a *Getica*, de Jordanes.

Devemos enfatizar que Procópio discorria sobre as pretensões do Império Romano Oriental, então o historiador não interpretava a deposição de Rômulo Augusto em 476 pelo bárbaro Odoacro (476-493) como a “Queda de Roma”. Esta concepção de “fim do Império”, está presente na *Getica* de Jordanes¹²⁷.

Assim, não pretendemos reproduzir tais expressões que apontam para uma “recuperação” ao explorar uma visão oficial, ou seja, a que o império tinha sobre si.

¹²⁴ Optamos por denominar o templo como “Santa Sofia” por ser o nome mais difundido no Brasil, mas também se utiliza “Sagrada Sabedoria” por ser a tradução mais precisa, ao ser levado em consideração o significado das palavras “Ἁγία” e “Σοφία” no grego e *Hagia Sophia*, por tratar-se da sua transliteração. Para discussões sobre essas variações ver DOWNEY, Glanville. The Name of the Church of St. Sophia in Constantinople. *The Harvard Theological Review*, Vol. 52, No. 1 (Jan., 1959), p. 37-41 e CAMERON, Averil. Procopius and the Church of St. Sophia. *The Harvard Theological Review*, Vol. 58, No. 1 (Jan., 1965), p. 161-163.

¹²⁵ TAVEIRA, 2002, p. 43-50.

¹²⁶ BOY, 2013, p. 119-125. e TAVEIRA, 2002, p. 43-50.

¹²⁷ BOY, 2013, p. 119-125.

Também é importante destacar que ao discorrermos sobre uma *renovatio* observamos principalmente a busca do elemento romano na forma de administração do imperador e, por conseguinte, no *tipo de poder* do qual Justiniano se valia para governar. Não descartamos seu peso na pesquisa, ao passo que o exploramos, mas é importante enfatizar que esse não era o único componente. Há ainda a cultura grega, a cristã e a das monarquias ditas bárbaras de maneira muito forte.

Por tais motivos entendemos na pesquisa que, a segunda *renovatio* era uma tentativa de reorganização, ou rearranjo, em diversos níveis do império, incluindo suas fronteiras (ver Mapa 1). Versava-se então sobre a manutenção da política de administração governamental e do seu *poder*. Isso abarcava, por conseguinte, pensar à época uma *teoria* específica sobre o cargo desempenhado pela figura central do governo, o imperador. Por mais que Procópio e Paulo não tivessem colocado isso como uma teorização, devido à natureza dos documentos – são louvores ao imperador –, os termos referenciando o governo e as titulações empregadas não foram escolhidas ao acaso. Cada designação é resultado de um conjunto de ideias, convicções e princípios filosóficos, sociais e políticos que caracterizaram um grupo de autores do sexto século, dentre os quais alguns também escreveram sobre o governo, como é o caso ainda dos que chegam até nós, Agápito, no seu *Conselho ao Imperador*, e do texto anônimo *Diálogo na Ciência Política*.



Mapa 1: Mapa autoral, feito com base no cartograma das páginas 554 e 555 de *Das Construções*, no mapa do Império de Justiniano em 565 presente na página 70 do *The Oxford History Of Byzantium*, organizado por Cyril Mango e no mapa da página 348 do *The Oxford Dictionary of Byzantium*.

Postas estas atualizações que se entendem necessárias, passamos agora a apontar algumas questões observadas nas fontes que nos levaram ao questionamento do cargo ocupado por Justiniano em seu governo, bem como a discutirmos o *tipo de poder* exercido pelo βασιλεύς. Essas questões não são mais vistas como uma *autocracia* (αὐτοκρατία) ou uma *teocracia* (θεοκρατία), mas induziram-nos ao entendimento do *modelo político* como uma *basileia*, cujo *poder* era resultado das funções administrativas de um βασιλεύς. Essa possibilidade ocorreu durante a observação dos termos gregos das fontes.

Ao contrário do exposto por Taveira de que os protocolos oficiais da chancelaria que compunha o *corpus iuris civilis* de Justiniano o tratavam no grego como “Αὐτοκράτωρ Καῖσαρ Φλ. Ἰουστινιανός, Ἀλαμανικός, Γοτθικός, Φραγκικός, Γερμανικός, Ἀντικός, Ἀλανικός, Οὐανδαλικός, Ἀφρικός, εὐσεβής, εὐτυχής, ἔνδοξος, νικητής, τροπαιοῦχος, αἰσέβαστος, Αὐγοῦστος” em uma tradução do latim, em que ele aparece como “*Imp. Caesar Fl. Justinianus, Alamanicus, Gotthicus, Francicus, Germanicus, Anticus, Alanicus, Vandalicus, Africanus, Pius, Felix, Inclytus, Victor ac Triumphator, semper Augustus*”¹²⁸, na prosa e no poema o Imperador é denominado Ἰουστινιανός ὁ βασιλεύς [*Ioustinianós hó basileús*]. Por sua vez, o *modelo político* governamental é descrito através dos termos *basileia*, *politeia* e *arche*.

Se, por um lado, Taveira aponta que o termo αὐτοκράτωρ permaneceu nos documentos da chancelaria designando a expressão do *poder* absoluto e pessoal do imperador – o que caracterizou para a modernidade a teorização de sua forma de governo como uma αὐτοκρατία –, por outro, o mesmo pesquisador explica que, na prática, Justiniano exigia ser chamado de βασιλεύς e δεσπότης [*despótēs*]¹²⁹. Nesse sentido, ao considerarmos que os panegíricos estavam apresentando o resultado de uma teorização sobre o que ocorria na prática, estas divergências na forma de tratamento revelam-se significativas.

E através do trabalho de Renato Viana Boy foi possível identificar a utilização da titulação βασιλεύς também na obra *História das Guerras*. Nesta narrativa, Procópio também se valeu do termo *regnum* como modo de diferenciar quem era o não romano ou não grego ao empregá-lo para se referir ao *rex* bárbaro. Segundo Boy, os escritos

¹²⁸ BRÉHIER, 1906, p. 171 apud TAVEIRA, 2002, p. 58.

¹²⁹ TAVEIRA, 2002, p. 60.

procopianos procuraram definir sutilmente essas diferenças ao se valerem da palavra latina *rex* transpondo-a aos caracteres gregos ρ, η, ξ (ρήξ/*rhéx*) ao narrar a vitória de Teodorico na Itália sobre Odoacro, que o fez tornar-se o rei (ρήξ) dos godos no trecho seguinte:

E, embora ele não tenha reivindicado o direito de assumir também as vestimentas ou o nome de imperador dos Romanos, foi chamado rei [rex] até o fim de sua vida (pois assim os bárbaros estão acostumados a chamarem seus líderes), a inda, no governo de seus próprios negócios, ele investiu-se com todas as qualidades às quais propriamente pertencem a quem é, por nascimento, imperador¹³⁰

Para Boy, na narrativa supracitada o historiador da Nova Roma estava marcando uma distinção entre romanos e não-romanos ao assinalar que, Teodorico tomou posse no quinto século do título de *rex* (ρήξ), conforme o costume. Esta atitude, por conseguinte, indicava um *tipo de poder* que se situava, nas palavras do autor,

numa posição hierárquica inferior ao do imperador (βασιλεύς) romano. E Procópio fez questão de esclarecer que, embora tenha agido com as qualidades de um imperador, Teodorico não o era e sequer teria demonstrado pretensão de sê-lo.¹³¹

Assim, ao relatar a história das *Guerras* travadas por Justiniano, Procópio reafirmava que o *poder político* imperial era soberano sobre as populações não-romanas. Para tanto, se valeu do título de βασιλεύς. Os protocolos oficiais também seguem esta tendência, na medida que as expressões anteriormente citadas, colocam Justiniano como o imperador de todos, de romanos a não-romanos.

Neste sentido, entendemos que a finalidade de demonstrar a figura imperial romana como o governante de todos, adquiria uma conotação de soberano universal, na linha constantiniana, augusta e alexandrina. A necessidade dessa reafirmação no sexto século, se devia a disputa com os persas, que também eram um modelo de império universal. No entanto, a função do βασιλεύς neste governo era de articular politicamente a βασιλεία cristã, enquanto o melhor dos melhores, o primeiro dentre os homens, mas reconhecendo seus limites. Desta forma, entendemos que o título era empregado por Procópio e Paulo para especificar o *tipo de poder* governamental, também renovado.

A opção de referência a Justiniano como *imperador* nas traduções feitas do título de βασιλεύς, então, têm por intuito marcar a imbricação greco-romana cristã característica

¹³⁰ PROCOPIUS. *De Bello Gótico* V, I, 26 apud BOY, 2013, p. 131-132.

¹³¹ BOY, 2013, p. 131-132.

do período da segunda *renovatio*. Não se tratava mais do mesmo rei do período grego, nem do mesmo *princeps* do período clássico romano anteriormente observado, mas de uma continuidade que ocorreu através da junção de ambos.

O mesmo ocorre para nossas traduções de βασιλεία como Império. E, ao vincular o uso do conceito feito por nossos autores as *teorias* aristotélica, platônica e isocrática¹³², consideramos que a βασιλεία foi escolhida por se tratar do método de governo (ἀρχή) mais adequado, pois era a melhor πολιτεία. Assim, era necessário possuir à frente da administração um βασιλεύς ideal, que era o mais virtuoso, o grande líder e, por conseguinte, quem possuía o auxílio divino.

Nesse sentido, entendemos que o *poder* estava contido na função imperial de βασιλεύς, mas que esta funcionava porque o governante não agia sozinho, pois contava principalmente com o apoio sagrado em suas ações. Já o *poder supremo* da πολιτεία, neste contexto, se associava além da constituição, compreendida de maneira análoga e, por conseguinte, não desvincilhada do *corpus iuris civilis*, à tradição política romana do *mos maiorum*.

Além disso, o conceito de βασιλεία estava desde o século IV vinculado à aliança político-religiosa, a qual embasava-se no legado greco-romano. Taveira chama a atenção para a associação que os cristãos faziam com a primeira carta de São Paulo a Pedro, no capítulo 2, versículo 17 quando ele diz “πάντας τιμήσατε, τὴν ἀδελφότητα αγαπᾶτε, τὸν θεὸν φοβεῖσθε, τὸν βασιλέα τιμᾶτε” [sede educados para com todos, amai os irmãos, temei a Deus e respeitai o Imperador]¹³³. Por sua vez, com os romanos, βασιλεία prosseguiu como o *poder* detido pelo *princeps*. Para o autor, esse foi o motivo que levou o termo a se generalizar na literatura cristã a partir do século III e chegar ao século VI consolidado¹³⁴.

Assim, as análises apontam para Procópio e Paulo descrevendo o *tipo de poder* imperial ao se referirem a Justiniano como βασιλεύς em meio a narrativas político-religiosas. Em uma βασιλεία se admite que o βασιλεύς não tome sozinho as decisões. Já a ideia de uma *teocracia* é questionável, pois há a confirmação de uma relação direta entre o Imperador e a instância do clero. Por sua vez, pensar uma *autocracia* também acaba se tornando inviável, pois o *modelo político* administrativo não resultava em uma tomada de decisões concentradas totalmente na figura imperial.

¹³² Vide discussões no item 1.1 A βασιλεία de Aristóteles, Platão e Isócrates.

¹³³ Tradução de Celso Taveira.

¹³⁴ TAVEIRA, 2002, p. 60.

Conforme era abordado anteriormente, a figura do βασιλεύς em seu *modelo político* administrativo era escolhido dentre os melhores para articular o sistema governamental. Uma das características fundamentais desse tipo de governo também era ver este personagem sempre procurando o conselho de alguém. Nos panegíricos, isso fica o tempo todo ressaltado através do auxílio sagrado. No entanto, podemos afirmar também que isso ocorria em Constantinopla, na medida em que ocasionalmente aparecia o que Runciman define como um *pequeno conselho*, uma espécie de *subcomissão não-oficial do Senado* que discutia os rumos políticos da cidade, como na famosa reunião durante a *Revolta de Nika* em 532, quando o discurso de Teodora, segundo Procópio, salvou o trono de Justiniano¹³⁵.

Kelly Mamedes chega mesmo a afirmar que o espaço físico dentro do Grande Palácio denominado de *consistorium* servia, de fato, como conselho do βασιλεύς ainda no sexto século¹³⁶. Conforme se observava anteriormente, seu papel, que se iniciou no quarto século com Constâncio, prosseguia sendo o da *engrenagem* responsável pelo funcionamento de todos os pilares do governo¹³⁷.

Segundo a autora, os altos dignitários da corte discutiam assuntos que iam desde o militar até o religioso e quando na presença do imperador se apresentavam os resultados. Mesmo que se pudesse discurrir “apenas o que ele [o βασιλεύς] queria ouvir e o que lhe concernia, sob pena de punição”¹³⁸, devemos lembrar que estas reuniões estavam embasadas além do que previamente se debateu, em *relações de poder* que se davam fora daquele ambiente, como se demonstrou ao longo deste item, quando observamos o episódio vivenciado entre Teodora e o prefeito do pretório e, como veremos no decorrer do próximo capítulo, ao ressaltarmos quem eram os membros do governo dos quais Justiniano solicitou panegíricos¹³⁹.

¹³⁵ RUNCIMAN, 1977, p. 67-68.

¹³⁶ MAMEDES, 2018, p. 113-122.

¹³⁷ VENTURA, 2015, p. 61.

¹³⁸ MAMEDES, 2018, p. 117, intervenção entre colchetes nossa.

¹³⁹ MAMEDES, 2018, p. 113-122.

CAPÍTULO 2: UM OLHAR SOBRE A CORTE DE PAULO SILENCIÁRIO, PROCÓPIO DE CESAREIA E O *CORPUS* DOCUMENTAL

No capítulo anterior observávamos a βασιλεία enquanto uma forma de *teoria* e de *prática política*. Aqui, almejamos enfatizá-la ainda mais ao lançar um olhar para a corte, pois o objetivo deste capítulo é dar prosseguimento às suas análises através da inserção dos autores das fontes da pesquisa no *modelo administrativo* imperial, quando examinaremos suas relações com o governante e a cristandade. Além disso, em um plano secundário, visamos apresentar nosso *corpus* documental e refletir sobre sua tradição manuscrita, para que possamos, no próximo capítulo, ter elucidadas as estruturas das narrativas com que estamos travando contato, bem como quais são os materiais que colocaremos em análise.

Trataremos ambos os assuntos de maneira imbricada, contudo, compreendemos que é de suma importância termos, logo de início, mais explanadas quais foram as alterações que nossos documentos sofreram ao longo do tempo, para que saibamos como e o que chegou até nós. Então dedicaremos estas linhas a abordar manuscritos e, por conseguinte, edições. A primeira sobre a qual discorreremos é *Das Construções*.

A publicação que empregamos na pesquisa desta fonte, um compilado de seis livros narrando as construções por todo o império, faz parte da coleção elaborada pela *Loeb Classical Library*. Foi a primeira versão com que travamos contato, e a qual ainda utilizamos devido ao fato de ser bilíngue, contendo uma reprodução do texto grego, e uma tradução para o inglês. O livro foi publicado pela primeira vez em 1940, por Henry Bronson Dewing, em colaboração com Glanville Downey, e revisado no ano de 1954, por Jeffrey Henderson.

O próprio exemplar estabelece alguns caminhos para a tradição manuscrita, que resultou nos livros como os temos¹⁴⁰. No entanto, os procedimentos são citados de maneira muito breve. Por tal motivo, recorreremos ao trabalho de Brian Croke, que escreveu um estudo extenso e detalhado sobre a transmissão de escritos de todas as narrativas procopianas, incluindo então as *Guerras* e a *História Secreta*, sobre as quais não nos deteremos por não trabalharmos com elas¹⁴¹.

Antes de percorrermos a trajetória dos manuscritos das *Construções*, enfatizamos que o exemplar empregado neste estudo, da *Loeb*, foi baseado naqueles catalogados por

¹⁴⁰ PROCOPIUS, 1954, p. XVIII.

¹⁴¹ CROKE, Brian. Procopius, from manuscripts to books: 1400-1850. *Histos Supplement* 9 (2019) p. 1-173. Florida: Florida State University, p. 01.

Jacob Haury, na série *Teubner*. Eles ficaram prontos no ano de 1913, em Leipzig, e Croke informa-nos ter sido intitulado por Haury como *Z*¹⁴². Quanto aos demais manuscritos gregos consultados, além deste, Dewing e Downey pesquisaram ainda outros três, como segue: (a) no segundo manuscrito mais completo de que se tem notícia¹⁴³, organizado por David Hoeschel, em Augsburg, no ano de 1607; (b) no de Claude Maltret, de 1663, editado em Paris; e (c) no de Wilhelm Dindorf, organizado em Bona, no ano de 1838¹⁴⁴.

Dewing e Downey consultaram também quatro excertos de manuscritos com traduções latinas, dispostos da seguinte forma: *V* o *Codex Vaticanus* 1065; *A* o *Codex Ambrosianus* A 182 sup.; *L* o *Codex Laurentianus* 70, 5 e *I* o *Codex Laurentianus* 9, 32¹⁴⁵. Pelo estudo de Brian Croke, entendemos que o primeiro manuscrito pesquisado, *V*, é o mais antigo de que se tem notícia, datado do século XIII. Os demais, *A*, *L* e *I*, datam todos do século XIV, sendo que o primeiro se encontra em Milão e, os dois últimos, em Florença¹⁴⁶.

Também através de Croke compreendemos que, além dos quatro excertos latinos utilizados pela coleção da *Loeb*, há outros dois manuscritos, estes gregos, do século XIV: o (d) *Vulcanius* 56, que se encontra em Leiden, e (e) o manuscrito denominado *Benaki Museum* 4, localizado em Atenas. O escrito (d) ou *Vulcanius* 56, chamou-nos a atenção por ter sido copiado como *Scaliger* 281, quando foi então juntado ao primeiro manuscrito grego que se tem notícia, do beato Renano, auxiliando na composição do texto (a) organizado por Hoeschel¹⁴⁷ e, consultado para composição da versão que utilizamos.

Além destes, há três manuscritos do século XV, como segue: (f) o *Codex Genav. m. g.* 43, que está em Genebra, (g) o *Codex Laurentianus* 71.5 que também está em Florença, e (h) o manuscrito grego *Par. Gr.* 1941, presente em Paris, importante versão

¹⁴² CROKE, 2019, p. 40.

¹⁴³ O primeiro manuscrito grego mais substancial procopiano de que se tem notícia, contudo, não foi consultado pelos organizadores da *Loeb Classical Library*. Segundo Croke, foi uma versão de *Das Construções* organizada pelo beato Renano, na Basileia, no ano de 1531. O escrito, no entanto, parecia incompleto, já que nesta mesma época, era de conhecimento acadêmico a existência de outros manuscritos, incluindo três traduções latinas, com textos diferentes e mais extensos. Assim, quando comparado aos códices latinos, o manuscrito de Renano, nas palavras de Croke, aparentava uma “versão mais curta e provavelmente resumida da obra” (CROKE, 2019, p. 42).

¹⁴⁴ PROCOPIUS, 1954, p. XVIII.

¹⁴⁵ Estas denominações por letras dos manuscritos seguem as apresentadas nas edições de 1940 e 1954 pelos editores.

¹⁴⁶ CROKE, 2019, p. 12.

¹⁴⁷ Conforme nossas leituras de Croke (2019, p. 58-74).

porque deu base a edição de Maltret¹⁴⁸, que foi corrigida posteriormente por Dindorf¹⁴⁹. Além disso, o autor chama a atenção para excertos tão antigos quanto os *V*, datados do século XIII, e preservados em outro manuscrito denominado de (i) *Par Gr. 39*. Outro importante manuscrito destacado por Croke foi o (j) *Par. Coislin 132*, que em hipótese levantada por Haury, pode ser a versão grega do atual manuscrito *V*, uma versão mais completa e sofisticada¹⁵⁰.

Devido ao volume das narrativas e das informações, tornou-se inviável nesta pesquisa traçar uma exposição detalhada do caminho percorrido para composição de cada um dos seis livros que compõe a narrativa, pois percebeu-se que exigiria um tempo e análises muito mais aprofundados, inexequíveis no momento. Destaca-se, contudo, que foi possível observar, quanto ao primeiro capítulo presente no *Livro I*, o qual é nosso objeto de análise nesta pesquisa, que no século XVII, após a publicação do manuscrito de Maltret, já se encontrava mais próximo dos moldes que o temos na contemporaneidade. Isso ocorre na medida que este autor é o primeiro a organizar o texto em capítulos e, logo após sua divulgação, vemos Ducange anexá-lo como parte de sua coleção de textos sobre Constantinopla, com comentários¹⁵¹.

Como expõe Croke, sem dúvidas muitos manuscritos valiosos de Procópio devem ter se perdido, em especial durante os saques à Constantinopla de 1204¹⁵². Levantamos a hipótese que tal situação seja aplicada tanto a *outros* possíveis manuscritos panegiristas de que não temos conhecimento, e que poderiam fazer menções à βασιλεία, como partes dos *próprios* manuscritos de *Das Construções*. Esta seria ainda uma possível justificativa para a sugestão de alguns autores, tal como Downey, por exemplo, em entenderem que o livro como o temos seria inacabado¹⁵³.

Segundo Croke, apesar de Procópio ter elaborado o documento no sexto século, não há qualquer escrito à mão ou fragmento de seus trabalhos desde o período em que Justiniano esteve no poder até o décimo século, apesar do autor citar o manuscrito mais antigo que se tem notícia como datado do século XIII. Conforme o pesquisador, contudo,

¹⁴⁸ Segundo Croke (2019, p. 107-108), Maltret foi o primeiro autor a organizar o texto de Procópio por capítulos, não mais por parágrafos, e apesar de conhecer o *Par. Coislin 132* e compará-lo com o *Par. Gr. 1941*, optou por basear sua versão no segundo. Para Croke, a edição se tratou de um avanço, já que foi a primeira vez que pôde ser lida de maneira mais satisfatória tanto no original grego, quanto em sua tradução latina.

¹⁴⁹ Conforme Croke (2019, p. 133) o manuscrito de Dindorf foi um texto de revisão do que havia sido organizado por Maltret.

¹⁵⁰ CROKE, 2019, p. 43.

¹⁵¹ CROKE, 2019, p. 109.

¹⁵² CROKE, 2019, p. 04.

¹⁵³ Apud CAMERON, 2003, p. 83.

os clérigos que fizeram cópias manuscritas do grego o leram diretamente¹⁵⁴. Continua sendo uma lacuna extremamente ampla para nós, de qualquer forma.

Uma via pela qual poderíamos buscar diminuir esta lacuna espaço-temporal seria compreender a recepção do seu trabalho ao longo dos séculos VI ao X. No entanto, o estudo que analisa todas as narrativas procopianas geralmente não se atém a análises pormenorizadas de *Das Construções*. Croke, por exemplo, fornece apenas informações sobre as *Guerras* no início de seu trabalho, narrativa sobre a qual já há um outro trabalho especializado no assunto¹⁵⁵, dizendo que estas serviram à análise de Evágrio Escolástico, Teófanos, e até mesmo fez com que Constantino Porfirogênito mantivesse uma cópia na Biblioteca Imperial de Constantinopla para que fosse utilizado posteriormente na composição da *Suda*, ao considerá-la relevante¹⁵⁶.

Desta forma, procuraremos pensar a recepção do trabalho de Procópio, ao menos no século VI, ao adentrar na nossa fonte. Ao observarmos sua relevância, analisaremos os possíveis motivos pelos quais ela também deve ter sido preservada em Constantinopla no decorrer destes anos através de cópias.

O percurso para o encontro de traduções e informações sobre os manuscritos do poema de Paulo Silenciário, intitulado *Descrição de Hagia Sophia*, que é nossa segunda fonte e originalmente também se encontra no grego, fez-se um pouco mais árduo. Primeiramente, encontramos alguns poucos fragmentos do panegírico em língua espanhola, contidos no livro *Textos históricos: desde el Imperio Romano hasta el siglo VIII*, de José Marín Riveros¹⁵⁷. Na busca por edições com traduções completas, chegamos a única versão para o inglês encontrada até o momento, realizada por Peter Bell em *Three Political Voices from the Age of Justinian*. Este livro, apresenta além da *Descrição de Hagia Sophia*, de Paulo Silenciário, um texto de Agápito, intitulado *Conselho ao Imperador*, e um texto anônimo, intitulado *Diálogo na ciência política*. O compilado está contido na coleção *Translated Texts for Historians*, da Liverpool University Press¹⁵⁸.

No entanto, esta tradução de Bell da *Descrição* não disponibiliza a *écfrase* sobre o interior do templo, que vai do verso 355 ao 921, por discorrer sobre as partes arquiteturais do poema. Para tais versos Peter Bell prudentemente indica a obra da

¹⁵⁴ Em especial ele se atém sobre o caso de Renano (CROKE, 2019, p. 07).

¹⁵⁵ Cf. KALLI, Maria K. *The Manuscript Tradition of Procopius' Gothic Wars: A reconstruction of family in the light of a hitherto unknown manuscript* (Athos, Lavra H-73). München, Leipzig: K. G. Saur, 2004.

¹⁵⁶ CROKE, 2019, p. 05-06.

¹⁵⁷ RIVEROS, José Marín. *Textos históricos: desde el Imperio Romano hasta el siglo VIII*. Santiago: RIL editores, 2003.

¹⁵⁸ BELL, Peter N. *Three political voices from the Age of Justinian*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009, p. 01-97.

autoridade em arte e arquitetura bizantina, Cyril Mango, em *The Art of The Byzantine Empire: 312-1453*. A parte do poema traduzida por Mango também não foi tomada como objeto de análise por nós, ao passo que somente os versos traduzidos por Bell apresentam vastos e complexos detalhes sobre o que nos propomos a compreender: a mensagem política composta¹⁵⁹.

Segundo Peter Bell, a base para sua tradução foi retirada do texto originalmente composto por Mary Whitby em sua tese de doutorado, no ano de 1981, na University of Edinburgh. Conforme o autor, traduções completas da *écfrase* de Paulo também existem em italiano e alemão. A primeira, de Fobelli, data do ano de 2005, quando foi publicada em Roma. Para Bell, esta tradução, que foca em questões arquiteturais, tem uma inestimável vantagem de ser copiada com ilustrações, com uma bibliografia moderna e não confinada a trabalhos italianos, como ocorre com a última, de Friedlanders, edição publicada em 1912 e reimpressa em 1969. A outra tradução do grego que se tem notícia, segundo o autor, consta no apêndice de uma edição das *Construções*, de Procópio, publicada no ano de 1977, por Veh, em Monique¹⁶⁰.

Como na edição de Bell não consta o idioma original, valemo-nos ainda de um exemplar do manuscrito grego do poema disponibilizado pela *Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana*¹⁶¹, que foi organizado por Claudio de Stefani. É uma edição bem recente, de cunho crítico, com comentários e introdução em latim.

Além desta obra, utilizamos ainda a versão do software Διογένης [diogénēs]¹⁶², que congrega em seu banco de dados a coleção da *Thesaurus Linguae Graecae*, a qual possui um dicionário grego-inglês¹⁶³, permitindo checagem de termos, buscas morfológicas, dentre outras funcionalidades. Enfatizamos uma vez mais nossa preocupação com os termos utilizados no idioma original das fontes, buscando elucidar possíveis dúvidas, por mais que não tenhamos feito uma tradução direta do grego, devido não só à dificuldade com o idioma, mas também pelo volume dos documentos e o curto espaço de tempo para a realização de uma dissertação.

Diante desta atenção voltada aos originais muito presente no decorrer da pesquisa, foi que percebemos as divergências na forma de tratamento apontada pela

¹⁵⁹ MANGO, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1986. e BELL, 2009, p. 96-97.

¹⁶⁰ BELL, 2009, p. 96-97.

¹⁶¹ Vide referência na quarta nota de rodapé.

¹⁶² O autor Peter Bell também utilizou este software durante a tradução do poema para o grego-inglês em *Three Political Voices from the Age of Justinian*.

¹⁶³ Não conseguimos identificar qual edição do dicionário Lidell-Scott foi usada em cada versão do software, no entanto, é a seguinte obra: LIDDELL, Henry G.; SCOTT, Robert. *A Greek-English Lexicon*. Oxford: Clarendon, 1996.

historiografia, e o que encontrávamos nos textos gregos panegiristas para referir-se à figura imperial, que desembocava em uma explicação sobre a própria *natureza* do governo. Assim adentramos no conceito de βασιλεία, explanado no primeiro capítulo, e que agora damos sequência inserindo os autores das fontes da pesquisa no modelo administrativo imperial, começando por Paulo Silenciário.

2.1 PAULO SILENCIÁRIO: VIDA E OBRAS

William Richard Lethaby e Harold Swainson em seu denso estudo sobre o templo de Santa Sofia, o qual data do final do século XIX, já indicavam que as poucas informações sobre a vida de Paulo Silenciário foram concedidas por seu amigo, Agátias (536-582)¹⁶⁴, no trabalho intitulado *Histórias*¹⁶⁵. Tanto nesta narrativa contemporânea, quanto na linha 134 do próprio poema de Paulo intitulado *Descrição de Hagía Sophia*¹⁶⁶, ele é apresentado como o filho de Cyrus e neto de Florus, os quais pertenciam a uma abastada e famosa família:

Se qualquer um vivendo longe dessa cidade deseja saber e ver como se estivesse presente e olhando [para Santa Sofia], leia o que Paulo, filho de Cyrus, filho de Florus, tem escrito em versos hexâmetros; ele é o chefe do Silenciário Imperial, e descende de nobres; herdeiro de fortuna ancestral, ainda entusiasmadamente trouxe consigo o estudo das letras, pelo que ele ficou glorioso e famoso. Ele escreveu numerosos outros poemas dignos de memória e louvor, mas parece para mim que o que ele escreveu sobre a Grande Igreja é preenchido com a maior habilidade e labuta, inclusive seu tema é mais louvável que qualquer outro. Você irá encontrar nesse poema o arranjo da forma e a natureza da explicação das pedras, a beleza e o propósito das cortinas; o tamanho e a altura, o que é curvado e o que é reto, o que projeta e o que é suspenso. Você aprenderá também como foi adornada com prata e ouro a mais sagrada parte, planejada para os divinos mistérios; assim como qualquer ornamento grande ou pequeno que ali está; o que aqueles que frequentam a igreja podem ver.¹⁶⁷

Em consonância com as exposições do amigo Agátias no trecho supracitado, Peter Bell expõe que, pelas origens sociais de Paulo, não foi uma surpresa ele ter se tornado um Silenciário¹⁶⁸. Por sua vez, Lethaby e Swainson explicam que os indivíduos

¹⁶⁴ LETHABY, William Richard; SWAINSON, Harold. *The church of Sancta Sophia Constantinople: A study of byzantine building*. London: Macmillan, 1894, p. 33.

¹⁶⁵ BELL, 2009, p.14.

¹⁶⁶ ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ, 2011, p. 07. A linha 134 contém o título como segue: “Παύλου Σιλεντιαρίου, υιοῦ Κύρου, ἑκφρασις τῆς μεγάλης ἐκκλησίας.”

¹⁶⁷ AGATHIAS, *Histories* 5.7 apud LETHABY; SWAINSON, 1894, p. 33, intervenção entre colchetes nossa.

¹⁶⁸ Os Silenciários eram uma parte da corporação do exército do sexto século, em que 30 participantes da corte eram organizados sob três oficiais, ou os denominados *decurions* (BELL, 2009, p.14).

que passavam a fazer parte de tal cargo, que era oficial e militar, além de terem suas tarefas exaltadas, não raramente, tornavam-se historiadores do imperador, pois compunham o renomado círculo social que, naquele período, se interessou pelas letras. Isso significa que o grupo em que vivia Paulo era o mesmo de Procópio¹⁶⁹.

Já Bell, ao adentrar em sua pesquisa na temática das funções exercidas pelos Silenciários, explana que a maior de suas responsabilidades era assegurar a ordem e o silêncio do palácio¹⁷⁰. Segundo Kelly Mamedes, por sua vez, tal quietude deveria predominar nos espaços palacianos em volta do *consistorium*, quando o conselho imperial estivesse reunido¹⁷¹.

O conselho, segundo Bell, formado sobretudo por senadores em fins do quinto século, tinha na figura dos Silenciários os detentores dos mais altos de seus títulos, de *illustris*. Para o historiador, o prestígio do posto foi demonstrado ainda pela elevação ao trono, em 491, de um de seus *decurions*, Anastácio (491-518), antecessor da dinastia justiniana.

O pesquisador chegou ainda a levantar a hipótese de que o próprio Paulo pode ter alcançado a primeira posição no corpo, também denominado de *primicerius*¹⁷². Em outras palavras, o poeta que recitou e escreveu a *Descrição de Hagia Sophia* era um alto membro da corte, com cargo oficial e, portanto, extremamente próximo ao βασιλεύς e ao seu conselho, se não um dos seus próprios membros.

Além da importante tarefa do silêncio, ao prosseguir falando das funções desempenhadas por quem ocupava este cargo, Bell expôs que os Silenciários possuíam ainda atividades a serem cumpridas em serviços cerimoniais, nas quais algumas delas estavam associadas com as dos cavaleiros-em-espera da moderna corte britânica. Também eram confiados a importantes comissões especiais, principalmente no que tangia à assuntos da ἐκκλησία. Em outras palavras, por mais que não fosse cristão, Paulo possuía vínculos com um dos principais pilares de sustentação da βασιλεία cristã da época¹⁷³.

Todas estas informações a respeito da vida de Paulo auxiliam nesta pesquisa a compreender a relação dele com Justiniano e com a cristandade, de quem, pelos motivos apresentados, era alguém com fortes vínculos. Esta proximidade e convívio, por sua vez, fazia o poeta estar em consonância com os ideais governamentais, o que reforça ainda

¹⁶⁹ LETHABY; SWAINSON, 1894, p. 33. Esta noção foi melhor desenvolvida no último tópico deste capítulo, quando abordamos os ofícios de Paulo Silenciário e Procópio de Cesareia especificamente como poeta e historiador.

¹⁷⁰ BELL, 2009, p.14.

¹⁷¹ MAMEDES, 2018, p. 114.

¹⁷² BELL, 2009, p.14.

¹⁷³ BELL, 2009, p.14.

mais a possibilidade de observarmos o cristianismo e o paganismo em confluência de maneira sincrética no império. Há que se lembrar o fato do amigo Agátias ter incluído Paulo em seu próprio *Ciclo de Epigramas*, ou *Antologia Grega*, outro trabalho não censurado do poeta, e que se vale mais do que a própria *Descrição do imaginário pagão*¹⁷⁴.

Ao contrário, foi o mesmo talento e dedicação de Paulo com a literatura que fez Justiniano permitir-lhe, se não até mesmo solicitar-lhe, a recitação no dia da cerimônia de reinauguração do templo, entre os últimos dias de 562 ou os primeiros de 563, além da escrita da *Descrição*¹⁷⁵. Levantamos assim a hipótese de que o βασιλεύς pode ter encomendado o poema, pois anteriormente Procópio já sinalizava que o elevado interesse imperial pela história foi a razão para a solicitação da escrita de *Das Construções*¹⁷⁶.

Além da *Descrição de Hagía Sophia*, Paulo deixou ainda um segundo relato apresentando especificamente a parte do Ambão do mesmo templo, intitulado *Descrição do Ambão*, que, na reprodução dos textos originais consultadas nesta pesquisa, da *Bibliotheca Scriptorvm et Romanorvm Tevbneriana*, vêm em conjunto¹⁷⁷. Aqui, nos ateremos somente aos panegíricos da primeira *Descrição*, os quais, por si só, se demonstram bastante extensos: O poema contém ao todo 1029 versos, sendo que analisamos as 354 primeiras linhas e as 108 linhas finais.

Designar um gênero narrativo para este relato também se demonstra uma tarefa extremamente complexa ao passo que, geralmente, a obra é apresentada pela historiografia como poema, *écfrase* e panegírico¹⁷⁸. Apesar disso, Peter Bell afirma que a narrativa é firmemente eclesiástica e política nas *mensagens*, ou seja, nas informações que pretendiam ser levadas ao público. Nesse sentido, apresenta enorme compromisso com a linguagem e técnicas clássicas, conforme já exposto, inspirada em poetas como

¹⁷⁴ BELL, 2009, p.14. e LETHABY; SWAINSON, 1894, p. 34.

¹⁷⁵ BELL, 2009, p.15-16.

¹⁷⁶ PROCOPIUS, 1954, p. 03. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων* I. i. 2.

¹⁷⁷ Vide referência na nota de rodapé 4.

¹⁷⁸ Nesta pesquisa concordamos que a *Descrição* reúne os três gêneros textuais. Nos aproximamos para tanto do trabalho de Ruth Macrides e Paul Magdalino (1988, p. 47) os quais, ao explicar os três gêneros narrativos usados na *Descrição*, compreendem que a partir das palavras escritas e as recitadas por Paulo estes métodos visavam contribuir para que a construção de Santa Sofia enquanto uma obra de arte fosse apreciada em três aspectos distintos mas não exclusivos: Comentando diretamente o artefato (por meio da *écfrase*), transmitindo uma mensagem (panegirista, ou seja, por meio de um discurso de louvor) e acompanhando fisicamente o trabalho de Silenciário, através da forma escrita e recitada (por meio das métricas do poema). Para discussões mais detalhadas quanto a construção do poema ver o trabalho completo de MACRIDES, Ruth; MAGDALINO, Paul. The architecture of ekphrasis: construction and context of Paul the Silentiary's poem on Hagia Sophia. *Journal of Byzantine and Modern Greek Studies*. Vol. 12. p. 41-82, 1988. England: Cambridge University Press. Sobre o gênero narrativo *écfrase* é possível consultar o artigo de MARTINS, Paulo. Uma visão periegemática sobre a *écfrase*. *Revista Clássica*. v. 29, n. 2, p. 163-204, 2016. E sobre panegíricos na Antiguidade Tardia ver FIGUEIREDO, Daniel de. Inventivas e panegíricos na Antiguidade Tardia. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 6, p. 166-171, 2015.

Homero, Calímaco e Nono, sendo que o último inclusive foi a maior influência para a métrica do poema¹⁷⁹.

Ainda quando se adentra na estrutura da *Descrição de Santa Sofia*, é consenso entre os estudiosos que as suas primeiras oitenta linhas são um panegírico, ou um discurso de louvor, ao imperador. Neste contexto, os cenários escolhidos para que os versos fossem recitados parecem acompanhar as autoridades a quem eram destinados: as linhas a Justiniano foram proferidas no palácio imperial, mas na linha 66 Paulo indicou a condução da cerimônia para o palácio patriarcal¹⁸⁰, onde iniciou-se a recitação do segundo panegírico, endereçado ao patriarca Eutiquio (552-565), que vai da linha 81 até a 134. Estas duas primeiras partes, em conjunto, também podem ser vistas como o prólogo do trabalho, as quais estão escritas em uma “métrica menos elevada”, também nomeada iâmbico trimétrico.

Logo na sequência, encontram-se de fato as linhas dedicadas não só ao templo, mas também a prestar elogios à Nova Roma. Por sua vez, a figura imperial não foi esquecida nem mesmo neste espaço, pois o zelo de Justiniano em reparar o domo quebrado foi enfatizado entre as linhas 136 a 354. Já a parte descritiva em si, ou da *écfrase*, se encontra entre as linhas 355 e 920 – parte não analisada neste trabalho por ser uma descrição arquitetural –, a qual, por sua vez, é seguida de um panegírico final ao imperador, que vai das linhas 921 a 966, e outro ao patriarca, dos versos 967 ao 1029. Conforme Bell, estas últimas seções estão todas escritas em hexâmetros, “o magnífico épico métrico *par excellence*”¹⁸¹ de um poema, embora, de qualquer forma, não se possa distinguir abruptamente entre o que é panegirista e as porções descritivas do trabalho.

Além da estrutura de nosso *corpus* documental, entendemos que será importante para a análise que se fará no próximo capítulo, compreender uma última discussão apontada pelo historiador: sobre quando o poema foi pronunciado. Segundo Bell, as datações transitam entre 24 de dezembro de 562 e 6 de janeiro de 563. No entanto, conforme o autor, alguns estudiosos levantam discussões também sobre dias específicos. Alguns concordam que a declamação aconteceu no dia da festa de Epifania e, outros, no domingo depois do natal, em 31 de dezembro de 562¹⁸². Nesta pesquisa entende-se que, quanto a dias específicos, em ambos os casos seria interessante tornar a obra pública visando comemorar e rememorar as motivações da reconstrução, a qual era o lugar de

¹⁷⁹ BELL, 2009, p. 15-16.

¹⁸⁰ Segundo Bell (2009, p. 82-83) o palácio patriarcal era dentro do próprio templo de Santa Sofia.

¹⁸¹ BELL, 2009, p.83, grifos do autor.

¹⁸² BELL, 2009, p.83.

demonstração da união do *poder* religioso e político, ou seja, uma ferramenta chave da βασιλεία cristã de Justiniano.

2.2 PROCÓPIO DE CESAREIA: VIDA E OBRAS

Embora Edward Gibbon seja bastante criticado na academia por ser um autor do século XVIII que já passou por inúmeras revisões, concordamos com uma de suas frases sobre Procópio de Cesareia ter composto sucessivamente “a *história*, o *panegírico* e a *sátira* de seu próprio tempo”¹⁸³ nas respectivas obras que compõe o seu trabalho: *História das Guerras*, *Das Construções* e *História Secreta*. Por tal motivo, o autor foi excepcional entre os historiadores da antiguidade, e faz-se notório aos olhos dos estudiosos modernos.

Para Renato Viana Boy, os registros intitulados como *História das Guerras* formam hoje as mais completas descrições sobre os combates durante as campanhas militares enviadas por Justiniano ao Ocidente, especificamente para as Penínsulas Italiana e Ibérica, além das ordenadas ao norte da África e às fronteiras Orientais. As narrativas encontram-se organizadas em oito volumes, dos quais, nas palavras de Boy, dois deles são “dedicados à *Guerra Persa*, outros dois à *Guerra Vândala*, três à *Guerra Gótica* e um oitavo e último volume, no qual o historiador faz um apanhado geral das cerca de duas décadas de combates entre romanos e ‘bárbaros’ [...], publicados entre os anos de 551 e 554”¹⁸⁴.

O pesquisador também explica que, se em *História das Guerras*, uma obra de caráter oficial, Procópio foi favorável a Justiniano, no trabalho postumamente denominado de *História Secreta*, o autor não poupou críticas à política de batalhas do governante¹⁸⁵. Esta estridente diferença, por sua vez, não ficou restrita apenas aos dois primeiros trabalhos, mas também no que diz respeito à fonte desta pesquisa, *Das Construções*.

Apesar de serem três escritos distintos, vários autores chamam a atenção para a possível contemporaneidade das narrativas. Anthony Kaldellis levanta a hipótese que, no momento do início das publicações sobre as *Guerras*, a escrita de *História Secreta* estava sendo finalizada, ou seja, por volta do ano de 551¹⁸⁶. James Allan Stewart Evans, em trabalho específico sobre as datas de publicações das obras, também discute aspectos que influenciam diretamente no entendimento desses trabalhos. Segundo o autor, as narrativas

¹⁸³ GIBBON, 1994, 561-565 apud KALDELLIS, 2004, p. 06, grifos do autor.

¹⁸⁴ BOY, 2013, p. 14-15, grifos do autor.

¹⁸⁵ BOY, 2013, p. 16.

¹⁸⁶ KALDELLIS, 2004, p. 06.

de Procópio com ferrenhas críticas ao imperador foram escritas em 550, um ano antes da publicação sobre as *Guerras*, e antes de escrever o panegírico¹⁸⁷.

Com essa considerável distinção de temática entre os três trabalhos, e os indícios para *Das Construções* ter sido escrita depois da *História Secreta*, a pesquisa de Averil Cameron se mostra bastante necessária, pois a autora se dispõe a articular os três escritos e, assim, fornece uma perspectiva diferenciada de interpretação¹⁸⁸. Esse caminho percorrido pela pesquisadora é fundamental para nosso estudo, porque vai de encontro às pesquisas que consideram *Das Construções* um discurso de louvor de um tom que beira ao satírico, devido a uma mudança de entusiasmo do historiador após a década de 540, com o declínio das guerras.

Cameron, então, foi uma das poucas a explorar com atenção, e por uma abordagem histórica, o panegírico de Procópio, um compilado de seis livros¹⁸⁹ narrando as construções por todo império, cujo *Capítulo I* do *Livro I*, é nossa fonte. Para a autora, assim como a *História Secreta* não é somente um “derramamento irrestrito dos sentimentos reais de Procópio”, embora seja muitas vezes assim tratada, também *Das Construções* não deve ser desconsiderada como um “epíteto insincero”¹⁹⁰.

Segundo Cameron, é fundamental para entender o trabalho de Procópio observar que cada um dos escritos revela diferentes níveis de comprometimento com o governo imperial¹⁹¹. Ao levar em consideração tal afirmação estamos pensando que, antes de tudo, Procópio, assim como Paulo, também era um membro da corte com um cargo oficial e, portanto, esteve condicionado aos planos governamentais de Justiniano. Este, recorria às pessoas com as ferramentas mais indicadas para mantê-lo no *poder*, sobretudo no contexto das últimas décadas de sua βασιλεία, onde era percebida pela administração a necessidade de reafirmá-la.

Steven Runciman lembra que nem só de gloriosas construções fez-se o período de Justiniano. Ao apontar as dificuldades vivenciadas sobretudo na primeira metade da administração governamental, chamou a atenção para a fragilidade comercial da cidade de Constantinopla, então regida por altos impostos, e para o recorrente descontentamento da população com membros de altos cargos:

¹⁸⁷ EVANS, 1969, p. 30.

¹⁸⁸ CAMERON, 2005, p. VIII-IX.

¹⁸⁹ Segundo Cameron (2005, p. 83) muito provavelmente a obra tal como a temos é inacabada, assim como a *História Secreta*. Nas *Construções* a Itália foi totalmente omitida e o estilo de escrita empregado mudou radicalmente após o *Livro III* de modo que partes dos *Livros IV* e *V* consistem meramente em listas difíceis de analisar, uma vez que são repetitivas e imprecisas. Já no *Livro VI* – referente as construções na África – Procópio retornou a um tratamento tão polido quanto o dos primeiros três livros.

¹⁹⁰ CAMERON, 2005, p. 83.

¹⁹¹ CAMERON, 2005, p. 02-05.

os impostos chegavam a limites intoleráveis. As glórias do reinado de Justiniano, as conquistas externas, os grandes edifícios eram extremamente custosos e financeiramente pouco produtivos. O que Anastácio poupava desapareceu rapidamente, e Juliano teve de aceitar como ministros os que se mostravam mais competentes na extorsão, por mais desonestos que seus métodos fossem. Já em 532 a habilidade sinistra de seus favoritos, o advogado Tribônio e João, o Capadócio, provocara os famosos levantes de Nica, em que a cidade foi incendiada e que só não custou ao imperador o trono pela firmeza da imperatriz. O odiado João permaneceu no poder até 541, quando Teodoro já não o podia mais suportar. Seus sucessores, porém, foram igualmente prepotentes. Mais tarde também a natureza contribuiu para aumentar as dificuldades do governo de Justiniano: terremotos, uma série de fomes e a grande peste de 544 reduziram ainda mais as rendas. Houve um renascimento da prosperidade comercial durante as primeiras décadas do século, e o próprio Justiniano muito contribuiu para estimular o comércio. Faltava, porém, base, e os lucros não podiam frutificar: os coletores de impostos estavam sempre a postos. Os súditos do império foram se cansando e ressentindo.¹⁹²

Além disso, Peter Bell, preocupado com a mensagem política na *écfrase* de Paulo Silenciário, tratando do mesmo contexto de escrita e publicação de *Das Construções*, afirma que já em 1988 os autores Macrides e Magdalino reconheciam

o estado das tensões do império nos últimos anos de Justiniano como contexto do trabalho de Paulo. As Crônicas de Malalas e Teófanos para os anos de 556-565 são tristes. Elas incluem revoltas (dos Judeus e Samaritanos), um motim do exército, fome na capital, praga e sérios terremotos – todos na sociedade viam tal catástrofe, muito literalmente, como atos de Deus. Depois do colapso traumático de 558, após o terremoto, do domo de Santa Sofia, em 559 Hunos e Ávaros penetraram as defesas externas da capital, do chamado Grande Muro, então decrépito, que se unia ao Mar Negro e ao Mar de Mármara. Eles foram expulsos apenas no último momento por um aumento nas forças canceladas de Belisário. Além disso, houve pânico sobre rumores que o velho imperador tinha morrido, que produziu escassez de pão. Na maioria dos anos também aparenta ter havido severos surtos de violência faccionária, queimando partes da cidade. Nem haviam chegado boas notícias atrasadas da vitória final na Itália em novembro de 562, no mês anterior à re-dedicação de Santa Sofia, foi descoberta a conspiração de Ablabius e outros para matar o imperador, ao que Paulo devota cerca de 30 linhas (25-55) quase no início de seu poema, e mais umas 21 linhas para essa e outras conspirações próximo ao final (937-958). Agátias (5.14), Protetor Menander (fr. 5) e Coripo (2.260), todos apresentam um nada lisonjeiro retrato do governo imperial neste período [...].¹⁹³

Diante de tal contexto, os interesses literários e históricos podem, por herança, terem sido importantes recursos, ou ferramentas, que Justiniano procurou nos anos em que administrou diante da necessidade de manter-se no *poder*, sobretudo em momentos de *crise*, como os acentuados a partir da década de 540. Assim, procurou na habilidade de pessoas próximas, como do poeta Paulo e do historiador Procópio, a escrita de panegíricos enquanto ferramentas para manutenção de sua legitimidade. Ao observar a

¹⁹² RUNCIMAN, 1977, p. 30.

¹⁹³ BELL, 2009, p. 87-88.

narrativa deste modo, entra-se em consonância com Cameron, quando ela afirma ainda que, *Das Construções*, ao expressar as atitudes de Procópio, revela pontos fortes e limitações da mesma maneira que a *História Secreta* e as *Guerras*¹⁹⁴.

A intenção deste estudo não é então estabelecer uma confluência entre os três trabalhos procopianos, até porque isso já está feito em Cameron, mas pretendemos compreender o autor que escreveu o panegírico *Das Construções*, o que não inviabiliza tomá-lo pelo viés histórico, na medida que a narrativa está vinculada à sua própria historicidade. Observaremos, então, a partir de agora, algumas informações apresentadas por Cameron da biografia de Procópio, que auxiliam na compreensão de como um discurso de louvor foi elaborado por um historiador.

Diferentemente das informações sobre Paulo que foram feitas pelo amigo Agátias, foi o próprio Procópio de Cesareia quem deixou informações sobre sua vida. A sua cidade natal, a Cesareia Palestina, era historicamente um importante centro de estudos dos autores do período clássico grego¹⁹⁵. Foi esta educação que o permitiu elaborar em *Das Construções* uma obra cujo polimento dos livros *I*, *II*, *III* e *VI* apontam para um trabalho de formato literário com alto estilo, o qual, no entanto, não foi uma forma sustentada ao longo de toda obra, como no caso dos livros *IV* e *V*, mas que ocorreu no *Capítulo I* do *Livro I*, nossa fonte.

Esta mesma formação recebida por Procópio o fez invocar Diodoro, Temístocles, Homero, Xenofonte e Píndaro na narrativa, ao mesmo tempo que a abordou magistralmente por um viés político. No decorrer dos seus seis livros, Cameron afirma que é possível encontrar três panos de fundo para o discurso de louvor imperial: a exaltação à construção de templos (enquanto uma ferramenta do processo de conversão que estava ocorrendo de populações pagãs ao cristianismo), às fortificações e ao abastecimento de água. No entanto, a autora esclarece não saber se esta abordagem se tratou de algo intencional ou apenas do modo de organização de Procópio. O mais enfático da obra se trata, contudo, da temática principal, ou do que deveria estar sempre em primeiro plano ao longo da narrativa e que, segundo a pesquisadora, ficou enunciado já em seu início: as vantagens trazidas ao império pelas políticas de construção de Justiniano, ponto chave para esta pesquisa¹⁹⁶.

Consideramos aqui que, a adoção do gênero narrativo panegirista nesta obra política de Procópio encontrava-se relacionada com aspectos pessoais, ou de sua história.

¹⁹⁴ CAMERON, 2005, p. 83.

¹⁹⁵ CAMERON, 2005, p. 04-05; TREADGOLD, 2010, p. 176; KALDELLIS, 2004, p. 17-45.

¹⁹⁶ CAMERON, 2005, p. 84-85.

Além de expressar a versatilidade do historiador em elaborar outros modos de escrita ao dialogar com a literatura, demonstra que o século VI tinha autores que aderiram ao projeto propagandístico apresentado pelo trono imperial ao procurá-los.

Esta concordância talvez tenha partido da aspiração de se tornar um autor de renome do período, pois Procópio tentava fazer uma carreira dentro do Império, além da confluência com os planos governamentais de Justiniano. Warren Treadgold já há quase uma década aponta que a formação das pessoas que frequentavam os espaços educacionais como o de Procópio também era de defensores públicos. Segundo o pesquisador, trabalhar nesta função pode ter sido a própria motivação para que Procópio fosse da Cesareia Palestina à Constantinopla, com o que nosso autor trabalhou quando chegou à capital, entre os anos de 518 e 527¹⁹⁷.

Cameron, por sua vez, ao discorrer sobre a possibilidade de Procópio ter vindo de uma família cristã, pertencente ao abastado grupo de proprietários de terras de Cesareia, explicou como Procópio ascendeu no império¹⁹⁸. Ao chegar na capital, as suas origens, seus bens e sua boa educação, podem ter sido fortes influências para que o general do império, Belisário, o escolhesse como conselheiro e secretário particular¹⁹⁹, bem como para que Justiniano confiasse a ele, anos mais tarde, a escrita de *Das Construções*. Esse círculo social era o mesmo em que vivia Paulo, autor da outra fonte aqui analisada e renomado poeta, a quem Justiniano confiou a *Descrição* após a queda da cúpula. Passaremos a analisar de maneira mais enfatizada, então, ambos como membros da βασιλεία sagrada, que, por conseguinte, dividiam um mesmo espaço.

2.3 OS CORTESÃOS PAULO SILENCIÁRIO E PROCÓPIO DE CESAREIA COMO POETA E HISTORIADOR QUE COMPÕE PANEGÍRICOS

Conforme foi possível observar nos itens anteriores, Paulo Silenciário e Procópio de Cesareia viviam no mesmo círculo social em Constantinopla, eram cortesãos da βασιλεία de Justiniano. Ser cortesão significava, além de ter recebido boa educação e fazer parte de um grupo de pessoas que se interessava por um campo de estudos, seja ele literário, cristão, não cristão (pagão) ou histórico, ter a posse de bens e cargos oficiais, para, assim, se fazer próximo ao imperador. Adentrando especificamente nas funções

¹⁹⁷ TREADGOLD, 2010, p. 177.

¹⁹⁸ CAMERON, 2005, p. 119.

¹⁹⁹ TREADGOLD, 2010, p. 179.

exercidas por nossos autores, Paulo poderia ser parte do próprio conselho imperial, enquanto Procópio era o conselheiro do general do império.

Diante disso, não foi estranho Justiniano ter procurado estas duas grandes personalidades de sua corte, um historiador e um poeta, para comporem majestosos panegíricos em louvor à construção mais importante de seu governo, bem como à sua própria pessoa, que foi quem a empreendeu. Afinal, as admiráveis edificações realizadas entre os anos de 527 e 565 pelo βασιλεύς e, em especial, Santa Sofia, necessitavam não só serem construídas, mas propagandeadas. Devido à hipótese levantada no item anterior do imperador ter encomendado o poema, seria justificável o fato de Procópio não ter mencionado a queda da cúpula no *Livro I*, dedicando-se somente a pensar na construção original. A nova cúpula ficou a cargo de Paulo.

Primeiramente, abordemos neste tópico a prática de escrita utilizada para propagandar a construção do novo templo de Santa Sofia, para posteriormente compreender que, dentre as ocupações dos cargos oficiais ocupados por Procópio e Paulo, estava também a de historiar e fazer literatura. Iniciamos apontando que o gênero narrativo escolhido por ambos os autores estava fortemente atrelado à herança greco-romana tardo antiga. Para Bell, tanto panegíricos quanto *écfrases* foram, na Antiguidade Clássica, dois bem desenvolvidos gêneros, os quais continuaram prósperos na Antiguidade Tardia, após o estabelecimento do vínculo entre política e religião.

Para validar sua argumentação sobre a popularidade das *écfrases* o historiador usa como exemplificação a obra de Friedlander, datada de 1912, e que foi editada em 1969. Nesta data passou a incluir além das duas *Descrições* de Paulo, outras prolongadas e independentes *écfrases*, também do sexto século, no estilo de verso e prosa, de autoria de João de Gaza e Procópio de Gaza²⁰⁰.

Segundo Bell, ainda é possível atestar a difusão desse gênero narrativo através da existência de descrições de duas igrejas na mesma época, por Corício de Gaza. Além destas, o pesquisador aponta para as próprias orientações que podem ser encontradas sobre como escrever *écfrases* em retóricos clássicos como, por exemplo, nos escritos de Téon de Alexandria para Aftônio, no quinto século, em que sua composição se destacou entre os estudantes dos denominados “exercícios preliminares” (*progymnasmata*). O autor relembra também o poema siríaco em dedicação ao domo da Santa Sofia de Edessa²⁰¹.

²⁰⁰ Não se tratando de nosso historiador, portanto, que foi Procópio de Cesareia. BELL, 2009, p. 34.

²⁰¹ Deve-se lembrar aqui sobre a prática recorrente desde o quarto século, fortemente ampliada na quinta centúria, de inúmeros templos serem comumente denominados de Santa Sofia, como já foi apontado por Downey (1959) e por Cameron (1965) em artigos já citados neste trabalho, pois faziam referência à Sagrada

Por sua vez, para atestar a forte recorrência de panegíricos, Bell procura enfatizar que são encontrados trabalhos especificamente aos moldes cristãos imperiais com o próprio Bispo Eusébio de Cesareia (265-339), passando pela oração funerária aos moldes panegiristas do Bispo Basílio de Cesareia (330-379) ao seu amigo, colega e patriarca anterior de Constantinopla, Gregório de Nazianzo (329-390)²⁰². Além destes autores do século IV, o pesquisador relembra que o próprio João da Lídia, no século VI, afirmou em seus trabalhos que entregou um louvor nas guerras de Justiniano²⁰³.

Para o autor, não deve ser descartada ainda a possibilidade do próprio Paulo – e apontamos a probabilidade do próprio Procópio –, ter entregado outros panegíricos agora perdidos. Na visão de Bell, outros discursos com louvores notáveis de fins da quinta centúria e início da sexta foram destinados ao imperador Anastácio (491-518), sendo um de Prisciano, em versos latinos, e outro de Procópio de Gaza. Além disso, o historiador atenta para os precedentes de prolongadas recitações em templos através de Arator, “um poeta latino e cortesão anterior do rei gótico Teodorico (454-526), e um posterior protegido do papa Vigílio” que “declamou seu poema dos Atos dos Apóstolos por vários dias na igreja de São Pedro *ad Vincula*, em Roma”²⁰⁴.

Nesse sentido, o mundo cultural foi uma notável ferramenta de *poder* do período Tardo Antigo, na medida que a popularidade da literatura, expressa através dos gêneros narrativos panegírico e *écfrase*, apontam para um meio de difusão e propaganda da política imperial. Ana Paula Franchi já há cerca de uma década aponta para o viés não apenas propagandístico, mas também legitimador deste tipo de discurso no Oriente, desde Constantino. Para a autora, pelo viés laudatório que possuíam, as narrativas panegiristas serviam enquanto uma das ferramentas de fundamentação da política imperial ao se inserirem na estrutura administrativa imperial ao lado de outros importantes gêneros textuais de diferentes naturezas, como esculturas, estátuas, arquiteturas e imagens²⁰⁵.

Procópio e Paulo escreveram quase dois séculos mais tarde e, assim, elaboraram escritos próprios do sexto século. Período este que, nas palavras de Bell, teve “também muita ‘experimentação’ (se esta for uma palavra apropriada em uma cultura onde

Sabedoria de Deus. Portanto, não nos referimos aqui à Santa Sofia de Constantinopla, tema deste estudo, mas à Santa Sofia da região de Edessa, ou da moderna Urfa. BELL, 2009, p. 34.

²⁰² Por sua vez no Ocidente, é possível encontrar ainda orações fúnebres nestes moldes em Aurélio Ambrósio, Bispo de Milão entre 379 e 397, como já foi apontado em Janira Feliciano Pohlmann (2016).

²⁰³ BELL, 2009, p. 34.

²⁰⁴ BELL, 2009, p. 34, grifos do autor.

²⁰⁵ FRANCHI, Ana Paula. O discurso panegirístico e a legitimação do poder no século IV D.C. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, p. 99-108, 2007. e FRANCHI, Ana Paula. Poder imperial e legitimação no século IV d. C.: o caso do “Panegírico de Constantino”. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2009, p. 33.

novidade geralmente significava ouvir novamente modelos antigos) no manuseio de gêneros tradicionais”²⁰⁶. No entanto, ambos estavam inseridos dentro da βασιλεία sagrada e, assim, recorreram a panegíricos que, historicamente, tinham a função de auxiliar no processo de mudança na construção teórica sobre o *poder* dos governantes, ao tentar consolidá-los pelo viés cristão, através da propaganda política que acabavam elaborando²⁰⁷.

Consideramos que, enquanto parte atuante da βασιλεία, Procópio e Paulo mergulharam no projeto imperial de *renovations* ao escreverem panegíricos. Procópio formulando um louvor que, pela primeira vez, colocou como temática as construções glorificando seu benfeitor, o βασιλεύς cristão, em uma prosa de alto estilo clássico. Paulo que, mesmo podendo ser um pagão, algo do qual não se separa do escritor, escreveu um discurso extrapolando o modelo narrativo procopiano quando, ao embasar-se nele, não só colocou um edifício glorificando o líder máximo da βασιλεία cristã, mas o detalhou nas métricas clássicas de um poema descritivo e panegirista²⁰⁸.

Assim como abordávamos nas discussões sobre a possibilidade de Paulo ser um pagão que escreveu um poema cristão, Procópio não deixa de ser visto por nós como um historiador que escreveu um panegírico. Há que se definir então o que era um historiador no sexto século e diferenciá-lo de um poeta.

O trabalho de Lyvia Vasconcelos Baptista nos auxilia neste aspecto, na medida que a autora procurou analisar em sua pesquisa qual foi a perspectiva histórica adotada por Procópio de Cesareia nas *Guerras*. Segundo Baptista, os livros *I* e *II*, que são analisados em seu estudo sobre a guerra pérsica, abordam a metodologia procopiana, que foram também aplicadas ao longo das narrativas subsequentes²⁰⁹.

Segundo Renato Viana Boy, o fazer história no sexto século, ou o ofício do historiador, poderia estar totalmente ligado ao cristianismo, e ser uma história de cunho eclesiástico, onde se voltaria ao gênesis para explicar o passado da humanidade ou, se poderia optar pelo estilo clássico, sendo que Procópio foi um dos últimos expoentes a se dedicar a este tipo de trabalho. É consenso na historiografia²¹⁰ que o motivo da narrativa

²⁰⁶ BELL, 2009, p. 35, tradução nossa.

²⁰⁷ FRANCHI, 2007, p. 101.

²⁰⁸ BELL, 2009, p. 79.

²⁰⁹ BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos. *O logos da Guerra pérsica: uma análise da perspectiva histórica da obra de Procópio de Cesareia (VI d. C.)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

²¹⁰ Ver BOY, 2013, p. 43-55; BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos. *Procópio e a reapropriação do modelo tucidideano: a representação da peste na narrativa histórica (VI século d. C.)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2008, p. 56; BAPTISTA, 2013, p. 39-55.

procopiana não voltar à criação para iniciar a *História das Guerras* de Justiniano foi porque seus modelos principais eram Heródoto, Tucídides e Políbio, “pela semelhança, ora com um ora com outro, em relação à abordagem dos testemunhos, exposição do conteúdo e utilização retórica”²¹¹. E apesar do amplo proêmio desenvolvido nos dois primeiros livros das *Guerras* para explicar o seu modo de fazer história, conforme Baptista, nem por isso Procópio deixou de invocar os arqueiros do tempo de Homero para exaltar o caráter grandioso do conteúdo que ali levava a público²¹².

Tal evocação causa estranhamento porque, nas palavras de Lyvia Baptista, “Procópio contrapõe a história à poesia e à retórica”. Para o historiador, a habilidade [*deinotēta*] era apropriada à retórica [*rhetorikēi*], a invenção [*mythopoiian*] à poesia [*poiētikēi*], e a verdade [*alētheian*] à história [*xyngraphēi*]²¹³. Nem por isso Baptista deixa de abordar o viés retórico das narrativas procopianas, bem como as alusões homéricas de alguns trechos, tais como no início do *Capítulo I* do *Livro I* da *Guerra Pérsica*, muito menos a historiografia desconsidera o caráter histórico destes textos.

Quanto à *Das Construções*, apesar desta ser uma obra encomendada, como possivelmente foram as *Guerras*, também escritas sob o prisma imperial, as edificações se enquadram juntamente no ofício do historiador. Primeiramente observemos que apesar de Procópio invocar Homero no decorrer da narrativa, e com o viés panegirista ou glorioso da narrativa, não optou por distanciar-se de seus outros escritos e compor uma poesia, tal como fez o poeta Paulo. Seu discurso de louvor, feito em prosa de alto estilo, se revela então emblemático, já que conflui com suas explicações do que era história exposto na *Guerra Pérsica*²¹⁴.

Também como na *Guerra Pérsica*, no *Capítulo I* do *Livro I* das *Construções* o historiador expôs que a preocupação imperial por solicitar a obra acabava por preservar a história, já que repassaria às futuras gerações as memórias dos que vieram antes deles, outro forte elemento de um historiador clássico:

Não é porque eu desejo fazer uma exposição de habilidades, nem por qualquer confiança em minha eloquência, nem porque eu me orgulho de mim em meus conhecimentos pessoais de muitas terras que eu tenho colocado sobre isso em registros escritos; pois de fato, eu não tenho chão para me aventurar em tão corajosa intenção. O pensamento ainda tem muitas vezes me ocorrido de quantos e quão bons são os benefícios praticados crescendo pelos estados através da história, que transmite para futuras gerações a memória daqueles que têm vindo antes, e resiste firme ao esforço do tempo em enterrar eventos no esquecimento; e enquanto é instigada a virtude daqueles que de tempos em

²¹¹ BAPTISTA, 2013, p. 39.

²¹² BAPTISTA, 2013, p. 47.

²¹³ BAPTISTA, 2013, p. 15 intervenções entre colchetes da autora.

²¹⁴ Guerra Pérsica I, 1, 4 apud BAPTISTA, 2013, p. 15.

tempos podem ler para conceder elogios, constantemente atacará vícios para repelir sua influência. Por conseguinte, nossa preocupação deve ser somente essa – que todas as ações do passado sejam claramente passadas adiante, e para que qualquer homem, quem quer que seja possível, analise-as. E isso, eu acredito, não é uma tarefa impossível, igual cercear uma fina voz da fala. Separado de tudo isso, a história mostra que o assunto ao qual temos reconhecido os benefícios tem provado por si mesmo gratidão pelos seus benfeitores, e que estes têm pago com ofertas de agradecimento em generosa medida, observando que, enquanto eles têm ganhado, podendo ser pelo momento apenas em benefício de suas regras, não obstante preservam a imperecível virtude soberana em memória daqueles que vierem depois deles”.²¹⁵

Por mais que a passagem supracitada possa ser uma referência ao fato de a obra ser encomendada, Procópio não deixou de optar por mencionar tal situação iniciando seu relato vinculando-a à história, como faz em suas demais narrativas. Por sua vez, como o gênero narrativo é um panegírico, ele exaltou os benefícios de seu ofício. No entanto, de modo paradoxal, ou, talvez, para evitar críticas, se colocou em uma posição de humildade: disse que não era seu desejo fazer uma exposição de suas habilidades no texto, pois já sabia que seria lido futuramente suscitando elogios e julgamentos. Em outras palavras levantou uma série de questões concernentes à história em seu tempo. Além disso, ao questionar a veracidade dos relatos de Xenofonte sobre Ciro, como vimos anteriormente, também discutiu na narrativa outro assunto pertencente à história²¹⁶.

Por sua vez, Paulo era um erudito de seu tempo, mas não estava preocupado em escrever obras de história, porque apesar de expor preocupação com a memória imperial e discutir acontecimentos políticos, o faz de maneira distinta de Procópio: dedicado aos estudos literários e evidenciando tal viés através de uma escrita poética, o que convencionamos denominar nesta pesquisa como um poeta da sexta centúria. Se olharmos seus trabalhos como um todo, não apenas a *Descrição*, mas também a *Antologia*, seu método de escrita foi sempre voltado à poesia, porque como expõe Bell, seus estudos estavam voltados a entender Homero, Calímaco e Nono. Não é à toa que o autor afirma

²¹⁵ PROCOPIUS, 1954, p. 03. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων* I. i. 2. “Οὐκ ἀρετῆς ἐπίδειξιν ποιῆσθαι ἐθέλων, οὐδὲ λόγου δυνάμει θαρσῶν, οὐδὲ χωρίων ἐπὶ τῇ ἐμπειρίᾳ φιλοτιμούμενος, ἐς τῆσδε τῆς ἱστορίας τὴν γραφὴν ὥρμηκα· ἐπεὶ οὐκ εἶχον οὐδὲν ὑφ' οὗ ἂν παρρησίας ἐς τόδε ἀγοίμην. ἀλλὰ μοι πολλάκις ἔννοια γέγονεν ὁπόσων τε καὶ πηλίκων ἀγαθῶν αἴτιον ἱστορία ταῖς πόλεσι γίνεσθαι εἶωθε, παραπέμπουσά τε εἰς τοὺς ἐπιγόνους τῶν προγεγενημένων τὴν μνήμην, καὶ ἀνταγωνιζομένη τῷ χρόνῳ κρυφαῖα ποιῆσθαι διατεινομένων τὰ πράγματα, καὶ τὴν μὲν ἀρετὴν εὐφημίαις ἀεὶ τῶν ἀναλεγόμενων αὐτὴν ἐπαίρουσα, τῆς δὲ κακίας, ἐπιλαμβάνομένη διηνεκές, ταύτῃ τε ἀποκρουομένη τὴν αὐτῆς δύναμιν. τοῦτου οὖν δὴ μόνου ἐπιμελητέον ἡμῖν, ὅπως δὴ ἔνδηλα τὰ πεπραγμένα διαφανῶς ἔσται καὶ ὑφ' ὅτου ἐργασθεῖν τῶν πάντων ἀνθρώπων. ταῦτα δέ, οἶμαι, οὐδὲ γλώσση τραυλιζούσῃ τε καὶ ἰσχυροφώνῳ οὔσῃ ἀμήχανά ἐστι. χωρὶς δὲ τούτων εὐγνώμονας μὲν ἱστορία ἐς τοὺς εὐεργέτας ἐνδείκνυται γεγονέναι τῶν ἀρχομένων τοὺς εὖ πεπονθότας, ἐν μείζοσι δὲ αὐτοῖς ἐκτετικέναι τὰ χαριστήρια, οἳ γε, ἂν οὕτω τύχοι, ἐπὶ καιροῦ μὲν τῆς ἀγαθοεργίας τῶν ἐν σφίσιν ἡγησαμένων ἀπόναντο, ἀθάνατον δὲ αὐτοῖς τῶν εἰς τὸ ἔπειτα ἐσομένων τῇ μνήμῃ τὴν ἀρετὴν διασώζουσι.”

²¹⁶ Vide discussões no Capítulo 1, item 1.1, desta dissertação.

que o louvor superou o procopiano, na medida que a preocupação paulina para o embelezamento de termos ocorreu por métricas do poema. Paulo conseguiu ligá-las com aspectos da natureza na maior parte do tempo e, quando não, as descreveu em acontecimentos, através de analogias.

Assim, em outras palavras, consideramos que Procópio em *Das Construções* era o mesmo historiador que escreveu as *Guerras* e, portanto, também estava elaborando no panegírico uma obra de história. Por sua vez, vemos Paulo como um poeta. Ambos foram autores que compuseram discursos com louvores à βασιλεία. O primeiro, dialogou com alguns aspectos literários, mas ambos recorreram às ferramentas mais adequadas para o que era mais importante no momento: propagandear Santa Sofia e, por conseguinte, manter a legitimidade do trono. Deste modo, construíram legados históricos através dos seus textos ao colocarem a política como tema central, inserindo Justiniano no cerne da narrativa. Para tanto, nossos autores se embasaram nos modelos clássicos, conforme uma herança deixada à Nova Roma.

CAPÍTULO 3: UMA APRECIÇÃO SOBRE Ο ΒΑΣΙΛΕΥΣ DA PROSA E DA POESIA – A FIGURA IMPERIAL NAS FONTES

Através do caminho percorrido até agora, de apontar um viés diferenciado de interpretação da *teoria* e da *prática política* do governo de Justiniano, bem como observar os autores das fontes enquanto membros da corte imperial que faziam parte dessa βασιλεία, sem esquecer de demonstrar do que se tratava a própria documentação, se compreende que é possível, a partir deste momento, adentrar na temática da figura do imperador nas fontes. Entendemos que é importante iniciar demonstrando o cenário em que ο βασιλεύς foi exaltado nos dois documentos: no templo de Santa Sofia. Era neste local que ocorria a materialização da prática política de Justiniano através da função que a construção exercia para o governo, o que tentaremos evidenciar neste capítulo.

Os dois documentos utilizados, quando em conjunto, são o que possibilitam observar como ο βασιλεύς agia e a observar o funcionamento da βασιλεία, pois em determinados momentos precisaram descrever a utilização dos espaços do templo no decorrer dos dias, para que o leitor ou o ouvinte entendesse as motivações para a reconstrução total em 532 da edificação, e da cúpula após sua queda, em 558. Assim, nos oferecem uma visão das ações políticas em solo sagrado.

A iniciar pela própria escolha dos termos para se referir à Santa Sofia já é possível se ter descortinado tal cenário. Apontávamos em nota, logo na nossa primeira citação do termo ἐκκλησία [*ekklēsia*], que a opção neste estudo pela adoção do conceito para se referir à *comunidade cristã ortodoxa* se devia aos autores observados, passemos a analisar tais questões.

A edição da *Loeb* que traduziu para o inglês *Das Construções* utilizou o termo “church” para referir-se à Santa Sofia no *Capítulo I* do *Livro I*. No entanto, Procópio utilizou o substantivo ἐκκλησία em alguns momentos específicos do texto, como nas primeiras vezes em que o solo sagrado foi mencionado, ou seja, para se referir não ao corpo eclesiástico, mas à parte material da construção, com um conceito que, historicamente, refere-se ao conjunto de cristãos.

O emprego do termo pelo historiador no grego chama a atenção para se referir ao local, pois ele amplia a importância da *comunidade* na construção. É possível pensar, por exemplo, que ele poderia ter se valido nestes momentos de outros conceitos que aparecem em outros trechos no decorrer da narrativa, e que foram sintetizados nas tabelas abaixo:

TABELA 4: ANÁLISES SOBRE DENOMINAÇÕES A CONSTRUÇÕES RELIGIOSAS EM <i>DAS CONSTRUÇÕES</i>		
Termo	Nº de incidências	Nº de passagens
ἐκκλησία	30	29
βασιλική	0*	0*
ναός	63	61
ιερόν	61	60

*Procurou-se especificamente por flexões no feminino nominativo/vocativo singular βασιλική; no feminino acusativo singular βασιλικήν; no feminino dativo singular βασιλικῇ/βασιλικῇ e no feminino genitivo singular βασιλικῆς. Desconsiderou-se termos neutros e masculinos devido à alteração de sentido quando utilizada nestes gêneros gramaticais poder ser para aplicação régia, real, digna de rei, segundo as explicações contidas no Dicionário Isidro Pereira²¹⁷.

TABELA 5: ANÁLISES SOBRE DENOMINAÇÕES A SANTA SOFIA NO <i>CAPÍTULO I DO LIVRO I DAS CONSTRUÇÕES</i>		
Termo	Nº de incidências	Nº de passagens
ἐκκλησία	6	6
βασιλική	0	0
ναός	8	8
ιερόν	6	6

Especificamente no que tange ao capítulo que analisamos, βασιλική [*basilikē*], que não foi adotado no panegírico para explicar seu formato arquitetônico, e os dois últimos, ναός [*naós*], que foi empregado 8 vezes, e ιερόν [*hierón*], que foi utilizado 6 vezes, em outros momentos no decorrer da narrativa, poderiam ter sido utilizados para referir-se ao local como uma basílica ou como um templo, respectivamente. No entanto, em 6 passagens Procópio optou por referir-se ao local como a ἐκκλησία [*ekklēsía*], no português a Eclésia²¹⁸, uma distinção do autor quando comparado a Paulo, que não segue o mesmo caminho, conforme pode-se observar na tabela abaixo:

TABELA 6: ANÁLISES SOBRE DENOMINAÇÕES A SANTA SOFIA NA <i>DESCRIÇÃO DE SANTA SOFIA</i>		
Termo	Nº de incidências	Nº de passagens
ἐκκλησία	1	1
βασιλική	0	0
ναός	40	40
ιερόν	4	4

Ἐκκλησία em Paulo aparece uma única vez para titular a Grande Igreja [Μεγάλης ἐκκλησίας]. Deu-se preferência no poema a ναός, termo que aparece 40 vezes. O fato, no

²¹⁷ PEREIRA, Isidro. *Dicionário Grego-Português e Português-Grego*. 8ª ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998.

²¹⁸ Diante das imbricações da cultura greco-romana a versão latina do termo já era utilizada nesta centúria.

entanto, de Procópio empregar o termo para enfatizar o espaço material foi o que nos fez optar na pesquisa por traduzir tanto a construção – que também denominamos templo – quanto o corpo de cristãos, por Eclésia.

A adoção do nome no estudo para fazer referência às *comunidades cristãs* levou em consideração a historicidade do conceito. Desde o século VI a. C., o termo esteve vinculado ao *poder*. Nesta época, Clístenes proporcionou abertura política para a participação direta dos cidadãos no governo. Esta instituição era conhecida como Assembleia do Povo, ou ἐκκλησία. A atitude, de ampliar os *poderes* da ἐκκλησία visava manter o líder no *poder*, então não a reconhece como parte inoperante da administração governamental²¹⁹.

Péricles, no século V a. C., entendeu bem a ideia não só de manter, mas de conquistar o *poder* a partir do apelo a essa instituição popular iniciada por seu antecessor e, assim, ampliou mais ainda os *poderes* da ἐκκλησία. Nesse período, ela possuía amplas funções legislativas e executivas, além de fiscalização dos magistrados.

Já no período romano, por sua vez, com o nascimento do cristianismo nos espaços orientais, encontramos o Apóstolo Paulo de Tarso clamando por autoridade junto às primeiras comunidades paleocristãs, as quais também foram denominadas de ἐκκλησία, devido às reuniões que ocorriam nas assembleias, nas quais havia as primeiras discussões sobre a cristandade. Naquele tempo, quando o judaísmo ainda coexistia com o cristianismo, as discussões sobre a cristandade ainda se encontravam no modo de vida de um indivíduo que resolvia seguir a Cristo, conforme explica Mendes em seu estudo sobre os conflitos na ἐκκλησία de Corinto, devido à convivência de judeus, gregos e romanos naquele espaço²²⁰.

Assim, no sexto século, compreende-se que o emprego do termo ἐκκλησία para se referir a construção material pode ser visto como elemento de ligação entre a comunidade cristã e a βασιλεία justiniana, ou seja: eram populares, mas que poderiam contribuir ativamente para manter o governo através da sua crença. Optamos, então, por enfatizar o significado de ἐκκλησία ao fazer referência à *comunidade cristã ortodoxa*, ou a este conjunto de pessoas fora da corte que compunha a βασιλεία cristã justiniana.

Este grupo e o conceito que os intitula nas fontes, tinha imbricações com a cultura grega, com a romana, e com a cristã, e demonstrava-se primordial a construção da cultura vivenciada no sexto século. Assim, também eram essenciais aos aspectos *práticos* dessa

²¹⁹ REIS, 2018, p. 49-50.

²²⁰ MENDES, Simone Rezende da Penha. *Paulo e a ekklesia de Corinto: Conflitos sociais e disputa de autoridade no período paleocristão*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, p. 26-66.

teoria, ou seja, à construção de Santa Sofia. Por sua vez, passaremos a observar melhor a função desempenhada pelo templo no *modelo administrativo* a partir do próximo item.

3.1 O PAPEL DE ΑΓΙΑ ΣΟΦΙΑ COMO O ESPAÇO MATERIAL DE PODER DE ΙΟΥΣΤΙΝΙΑΝΟΣ, Ο ΒΑΣΙΛΕΥΣ

O objetivo deste tópico é demonstrar o local em que ocorria a materialização da *teoria política* justiniana, ou seja, onde ela era levada a público. Assim, o iniciamos observando que, o forte investimento no maior templo de Constantinopla desse período não surgiu do nada. Após a *Revolta de Nika*, em 532, o governante viu na forte relevância que a construção já possuía em sua época como um forte motivo para reconstruí-la, quando ampliou ainda mais seu papel para o governo. Procópio foi quem se dedicou a contar em maiores detalhes sobre essa destruição:

Alguns homens comuns da multidão, toda escória da cidade, uma vez ergueram-se contra o Imperador Justiniano em Bizâncio, quando provocaram a rebelião chamada de Insurreição de Nika, que tem sido descrita por mim em detalhes e sem qualquer ocultação no Livro das Guerras. E para mostrar que não foi apenas contra o Imperador que eles tinham levantado as armas, mas não menos que contra o próprio Deus, ímpios e miseráveis que eram, eles tiveram a audácia de incendiar a eclésia dos Cristãos, a qual as pessoas de Bizâncio chamavam “Sophia”, um epíteto que tinham apropriadamente inventado para Deus, pelo qual eles chamam Seu templo; e Deus permitiu-os realizar esta impiedade, prevendo em que objeto de beleza este santuário estava destinado a transformar-se. Então toda a eclésia, na quele tempo, tornou-se um monte de ruínas carbonizadas.²²¹

Sobre o trecho supracitado é importante destacar que o historiador se refere à Santa Sofia como uma construção que já desempenhava uma importante função em Constantinopla no sexto século, pois era a eclésia dos Cristãos [Χριστιανῶν τὴν ἐκκλησίαν]. A narrativa parece então tentar lembrar ainda quão desrespeitosa e, por conseguinte, “audaciosa” era a ação dos insurretos de incendiar o local ao aludir à história daquele espaço, declarando que era um “epíteto que tinham inventado para Deus pelo qual eles chamam Seu Templo”. Nesta passagem, conforme enfatizávamos nos primeiros parágrafos deste capítulo, empregar o termo ἐκκλησία ao invés ναός ou ἱερόν procurava

²²¹ PROCOPIUS, 1954, p. 09-11. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων* I. i. 20-22 “Ἄνδρες ἀγελαῖοί ποτε καὶ ὁ συργετὸς [ὄχλος] Ἰουστινιανῷ βασιλεῖ ἐν Βυζαντίῳ ἐπαναστάντες τὴν Νίκα καλουμένην στάσιν εἰργάσαντο, ἥπερ μοι ἀπαρακαλύπτως ἀκριβολογούμενῳ ἐν τοῖς ὑπὲρ τῶν πολέμων δεδιήγηται λόγοις. ἐνδεκνύμενοι δὲ ὡς οὐκ ἐπὶ τὸν βασιλέα μόνον, ἀλλ’ οὐδὲν τι ἦσσαν ἐπὶ τὸν θεὸν ἅτε ἀποφράδες τὰ ὄπλα ἀντήραν, ἐμπρῆσαι τῶν Χριστιανῶν τὴν ἐκκλησίαν ἐτόλμησαν (Σοφίαν καλοῦσιν οἱ Βυζάντιοι τὸν νεῶν ἐπικαισιώτατα τῷ θεῷ τὴν ἐπωνυμίαν ἀπεργασάμενοι), ἐπεχῶρει δὲ αὐτοῖς ὁ θεὸς διαπράξασθαι τὸ ἀσεβήμα, προειδὼς εἰς ὅσον τι κάλλος τοῦτο τὸ ἱερόν μεταστήσεσθαι ἐμελλεν. ἡ μὲν οὖν ἐκκλησία ἐξηθρακωμένη τότε ξύμπασα ἔκειτο”, aspas do autor.

demarcar que o solo sagrado se encontrava totalmente atrelado à *comunidade cristã ortodoxa*, com um termo carregado de historicidade, além do vínculo com o próprio βασιλεύς.

A construção também possuía uma história e, por tal motivo foi escolhida para reconstrução. A primeira edificação de Santa Sofia ocorreu no século IV e, apesar das divergências quanto a quem teria a mandado erigir, se Constantino ou Constâncio²²², é consenso na historiografia²²³ que o segundo foi quem a concluiu, inaugurando-a no ano de 360. O governante, conforme se enfatizou anteriormente²²⁴, possuiu importante papel na afirmação da βασιλεία enquanto política sagrada.

Assim, levantamos a hipótese que, apesar da construção ter sido inaugurada um ano antes do fim de seu governo, foi quando Constâncio esteve no *poder* que se começou a esboçar a função exercida pelos templos cristãos nesse *modelo de governo* característico da Antiguidade Tardia Oriental. Nesse sentido, deu-se início ao papel de Santa Sofia enquanto espaço material, ou de demonstração, da *teoria política* que era aplicada por esses governantes.

No início do século V, durante o governo de Arcádio, foi quando se vivenciou a primeira destruição do local, durante uma revolta em apoio a João Crisóstomo, que havia sido deposto pelo governante após uma série de intrigas entre a sua esposa, a imperatriz Eudóxia (400-408), e o Patriarca²²⁵. O seu sucessor, Teodósio II (408-450), foi quem seguiu ampliando o reconhecimento e a importância da construção na vida do povo da capital, que por esse período já era conhecida como a “Grande Igreja”²²⁶. Assim, Teodósio II mandou reconstruí-la, a consagrando novamente no ano de 415, quando se reuniu ao Patriarca no local para tal intento.

Data da administração deste governante ainda o nome Ἀγία Σοφία, atestado pela primeira vez em 430²²⁷. Por estas informações também podemos afirmar que ao longo do século V, se seguiu formulando o papel do templo para o governo. Procópio, no trecho anterior, expressava essa função da construção como um *espaço de poder* e de reconhecimento da βασιλεία cristã, ao falar da união entre política e religião, dizendo que o motivo do incêndio em 532, foi para mostrar que os revoltosos não se levantavam “apenas contra o Imperador”, mas “não menos que contra o próprio Deus”.

²²² VENTURA, 2015, p. 163-164.

²²³ ANGOLD, 2002, p. 18 e VENTURA, 2015, p. 164.

²²⁴ Vide discussões no primeiro capítulo.

²²⁵ ANGOLD, 2002, p. 25.

²²⁶ MANGO, Cyril. Hagia Sophia. In: KAZHDAN, Alexander P. (Org.). *Oxford Dictionary of Byzantium*. Vol II. New York: Oxford University Press, 1991. p. 892-895.

²²⁷ MANGO, 1991, p. 892.

É possível interpretar esta parte do relato também como próprio elemento de teorização do governo como uma βασιλεία, porque por mais que o papel do líder da administração seja o tempo todo ressaltado, Procópio esclarece que ele não governava sozinho, mas sim, com o consentimento divino. Em outras palavras, a ligação do βασιλεύς era diretamente com Deus e, portanto, demonstra-se como algo superior à própria ἐκκλησία. O papel do clero, neste contexto, não se sobrepunha ao imperial, mas era de submissão. Não discordamos que sem o seu apoio não seria uma βασιλεία baseada sobretudo na cristandade, mas não se supervaloriza essa função como em uma *teocracia*. Portanto, a ἐκκλησία era de função primordial à βασιλεία na medida em que lhe oferecia suporte.

Desta forma, desde 532, quando se iniciou outro processo de reconstrução, passando por 537, quando ficou pronta, até o fim do governo, foram os anos em que Santa Sofia atingiu o ápice do exercício de suas funções como *espaço de poder* da βασιλεία cristã. Ao reconstruí-la, Justiniano estava a transformando, sobretudo a partir de sua estrutura arquitetônica, na principal ἐκκλησία do cristianismo ortodoxo, que servia enquanto sede do patriarcado de Constantinopla. Após o historiador explanar o motivo da destruição e como ocorreu todo processo de reconstrução, ele assim narrou a sensação experimentada por quem entrava no templo:

Alguém poderia imaginar que tivesse chegado sobre um campo coberto de flores desabrochando. Ele sem dúvidas maravilhar-se-ia em tamanho rebuscamento, a matização natural de outro modo, enrubesce o brilho e lampeja brancura, e volta ao natural, como algum pintor, variando o contraste das cores. E qualquer um, quando quer que seja, entraria no templo para rezar, e entenderia no momento que não é por qualquer poder humano ou aptidão, mas por influência de Deus, que este trabalho tem sido tão primorosamente transformado. E então sua mente é elevada em direção a Deus e exaltada, sentindo que Ele não pode estar tão longe, mas deve sobretudo amar residir neste lugar que Ele tem escolhido. E isto não é apenas o que acontece para alguém que vê o templo pela primeira vez, mas a mesma experiência chega para cada um em ocasião consecutiva, a cada vez que a aviste. Deste espetáculo ninguém jamais tem se saciado, mas quando presentes no templo, os homens alegam-se no que veem, e quando eles partem, enchem-se de orgulho em conversar sobre isso.²²⁸

²²⁸ PROCOPIUS, 1954, p. 27. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων I. i. 59-63* “λαϊμῶνι τις ἂν ἐντετυχηκέναι δόξειεν ὥραϊψ τὸ ἄνθος. θαυμάσειε γὰρ ἂν εἰκότως τῶν μὲν τὸ ἀλουργόν, τῶν δὲ τὸ χλοάζον, καὶ οἷς τὸ φοινικοῦν ἐπανθεῖ καὶ ὣν τὸ λευκὸν ἀπαστράπτει, ἔπι μέντοι καὶ οὖς ταῖς ἐναντιωτάταις ποικίλλει χροιαῖς ὥσπερ τις ζωγράφος ἢ φύσις. ὁπνίκα δὲ τις εὐξόμενος ἐς αὐτὸ ἴοι, ξυνίησι μὲν εὐθὺς ὡς οὐκ ἀνθρωπεῖα δυνάμει ἢ τέχνῃ, ἀλλὰ θεοῦ ῥοπῇ τὸ ἔργον τοῦτο ἀποτετόρνενται· ὁ νοῦς δὲ οἱ πρὸς τὸν θεὸν ἐπαιρόμενος ἀεροβατεῖ, οὐ μακράν που ἡγούμενος αὐτὸν εἶναι, ἀλλ’ ἐμφιλοχωρεῖν μάλιστα οἷς αὐτὸς εἴλετο. καὶ τοῦτο οὐ τὴν πρώτην μόνον ἰδόντι ξυμβαίνει, ἀλλὰ διηνεκὲς ἐκάστῳ ταῦτο τοῦτο δοκεῖ, ὥσπερ ἐνταῦθα τῆς ὀψεως ἀρχομένης. τοῦτου κόρον οὐδεὶς τοῦ θεάματος ἔλαβε πώποτε, ἀλλὰ παρόντες μὲν τῷ ἱερῷ ἄνθρωποι τοῖς ἑρωμένοις γεγῆθασιν, ἀπiónτες δὲ τοῖς ὑπὲρ αὐτοῦ διαλόγοις ἀποσεμνύνονται.”

A passagem supracitada primeiramente demonstra o cuidado na escolha dos termos por Procópio. Neste trecho, ao trabalhar ricamente uma descrição de aspectos materiais ele não emprega ἐκκλησία, mas ἱερόν. Além disso, também demonstra que o espaço do templo após 537 era uma das maiores ferramentas de materialização do *modelo* teórico governamental. Nesse local, através da arquitetura estonteante, os súditos eram motivados através da crença a respeitar a βασιλεία. Um forte exemplo está no fato de Procópio falar que as cores naturais eram projetadas, a partir da cúpula, de tal forma que forneciam os tons necessários durante seus ritos para que os cristãos acreditassem que era o Imperador e o Patriarca que irradiavam luz.

Era, então, através da arquitetura imbricada com o sentimento religioso, de santidade, da construção utilizada pelos cristãos que eles deveriam ser capazes, a partir do que observavam, de sentirem-se próximos a Deus e acreditarem no cristianismo, na βασιλεία e no βασιλεύς, o qual, desta forma, era reconhecido. Essa crença que o lugar propiciava, garantia ainda que o sentimento provocado naquele espaço não permanecesse apenas ali, já que, segundo Procópio, a alegria de quem visitava o local estava em conversar posteriormente sobre o que havia sido vivenciado no templo.

Nesse sentido, é possível pensar na recepção do trabalho de reconstrução da eclésia também em escritos de contemporâneos a Procópio. O momento posterior à queda da cúpula em 558 auxilia neste processo. A *Descrição* de Paulo Silenciário, ainda que possa ter sido feita, assim como *Das Construções*, através de um pedido do Imperador, também deixa clara a importância do espaço à Constantinopla, quando na linha 71 o autor expõe que um testemunho das extraordinárias grandezas dos feitos imperiais estava no “grandioso amor” que toda cidade cultivava por Justiniano, o “Grande Imperador, e por seu templo”²²⁹.

Além disso, se pode atestar a importância do local ao perceber que, apesar de Procópio parecer ter sido um dos únicos a falar com detalhes sobre todo o processo de reconstrução, ocorrido de 532 a 537, descrevendo o templo na versão original de Justiniano, se encontra uma série de outros autores além de Paulo dedicando-se a deixar relatos após presenciarem a queda do domo, ainda que de tamanhos bem menores.

Cyril Mango explica que a reconstrução completada em 562, que fornece a eclésia na forma presente, é explanada ainda por Agátias (536-582), em suas *Histórias*, e por crônicas bizantinas²³⁰. Além disso, Mango faz um compilado desses relatos, no qual

²²⁹ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 193. Tradução nossa. Original: ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 71. “ἔστιν δὲ δείγμα τῶν ἄγαν σου θαυμάτων ὁ τοσοῦτος ἔρως, ὃν ἡ πόλις πᾶσα τρέφει ἐπὶ σοί, βασιλεῦ κράτιστε, καὶ τῶι σῶι νεώι.”

²³⁰ MANGO, 1986, p. 56.

constam trechos de referências ao templo ainda nos escritos de Teófanos, João Malalas (491-578) e Evágrio Escolástico (536-594)²³¹.

Foram Lethaby e Swainson, no entanto, os autores que demonstraram que Agátias, ao começar seu relato sobre o templo, após o terremoto de 558, é um dos poucos que chega a mencionar o momento da destruição de 532 por Justiniano, ao contar que o imperador

restaurou várias construções depois do terremoto, todavia seu especial cuidado foi a Grande Igreja de St. Sofia. Justiniano construiu novamente da base agora o templo anterior queimado pela zangada multidão, maior, mais bonito e maravilhoso, e esse mais belo desenho foi adornado com precioso metal. Ele construiu todo formato com tijolo queimado e lima, aqui amarrrou e ali juntou com ferro, mas eles evitaram usar madeira, então isso não deve mais ser fácil queimar. Agora Antêmio foi o homem que inventou e trabalhou em cada parte.²³²

Ao falar do templo Agátias também revela o carisma da construção entre contemporâneos ao enchê-la de adjetivos. Os demais autores parecem se ater mais especificamente ao momento final da década de 550 e ao início da década de 560, mas a variedade de relatos atesta a importância da construção para a época, bem como a efetividade da recepção da *teoria política* de Justiniano a partir de seu espaço material.

Além disso, é possível abordar aqui o próprio interesse de Justiniano em deixar registrada às futuras gerações a importância histórica que o local adquiriu ao longo de seu governo para os contemporâneos através da variedade de pedidos artísticos feitos pelo imperador. Aqui, podemos exemplificar com três casos, sendo além dos dois panegíricos, as suas prováveis ordens também para que fosse composto um hino grego anônimo, denominado Τῶν Ἐγκαινίων ὁ Ὕμνος [*Hino das Encênias*]. Este, segundo Bell, foi cantado no começo da cerimônia de reabertura do templo, junto à recitação da *écfrase*, o qual foi mais bem estudado por Rafael Domingos de Souza, quem além de traduzi-la do grego ao português, dedicou-se a abordar um gênero literário pouco conhecido, o *contácio*, sem deixar de lado o encontro entre arte, religião e política²³³.

Evidenciada a recepção do trabalho de reconstrução, é importante prosseguir tratando do *modelo político* de Justiniano através de Santa Sofia na *Descrição* de Paulo. A própria estrutura do poema fornece indícios para o entendimento desta *teoria e prática*

²³¹ MANGO, 1986, p. 78-80.

²³² AGATHIAS, lib. v., ed. Bonn, p. 296 apud LETHABY; SWAINSON, 1894, p. 30.

²³³ BELL, 2009, p. 86.; SOUSA, Rafael Domingos de. *O Hino das Encênias da Basílica da Santa Sabedoria em Constantinopla*. Dissertação (Mestrado em Letras – Literaturas Clássicas e Medievais). Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

política em seu espaço material, na medida que demonstra de maneira hierárquica para quem foram direcionadas as falas ao longo da cerimônia de reabertura do domo do templo.

Seguindo a ordem do poema e as indicações de Paulo sobre os locais²³⁴ em que foram recitados os versos, é sabido que o primeiro a receber um panegírico foi o imperador, o melhor dos homens²³⁵ na βασιλεία. Observaremos mais demoradamente o conteúdo desta parte da *Descrição* no próximo item, quando tratarmos da figura imperial. Na sequência, Paulo fez um elogio ao Patriarca para só então adentrar no relato expositivo sobre a construção do templo. Tal disposição de falas fornecem uma mensagem política nesta composição, como Bell já expunha no final da década passada ao explicar que, o prólogo da *écfrase* “oferece, separada da legislação imperial, uma nítida compreensão da ideologia imperial de seu período, somado ao largo valor do poema descrevendo a construção, aqui e em sua suplementar *Descrição* do ambão de Santa Sofia”²³⁶.

Para este momento, cabe destacar quanto à introdução da *écfrase* que, além da estrutura do poema colocar o βασιλεύς como a figura central da cerimônia e do poema diante deste início com ela, sua fala ser seguidamente direcionada ao Patriarca também pode revelar a imagem que Justiniano pretendia repassar sobre a união da βασιλεία com a cristandade. Neste sentido, ao final do panegírico ao imperador, quando o poeta começou a direcionar a ἐκκλησία ao templo, procurou deixar enfatizado os motivos para tão grandiosa celebração. Para tanto, Paulo conta que além da festa ser uma grande demonstração da benevolência imperial, aqui entendida como a maior das virtudes²³⁷ de um líder dentro de um império cristão, era a aliança com o sacerdócio, a qual ocorria através da crença no cristianismo ortodoxo, que estava propiciando aquele momento às pessoas. Estes indivíduos, ao aproximarem-se da βασιλεία sagrada, buscavam mesmo pela salvação de suas vidas, propiciada através de um grande líder que os redirecionava esperançosamente a cristandade, ao observar-se tais versos também por um viés isocrático:

quando você esteve celebrando a festa, como era justo²³⁸,

²³⁴ A ordem de recitação dos locais está trabalhada no item 2.1 *Paulo Silenciário: vida e obras* deste estudo.

²³⁵ Esta também foi uma das formas de tratamento utilizada por Paulo para referir-se a Justiniano, conforme é possível ver mais à frente.

²³⁶ BELL, 2009, p. 14, grifos do autor.

²³⁷ Em uma linha de pensamento aristotélica, conforme explicitado no primeiro capítulo deste trabalho.

²³⁸ Faz-se importante salientar que a apresentação em versos contida nesta dissertação dos trechos da *Descrição de Santa Sofia* se trata de uma tradução adaptada nossa ao português, baseada na versão inglesa de Peter Bell (2009) e no original grego da *écfrase*. Não foi nossa intenção conferir a métrica do poema na língua portuguesa, pois nos exigiria outro estudo denso e aprofundado, voltado às letras clássicas sobre

(75) imediatamente todas as pessoas, o senado
e aqueles que buscavam o caminho do meio para salvar suas vidas,
o imploravam para ampliar os dias da festa;
você aceitou; os dias acabaram; eles imploraram novamente;
novamente você aceitou. Fazendo isso repetidamente,
(80) você ricamente ampliou a festa²³⁹.

No trecho acima, assim como através de Procópio, o discurso panegirista aponta para a aliança política com a cristandade sendo demonstrada ao povo por meio das festividades. Nestes momentos, segundo Paulo, era quando ocorria ainda a participação da ἐκκλησία, a qual demonstra-se como de primordial importância, ao passo que era quando a *comunidade* reforçava seus vínculos com a fé, ao perceber-se enquanto parte dela. Em outras palavras, as cerimônias serviam enquanto ferramenta de inserção do povo na βασιλεία sagrada.

Neste contexto, Paulo deu sequência na narrativa do panegírico destinado ao patriarca afirmando que, o maior de todos os objetivos com sua escrita, era descrever o grande feito imperial, Santa Sofia, o qual, podemos afirmar pelos versos anteriores que era o maior templo de todos, na medida que era o grande espaço material de demonstração da união cristã ortodoxa com a βασιλεία:

Nenhum daqueles me escutando pode repreender minhas palavras.
(90) Alguém pode bem dizer: “Senhor, que total absurdo
você fala!
Você está pedindo a esse homem para ser benigno
com suas palavras,
ele que é morada de toda bondade
e coberto com toda graciosidade?
Você está estabelecendo que pensaria apenas o que foi um homem
(95) se ele pedisse-lhe insistindo inoportunamente que,
o sol deve ascender de dia,
a luz deve ser brilhante, ou palavras serem palavras.”
Eu não negaria que isso é como é,
mas olhando para meu objetivo,
(100) que é o maior de todos e incomparável,
eu temo a disputa.
E eu já inicio tomando coragem novamente,
da exata fonte de meu medo anterior.
Porque se aí estivesse qualquer esperança de um discurso poderoso
ser combinado com o mais belo templo de todos,
(105) então teria sido perigoso despir-se por uma luta
em que a vitória era arriscada.
Mas desde que nós todos conhecemos uma palavra,
nunca parecia que corria em igual espécie com os feitos do imperador,
e que daqueles muitos feitos,

hexâmetros, impossível para o momento. Primou-se, então, pelo conteúdo necessário à mensagem política e histórica da *Descrição*, conforme nossa análise proposta.

²³⁹ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 193. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 74-80. “ἐπεὶ γὰρ ἦγες τὴν ἑορτὴν ὥς ἔδει, ἅπας ὁ δῆμος εὐθύς, ἡ γερουσία, οἱ τὸν μέσον ζηλοῦντες ἀσφαλῆ βίον, τὰς τῆς ἑορτῆς ἡμέρας ἐπεξάγειν, ἦτιον παρεῖχες ἐξέδραμον ἦτιον πάλιν, πάλιν παρεῖχες. τοῦτο δὲ δρῶν πολλάκις ἐπεξείπεις τὴν ἑορτὴν πλουσίως.”

(110) o maior de todos é a fundação desse templo,
 nós não devemos posicionarmos em desânimo,
 temerosos em face de uma conclusão anterior,
 mas incitar todo nosso entusiasmo,
 ao limite de nossa força.²⁴⁰

O trecho supracitado foi destinado especialmente a afirmar como Santa Sofia era o maior feito do imperador. Se iniciou então pelo poeta apontando que, assim como poderiam acusá-lo de dizer o óbvio sobre o patriarca, que ele era tão benevolente ou virtuoso quanto o imperador, o autor temia que o culpassem por sua descrição do templo ser de meras conclusões também do evidente: que Santa Sofia era a mais bela construção do βασιλεύς.

Depois deste breve louvor ao patriarca, que se pode dizer ter perdurado somente pelas primeiras linhas, Paulo dedicou o restante dos versos que deveriam ser ao clero a atestar a importância do local, o qual era total idealização do líder da βασιλεία. Na sequência, o poeta passou a abordar o episódio que culminou na reconstrução do domo em si.

Paulo dividiu os versos em referência ao desabamento em dois momentos. O primeiro, que vai das linhas 144 a 180, está descrito de maneira muito semelhante ao que Procópio fez em prosa ao contar sobre a primeira destruição do templo, em 532. Logo nos versos iniciais, Paulo contou que o teto desabou também com o consentimento de Deus, quando, no verso 144 apontou que, “somente aos pés de toda inspiração divina o telhado glorioso construído curvou-se abaixo”²⁴¹ e, uma vez “quebrado, colidia,/ e por sua queda esvaziava-se, feito poeira”²⁴². Levantamos a possibilidade para que tais trechos sejam, além de menções ao desabamento, alusões ao que foi contado também na narrativa procopiana, cuja queima durante a *Revolta de Nika* tem anuência celeste.

Estes versos do poema, ainda em consonância com Procópio, são misturados também com uma série de atribuições de Paulo à responsabilidade imperial pela

²⁴⁰ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 194-195. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 89-114. “ἔστω δὲ καὐτὸς εὐμενής. τοῦτων γε μὲν/ μηδεὶς ἀκούσας λοιδορεῖσθαι τοῖς λόγοις/ εἴποι γὰρ εἰκὸς ἂν τις “ὦ τάν, ὡς πάνυ/ ληρεῖς περιττά. τοῦτον αἰτεῖς εὐμενῆ/ λόγοις γενέσθαι, τῶν ἀγαθῶν τὴν οἰκίαν,/ τὸν πᾶσαν εὐμένειαν ἡμφισμένον;/ τουτὶ πέπονθας ὅπερ ἂν εἰκότως πάθοι,/ εἴ τις δέοιτο λιπαρῶς ἐγκείμενος/ τὸν ἥλιον μὲν ἀνατέλλειν ἐν ἡμέραι,/ τὸ φῶς δὲ λάμπειν, τοὺς λόγους δ' εἶναι λόγους.”/ ἐγὼ δὲ ταῦτα τοῦτον εἶναι τὸν τρόπον/ οὐκ ἂν ἀποφαίην· πρὸς δὲ τὸν σκοπὸν βλέπων,/ ὃς παμμέγιστος οὐκ ἔχων θ' ὑπερβολήν,/ δέδοικα τὴν ἀγωνίαν. θαρρεῖν δ' ὄμωζ/ ἐξ ὧν ἐδεδίειν πρότερον αὐθις ἄρχομαι./ εἰ μὲν γὰρ ἐλπὶς ἦν τις εὖσθενεῖ λόγῳ/ συνεξισοῦσθαι τῷ νεῷ τῷ παγκάλῳ,/ σφαλερὸν ὑπῆρχεν ἐπαποδύεσθαι πάλαις,/ ἐν αἷς τὸ νικᾶν παρακεκινδυνευμένον./ ἐπεὶ δὲ πάντες ἴσμεν, ὡς οὐκ ἂν ποτε/ λόγος φανείη συντρέχων ταῖς πράξεσιν/ ταῖς τοῦ βασιλέως, ἔστι δ' αὖ τῶν πράξεων/ τὸ παμμέγιστον ἢ κτίσις τοῦτου νεῶ,/ οὐ χρὴ δεδοικὸς ἐπὶ προδιγνωσμένοις/ μένειν ἀτόλμους, ἀλλὰ τὴν προθυμίαν/ κινεῖν ἅπασαν, ὡς ἔχει τις ἰσχύος.”

²⁴¹ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 196. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 144. “[...] ὧν ὑπὸ μούνῳ/ πᾶν κλέος ὑπορόφοιο κατώκλασε θέσκελον ἔργον.”

²⁴² PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 197. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 162-163. “[...] ἐπασσύτεροις δὲ βελέμενοις/ ῥωγαλέος δοῦπησε, πεσὼν δ' ἐβάθυνε κονίην.”

reconstrução do domo, que só acontece por consentimento divino. Assim, mais uma vez, vemos as fontes apontando para o auxílio de Deus à βασιλεία, que, por tais motivos, faz-se sagrada.

Posteriormente, então, prosseguiu afirmando que novamente, depois de cinco anos em que a população de Constantinopla passou limpando lágrimas dos olhos, ou seja, depois do período de reparação, entre 558 e 562, assim como a primeira reconstrução, que ocorreu de 532 a 537, o momento em que ele recitava novamente alegrava os integrantes da βασιλεία, os quais passavam a cantar “hinos rítmicos com lábios auspiciosos”²⁴³ na festa de comemoração pela reabertura do templo. Levantamos a possibilidade para que estas possíveis alusões a Procópio se trate de uma tentativa paulina de demonstrar que a semelhança e repetição dos acontecimentos, cuja quantidade de tempo que levaram as duas reconstruções foram as mesmas, tanto a do templo, desde suas bases, quanto a do domo, ambas eram auxílio divino à βασιλεία.

Por sua vez, ao prosseguir apontando detalhes de como aconteceu a reconstrução do domo, Paulo afirma que, assim como em 532, Antêmio de Trales e Isidoro de Mileto vieram ao auxílio do imperador, foram novamente dois dos mais poderosos senhores que trabalharam após o desabamento²⁴⁴. E tal qual a tristeza vivenciada na década de 530, em 550 também “havia inabalável luto por toda a cidade”²⁴⁵, mas após o episódio do terremoto e a necessidade de reconstrução, isso tornava o templo outra vez ainda mais belo, pois além da beleza da construção em si, fazia-se no momento da cerimônia de dedicação o “enterro de pontadas de melancolia nas correntezas do Lete”²⁴⁶.

Já as dificuldades superadas com a reconstrução eram, por sua vez, como a luz do sol que tornava a construção ainda “mais radiante aos transeuntes” depois da gélida noite vivenciada pela tragédia. Além disso, desejar calma, ou querer o domo pronto, tornava o desafio de reconstruí-lo ainda mais animador aos homens, assim como os que vagavam no mar depois das ondas²⁴⁷. Todas estas analogias com a natureza no poema parecem tentar formar uma justificativa favorável da tragédia vivenciada, a qual, por ser de origem

²⁴³ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 198. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 171-172. “δάκρυ δὲ πενταέτηρον ἀπονήσαντες ὁπωπῆς/ μέλπομεν εὐφήμοις ὑπὸ χεῖλεσιν εὐποδᾶς ὕμνους.”

²⁴⁴ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 198. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 176. “ἐξότε γὰρ δούπησεν ἐρισθενὲς ἔργον ἀνάκτων/[...]”.

²⁴⁵ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 198. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 177. “[...] / κῆδος ἦν ἀλίσστον ἀνὰ πτόλιν.”

²⁴⁶ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 198. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 180-181. “μεγάλων γὰρ ἐπερχομένη χάρις ἔργων/ Ληθαίοις ἐκάλυψε κατηφέα κέντρα ρέεθροις.”

²⁴⁷ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 198. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 182-184. “καὶ φάος ἡελίοιο φαάντερόν ἐστιν ὁδίτη/ χειμερίην μετὰ νύκτα, καὶ ἱμερόεσσα γαλήνη/ ἄνδρας ἀλιπλάγκτους μετὰ κύματα μᾶλλον ἱαίνει.”

divina, também auxiliava o imperador, pois possibilitava-o fazer um trabalho ainda mais grandioso.

Há que se destacar que o sagrado em Paulo, entretanto, se demonstra de maneira diferente que em Procópio, ao passo que mistura elementos pagãos e cristãos de maneira sincrética, os quais, todavia, não deixam de fazer da βασιλεία uma administração sacra. Por mais que não concordemos com a existência de um cristianismo puro no império, na medida em que o compreendemos de modo sincrético, como temos exposto, Procópio apresenta um viés diferenciado de interpretação quanto à religião, não se atendo a estes elementos da natureza vistos em Paulo.

O segundo trecho que conta o momento da queda parece se ater mais a estrutura do local afetada pelo desmoronamento, apesar de seguir extremamente poético:

Agora montado em imponentes alicerces,
a maravilhosa abóboda do hemisfério desmoronou,
e todos os alicerces da casa dos sacros mistérios foram abalados;
todos os alicerces pularam na cidade em profundidade,
(190) e a terra abaixo suspirou longamente,
e a turva poeira misturou-se com as nuvens do ar,
escondeu o brilho do meio-dia do claro céu do paraíso.
Mas o santo Cristo esticou uma mão a você sobre seu assento,
e não permitiu com o sangue de homens massacrados
(195) o malicioso Telquines desagradar sua terra.
Você nem tolerou olhar, tudo-vendo ao espiar com seu imaculado olho
onisciente,
o sangue repellido do sacrifício desumano aos arredores.
Tampouco, porém, o largo seio do templo suportou o elo da rápida arte,
excelente nesse fruto de afundar-se tão distante quanto estes alicerces.
(200) Mas a curva de apenas um arco escorregou longe;
ao Leste, e a porção da esfera misturou-se a poeira.
E uma parte foi ao chão, enquanto o restante (uma fascinante visão),
apenas como se sem suportar, se suspendeu ali, de companhia à brisa.
E cada homem suspirava, atingido pela melancolia.
(205) Ninguém pode atacar minha Sereia com indignantes palavras,
pois andando ao longo do caminho a mágoa foi deixada.
O riso é doce após o choro, é então saúde após a doença.
A chama correndo para fora do céu não era causada pela melancolia dos
homens,
era de quando ardia a superfície da terra despedindo-se da vegetação,
(210) ou de quando transbordavam inúmeras correntezas ruidosas como se
elas estivessem ressecadas;
quando ainda tampouco o céu flamejante pasmava sobre os amplos frutos
dados pela terra,
e abertos os portões da chuva destrutiva,
secou-se o prado confundido com as ondas do mar.²⁴⁸

²⁴⁸ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 198-199. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 186-213 “Ἡδὴ μὲν σθεναροῖσιν ἐπεμβεβαυῖα θεμελίοις/ σφαίρης ἡμιτόμοιο κατήριπεθέσκελος ἄντυξ/ μυστιπόλου δ' ἐτίναξεν ἐδέθλια πάντα μελάθρου,/ πάντα δ' ὑπεσκίρτησεν ἐν ἅστει βάθρα θεμελίων,/ γαῖα δ' ὑπεστενάχιζεν ἐπὶ χρόνον, ἡερίαις δὲ/ μισγομένη νεφέλησιν ὀμιχλῆεσσα κονίη/ οὐρανὴς ἀμάρυγμα μεσημβρινὸν ἔσκεπεν αἶθρης./ Χριστὲ μάκαρ, σὺ δὲ σεῖο κατ' ἔνδια χεῖρα τανύσσας/ αἶμασιν οὐ μεθέηκας ὑπ' ἀνδροφόνουσι μιῆναι/ σὴν χθόνα Τελχίνας κακοεργέας· οὐδὲ γὰρ ἔτλης/ ὄμματος ἀχράντοιο βολῇ πανδερκεῖ λεύσσειν/ αἶμα χυθὲν τεμένεσσιν ἀναιμάκτοιο θυηλῆς./ οὐδὲ μὲν εὐρύστερνος ὑπώκλασε μέχρι θεμελίων/ νηός, ἀριστόδινος ἐελέμενος ἄμμασι τέχνης/ ἀλλὰ μιῆς ἀπιδὸς ἀπωλίσθησε κεραίη/ ἀντολική, σφαίρης τε λάχος

Nestes versos o poeta conta que quando a abóboda do templo caiu, toda terra tremeu. Além do abalo sentido no chão, também houve o da ἐκκλησία e o da natureza, ou do elemento místico. No entanto, mais uma vez, por influência divina de Cristo, que estendeu sua mão sobre o trono imperial, apenas o arco leste escorregou longe, porção esta que se misturou à poeira. O restante da cúpula, por sua vez, permaneceu pairado no ar. O trecho, apesar de muito mais voltado aos fatos em si, faz falas análogas à como a sagrada βασιλεία era abençoada.

Através das alocuções dos dois trechos supracitados é possível definir o sagrado em Paulo através da própria mitologia grega, como as referências ao rio Lete, a Telquines e à Sereia, citados a partir de elementos da natureza, mas que se encontram imbricados a Deus, a figura do próprio Jesus, e ao abençoado βασιλεύς, que também era onisciente. Assim, Paulo diferencia-se do cristão ortodoxo que foi Procópio através de todos estes elementos, apresentando-se, por sua vez, como um retrato da cultura sincrética constantinopolitana da Antiguidade Tardia Oriental no sexto século.

E então algumas linhas a frente, talvez em outra alusão ou embasamento na leitura de Procópio, fala-se, por fim, da sensação experimentada por quem visitasse o templo:

Cada mortal que tem conduzido os olhos para o paraíso glorioso
ao redor dos prados trajados com estrelas dançantes
não tem suportado extensa observação com pescoço e costas dobradas;
ele tem trazido seus olhos de volta para a verde colina
para observar o extenso riacho jorrando com floridas margens,
(290) o grão maduro, o abrigo de um bosque
coberto com adoráveis árvores,
rebanhos pulando, o espiral de oliveiras,
as videiras apoiadas em exuberantes ramos
e um calmo e brilhante mar verde azulado,
(295) agitado por um mar banhado de marinheiros remadores.
Mas se qualquer um posicionar seus passos para dentro do sagrado recinto,
ele é relutante em recuar seus pés novamente, mas, com olhos encantados,
ele inclina-se e gira seu pescoço para cá e para lá.
Toda saciedade tem sido motivada sem o amável elmo da casa.²⁴⁹

κονίησιν ἐμίχθη./ ἦν δὲ τὸ μὲν δαπέδοισι, τὸ δ' εἰσέτι (θάμβος ιδέσθαι)/ οἷάπερ ἀστήρικτον ὁμίλειεν
ἐκκρεμῆς αὔραις./ πᾶς δὲ κατηφείη βεβωλημένος ἔστανεν ἀνὴρ./ μή τις ἐμὴν σειρήνα βάλοι νεμεσήμονι
μῦθῳ/ ἀτραπὸν ἀμνήστοιο διαστείχουσιν ἀνίης./ ἡδύτερος μετὰ δάκρυ γέλως, μετὰ νοῦσον ὑγίη./ οὐχ
οὕτως ἀκάχησεν ἀπ' αἰθέρος ἐκχυμένη φλὸξ/ ἀνέρας, ὅππότε νῶτα κατέφλεγεν ἄχλοα γαίης/ μυρία
καρφομένων ὅτε χεύματα σίζεν ἀναύρων./ οὐδ' ὅτε καρποτόκοιο κατὰ χθονὸς οὐρανὸς αἰθῶν/ εὐρὺ χανὼν
ᾧῖξε πύλας δηλήμονος ὄμβρου/ καὶ τραφερὸν ξύνωσε πέδον ῥοθίοισι θαλάσσης.”

²⁴⁹ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 204. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 286-299. “πᾶς βροτὸς
ἀγλαόμορφον ἐς οὐρανὸν ὄμμα τανύσσας/ οὐκ ἐπὶ δὴν τέτληκεν ἀναγναμφθέντι τραχήλῳ/ κύκλιον
ἀστροχίτωνος ιδεῖν λειμῶνα χορείης./ ἀλλὰ καὶ ἐς χλοάουσαν ἀπήγαγεν ὄμμα κολώνην,/ καὶ ῥόν
ἀνθεμόεντος ιδεῖν ἐπόθησεν ἀναύρου/ καὶ στάχυν ἡβώνοντα καὶ εὐδένδρου σκέπας ὕλης/ πῶεά τε σκαίροντα
καὶ ἀμφιέλικτον ἐλαίην./ ἄμπελον εὐθαλέεσσιν ἐπικλινθεῖσαν ὀράμοις/ καὶ χαροποῦ γλαυκῶπιν ὑπὲρ
πόντοιο γαλήνην/ ξαινομένην πλωτῆρος ἀλιβρέκτοισιν ἐρετμοῖς./ εἰ δέ τις ἐν τεμένεσσι θεοῦδέσιν ἴχνος
ἐρείσει,/ οὐκ ἐθέλει παλίνρπον ἄγειν πόδα, θελγομένοις δὲ/ ὄμμασιν ἐνθα καὶ ἐνθα πολύστροφον αὐχένα
πάλλειν/ πᾶς κόρος εὐπῆληκος ἐλήλαται ἔκτοθεν οἴκου.”

Nesta passagem, assim como em Procópio, as proporções do templo não são o único motivo para a construção ser grandiosa, mas também os sentimentos que ela evoca. Fitá-la por muito tempo, com o pescoço dobrado, era um desafio à mente e aos sentidos do observador, restando a opção de voltar seus olhos novamente para a natureza ao entorno. Para tornar mais compreensível o cenário descrito no poema, é possível averiguar uma imagem contemporânea do local, ainda que saibamos das marcas do tempo com relação ao século VI:



Figura 1: Vista aérea de Santa Sofia em Istambul, Turquia. Retirado de SARRIS, Peter. *The Eastern Roman Empire from Constantine to Heraclius* (306–641). In: MANGO, Cyril. *The Oxford History of Byzantium*. Great Britain: Oxford University Press, 2002, p. 59.

A figura acima, apesar de atual, ainda é capaz de demonstrar o que descrevia a passagem paulina. O observador que se deparar com o templo em toda sua extensão, pode cansadamente admirar tanto a ele quanto ao seu verde entorno, os quais encontram-se extremamente próximos do mar e de seus marinheiros. Todos os sentimentos despertados pela magnitude desse solo sagrado na sexta centúria ocorrem, então, também através do local escolhido, onde, mais uma vez vê-se a forte presença da natureza como parte importante na composição da narrativa.

Portanto, a localização de Santa Sofia na cidade, de frente para o *augustaeum* e de costas para o mar, próximo às outras principais construções como o hipódromo, o Grande

Palácio e o Fórum de Constantino, protegida pelas Muralhas de Bizâncio, de Constantino e de Teodósio, também corroboravam para que Justiniano a escolhesse para investir em uma reconstrução, para torná-la parte da βασιλεία sagrada, e para impactar as pessoas com a magnificência de uma construção de tal porte. Era uma escolha estratégica de um local para uma matriz imponente do cristianismo ortodoxo constantinopolitano, dentre tantos outros locais e templos que existiam espalhados pela cidade, conforme se pode observar no mapa:



Mapa 2: Mapa autoral, feito com base no cartograma das páginas 552 e 553 de *Das Construções*, na planta de Constantinopla presente na página 83 do *The Oxford History Of Byzantium*, organizado por Cyril Mango e no mapa da página 509 do *The Oxford Dictionary of Byzantium*.

Dentre todos os caminhos observados no mapa que levavam à porção central da cidade, podemos dizer que direcionavam também ao templo de Santa Sofia. O impacto era tal que ainda, segundo Paulo, ao adentrar no edifício, o espectador sentia-se convidado a girar seu pescoço “para cá e para lá”. Por mais que o formato arquitetônico com que o templo foi projetado – uma basílica – não tenha sido levado em consideração pelas fontes para titulá-la, nem se trate do nosso foco de estudo, é importante destacar porque seguia os moldes romanos e, por conseguinte, tinha objetivos políticos específicos de demonstrar a materialização da *teoria* governamental de Justiniano. Sennett fornece explicações

quanto às escolhas arquitetônicas do imperador. Através do estudo deste autor se entende que a geometria aplicada à estrutura optada pelo βασιλεύς para Santa Sofia tinha a função de disciplinar o movimento corporal através das “sinalizações” que eram dadas²⁵⁰.

Essas indicações se iniciavam logo quando o sujeito adentrava a construção. Por tal motivo é que a narrativa paulina explicava na passagem anterior que, mesmo sem a cúpula, o observador seguia saciado com as informações de dentro do templo. A partir do modelo de basílica era oferecida uma construção retangular, que orientava as pessoas a entrar por um lado e sair pelo outro, se deslocando sempre para frente. Na Antiguidade, quando os súditos estavam no interior destas edificações, tinham a figura principal deste cenário em um dos extremos, e pontos de iluminação bem delimitados, aos cantos da grande sala central, e que deveriam se somar à luz que entrava pelas janelas.

Quando do lado de fora, o comando destas grandes edificações era para que o transeunte se colocasse diretamente em frente a elas. Assim, o lugar não se destinava de modo algum a um passeio despreocupado²⁵¹. Esta estrutura, que foi utilizada por Justiniano em Santa Sofia, lhe forneceu o palco necessário para materializar seu *poder político*, a quem estivesse dentro ou fora dela, através do uso de um *modelo governamental* que tinha como um de seus principais pilares a cristandade e, por tal motivo foi que lhe oferecemos especial atenção neste tópico. Postas estas observações, passemos agora a analisar a figura imperial neste cenário.

3.2 DE SÁBIOS LOUVORES AO IMPERADOR FIZERAM-SE OS PANEGÍRICOS À GRANDE IGREJA: O ΒΑΣΙΛΕΥΣ EM PAULO SILENCIÁRIO E EM PROCÓPIO DE CESAREIA

Observado o cenário em que nossas fontes foram descritas, no templo de Santa Sofia, nós explicávamos no primeiro capítulo desta dissertação que as discussões aqui levantadas surgiram de inquietações ao ler tanto a bibliografia quanto as documentações da pesquisa, e percebermos divergências na forma de tratamento dada a Justiniano para se referirem ao seu *tipo de poder*, que culminou na explicação sobre seu *modelo administrativo*. O conceito de *autocracia*, advindo do título αὐτοκράτωρ, até então amplamente aceito pela historiografia como forma de teorizar e fazer referência a política imperial, não se aplica à *Das Construções* e à *Descrição de Hagía Sophia*, na medida que

²⁵⁰ SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003, p. 101-102.

²⁵¹ SENNETT, 2003, p. 101-102.

o termo central utilizado como forma de tratamento é βασιλεύς para o imperador e principalmente βασιλεία para o império.

Primeiramente, observaremos esta titulação em Procópio de Cesareia:

TABELA 7: ANÁLISES DE TITULAÇÕES EM <i>DAS CONSTRUÇÕES</i>		
Termo	Nº de incidências	Nº de passagens
βασιλεύς	332	317
αὐτοκράτωρ	12	12
Δεσπότης	0	0
θεοκρ-	0	0

TABELA 8: ANÁLISES DE TITULAÇÕES NO <i>CAPÍTULO I DO LIVRO I DAS CONSTRUÇÕES</i>		
Termo	Nº de incidências	Nº de passagens
βασιλεύς	20	20
αὐτοκράτωρ	0	0
Δεσπότης	0	0
θεοκρ-	0	0

Conforme é possível observar nas tabelas acima, em Procópio, ao longo de seus seis livros intitulados *Das Construções*, o termo βασιλεύς aparece cerca de 332 vezes. Deste total, 20 ocorrências estão presentes no *Capítulo I do Livro I*, que aqui é analisado. Portanto, foi a única forma de titular Justiniano nestas passagens por 19 vezes e, entre as linhas 12 e 16, o historiador titula imperador (βασιλεύς) o persa Ciro. No entanto, utiliza o termo para dizer que apesar dos seus assim o denominarem, somente Justiniano merecia tal título.

Enquanto isso, outro termo que entra nas discussões historiográficas, αὐτοκράτωρ, têm apenas 12 ocorrências. No entanto, em nenhuma delas o conceito é usado para referir-se a Justiniano, mas a imperadores de tempos anteriores não nomeados, ou para citar Anastácio (491-518), Trajano (98-117) e Teodósio (378-395)²⁵². Δεσπότης nem mesmo chega a aparecer, assim como não se encontram derivações substantivadas de uma possível junção dos radicais “θεός” [*theós*] e “κρατός” [*kratós*] para intitulá-lo como *teocrata*. Nossas pesquisas neste ponto deveram-se as raízes do termo “θεοκρατία” [*theokratía*].

²⁵² Imperadores não nomeados podem ser vistos nas passagens do *Livro II, Cap. IV. 3*; no *Livro IV, Cap. V. 2*; *Livro II, Cap. II. 21*; *Livro III, Cap. I. 10*; *Livro I, Cap. IV. 2* e no *Livro III, Cap. I. 8*. Por sua vez, Procópio denomina Anastácio de autocrata no *Livro III, Cap. V. 4* e novamente no *Livro V, Cap. VII. 10*; Trajano no *Livro III, Cap. IV. 17*; *Livro IV, Cap. VI. 6*; *Livro IV, Cap. VI. 11* e Teodósio no *Livro III, Cap. I. 12*.

Passaremos agora a concentrar nossa atenção sobre alguns dos casos mais importantes em que Procópio titula Justiniano, devido ao grande número de ocorrências. O primeiro episódio no *Capítulo I* em que o historiador se refere diretamente ao imperador ocorre ao entrar na temática sobre as edificações, após ter esclarecido os benefícios que a história era capaz de fornecer ao Império. Nesta passagem inicial, o autor atribui total responsabilidade pelo projeto de construções ao “nato Imperador Justiniano” [Ιουστινιανὸς ὁ βασιλεὺς γέγονεν] e esclarece que, foi somente quando o βασιλεὺς se ateve a procurar a crença em Deus que estabeleceu-se, de fato, um governo. Por conseguinte, fez-se, assim, uma administração completa:

Em nosso próprio tempo, tem sido o nato Imperador Justiniano quem tomou todo o estado quando este foi arrasado por desordem, não o tem apenas feito em extensão, mas também ainda mais ilustre, por expulsar aqueles bárbaros que têm desde antigamente severamente o atrapalhado, como eu tenho claramente feito detalhes nos Livros das Guerras. De fato, eles dizem que Temístocles, filho de Neocles, uma vez jactanciosamente disse que não lhe faltavam habilidades para fazer um pequeno estado completo. Mas não falta a este Soberano habilidade para produzir transformações completas no estado – testemunhado o caminho, ele já tem acrescentado ao domínio Romano muitos estados, os quais por tempos tinham pertencido a outros, e tem criado inúmeras cidades que não existiam antes. E encontrando a crença em Deus, que foi antes desse tempo perdida por erros e sendo forçada a ir a muitas direções, ele destruiu completamente todas as principais trilhas para tais erros, e a trouxe sobre o que apoiou na firme fundação de uma única fé.²⁵³

Aqui, pela primeira vez, vê-se Justiniano sendo denominado βασιλεὺς na narrativa. Por sua vez, a administração imperial em vez de βασιλεία, é denominada por meio do conceito de *poder supremo*, πολιτεία, que aparece 4 vezes neste capítulo, das 17 vezes em que é citada ao longo dos seis livros, e ἀρχή, o método de governo de Justiniano, nomenclatura que aparece por 3 vezes no capítulo, e 64 vezes no decorrer da narrativa. Além disso, as cidades construídas sob o governo de Justiniano são denominadas πόλεις, o que também ocorre no restante do texto, sendo que o termo aparece 357 vezes em 307 passagens.

²⁵³ PROCOPIUS, 1954, p. 05. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων I. i. 6* “Ἐν χρόνῳ τῷ καθ’ ἡμᾶς Ἰουστινιανὸς ὁ βασιλεὺς γέγονεν, ὃς τὴν πολιτείαν πλημμελῶς κινουμένην παραλαβὼν μεγέθει μὲν αὐτὴν μείζω τε καὶ πολλῷ ἐπιφανεστέραν εἰργάσατο, ἐξελάσας ἐνθὲνδε τοὺς ἐκ παλαιοῦ βιασαμένους αὐτὴν βαρβάρους, ὥσπερ μοι λεπτολογουμένῳ ἐν τοῖς ὑπὲρ τῶν πολέμων δεδήλωται λόγοις. καίτοι λέγουσιν ποτε Θεμιστοκλέα τὸν Νεοκλέους ἀποσεμνύνεσθαι ὅτι δὴ οὐκ ἀνεπισημόνως ἔχοι πόλιν μικρὰν ποιήσαι μεγάλην. ὁ δὲ δὴ οὐκ ἀμελέτητός ἐστιν ἐμπορίζεσθαι πολιτείας ἐτέρας. πολλὰς ἀμέλει προσεποίησεν ἤδη τῇ Ῥωμαίων ἀρχῇ ἀλλοτρίας καθ’ αὐτὸν οὕσας, πόλεις δὲ ἀναρίθμους δεδημιούργηκεν οὐ πρότερον οὕσας. πλανωμένην δὲ εὐρὼν τὴν ἀμφὶ τῷ θεῷ δόξαν τὰ πρότερα ἐς πολλὰ τε ἀναγκαζομένην ἰέναι, συντρίψας ἀπάσας τὰς ἐπὶ τὰς πλάνας φερούσας ὁδοὺς, διεπράξατο ἐν τῷ βεβαίῳ τῆς πίστεως ἐπὶ μιᾷ ἐστάναι κρηπίδος.”

Tais termos são empregados na medida em que fazem parte de um projeto político específico, o qual visava levar esse modelo de πόλις, que era regida por uma πολιτεία e uma ἀρχή, para todos os espaços, diante da disputa por hegemonia, sobretudo com os persas. Quando rememora-se que o sexto século fez parte de um momento histórico que, como explica Renan Frighetto, foi portador de uma identidade própria, a qual, contudo, alçou-se tendo por base as tradições políticas, culturais e sociais que o antecederam, denominado como Antiguidade Tardia, pode-se vislumbrar os conceitos à luz das imbricações greco-romanas características deste lapso temporal²⁵⁴. Assim, a escolha por um termo como πολιτεία, quando vinculado à tradição política romana do *mos maiorum*, servia como forma de legitimar o presente através do passado.

Este viés interpretativo também permite vislumbrar que, assim como nos clássicos, Procópio poderia, neste momento estar aludindo ao aristotelismo²⁵⁵ que via a βασιλεία como a melhor πολιτεία, o que não é algo inviável, dado o número de ocorrências do termo na narrativa, bem como o fato do autor conhecer Aristóteles, conforme apontou-se no primeiro capítulo. Desta forma, discorria-se na narrativa procopiana sobre o *poder* contido na instituição que deveria ser comandada pelo melhor dos homens, o βασιλεύς, o qual ele afirma que estava ali por ser parte de sua *natureza*, ou de sua essência.

O cerne desse governo, afirmava-se em Procópio, só funcionava por causa da ortodoxia. Esta tratava-se, nas palavras do historiador, seguramente da crença oficial do Império, pois ele preocupou-se em esclarecer que a πολιτεία só se completou quando “todas as principais trilhas” para os erros, ou, heresias, foram destruídas, sob o jugo de Justiniano. Assim, foi com o βασιλεύς que a administração entrou no caminho correto, passando a pautar-se então na “firme fundação de uma única fé”, com o cristianismo ortodoxo sendo a base de sustentação da βασιλεία sagrada.

Na sequência, Procópio narrou o trecho discorrendo sobre Ciro, analisado no primeiro capítulo desta dissertação, em que chegou mesmo a afirmar que Justiniano era o único que, em sua visão, deveria ser denominado βασιλεύς por natureza, por ser tão benigno. E da mesma benevolência de um imperador nato foi que partiu a atitude de reconstruir o templo de Santa Sofia. Assim, os trechos subsequentes dizem respeito às linhas analisadas no item anterior, referentes à *Revolta de Nika*, motivo do incêndio do templo.

²⁵⁴ FRIGHETTO, Renan. Cuando la confrontación genera la colaboración: godos, romanos y el surgimiento del reino hispanogodo de Toledo (siglos V-VI). In.: *Vínculos de História*, núm. 7 (2018).

²⁵⁵ Vide discussões no Capítulo 1.

Posteriormente, volta-se a citar o βασιλεύς, o qual foi mencionado em pontos específicos da narrativa para que apareça como o principal responsável por pensar a reconstrução, em cada detalhe do trabalho. No entanto, isso só ocorre porque o βασιλεύς conta com o auxílio divino. O primeiro ponto então, foi quando se falou da atitude governamental ao enxergar a construção em ruínas:

Mas o Imperador Justiniano construiu pouco tempo depois uma eclésia tão primorosamente desenhada, que se qualquer um tivesse perguntado aos cristãos antes do incêndio, eles teriam desejado sua destruição para que esta tomasse seu lugar, olhando o modelo da construção que nós agora vemos, parece-me que eles teriam rezado para vê-la imediatamente destruída, pedindo que a construção pudesse ser convertida na forma atual. Em qualquer avaliação do Imperador, ele desconsiderou todos os gastos, e rapidamente começou o trabalho de construção, iniciando por reunir artesãos de todo o mundo. E Antêmio de Trales, o mais erudito homem, perito no ofício que é conhecido pela arte de construir, não apenas para seus contemporâneos, mas também quando comparado com aqueles que viveram bem antes dele, ajudou o entusiasmo do Imperador, regulamentando devidamente a tarefa de vários artesãos e preparando os desenhos da futura construção; e associado com ele estava outro mestre-de-obras, de nome Isidoro, milesiano por nascimento, um homem que era inteligente e digno para assistir ao Imperador Justiniano. De fato este, também foi uma indicação de respeito, em que Deus auxiliou o Imperador, em que Ele já tinha fornecido os homens que seriam mais prestativos ao Imperador nas tarefas que seriam levadas a público. E alguns podem com boas razões admirar-se pelo discernimento do Imperador, em que longe do mundano ele foi apto por selecionar os homens que eram mais apropriados pelos mais importantes de seus empreendimentos.²⁵⁶

Ao narrar a postura governamental diante da destruição dos revoltosos do principal templo do cristianismo ortodoxo a composição de historiador pareceu seguir uma hierarquia. Em um primeiro momento, o historiador procurou colocar Justiniano como o responsável primário pela reconstrução da edificação, com isso, o demonstrava agindo como a salvação para os males que assolaram o império. Após deixar enfatizada essa atribuição, destacou o auxílio divino para que um evento de tal magnitude, como foi essa reconstrução, acontecesse. Assim, os nomes dos mais aptos mestres-de-obras eram indicações divinas à βασιλεία sagrada. No entanto, foi uma atitude do melhor dos

²⁵⁶ PROCOPIUS, 1954, p. 11-13. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων I. i. 22-26* “βασιλεὺς δὲ Ἰουστινιανὸς τοιαύτην ἀποτετόρνενται οὐ πολλῷ ὕστερον ὥστε, εἰ τῶν Χριστιανῶν τις ἐπύθετο πρότερον εἰ βουλομένοις αὐτοῖς διολωλέναι τὴν ἐκκλησίαν εἴη καὶ τοιάνδε γενέσθαι, δείξας τι αὐτοῖς τῶν νῦν φαινομένων ἐκτύπωμα, δοκοῦσιν ἂν μοι ὥς συντομώτατα εὖξασθαι πεπονθυῖαν σφίσι τὴν ἐκκλησίαν θεάσασθαι, ὅπως δὴ αὐτοῖς ἐς τὸ παρὸν μεταβάλοιτο σχῆμα. ὁ μὲν οὖν βασιλεὺς ἀφροντιστήσας χρημάτων πάντων ἐς τὴν οἰκοδομὴν σπουδῇ ἔτετο, καὶ τοὺς τεχνίτας ἐκ πάσης γῆς ἤγειρεν ἅπαντας. Ἀνθέμιος δὲ Τραλλιανὸς, ἐπὶ σοφία τῇ καλουμένη μηχανικῇ λογιστάτος, οὐ τῶν κατ’ αὐτὸν μόνων πάντων, ἀλλὰ καὶ τῶν αὐτοῦ προγεγενημένων πολλῶ, τῇ βασιλέως ὑπουργεῖ σπουδῇ, τοῖς τεκταινομένοις τὰ ἔργα ῥυθμίζων, τῶν τε γενησομένων προδιασκευάζων ἰνδάλματα, καὶ μηχανοποιὸς σὺν αὐτῷ ἕτερος, Ἰσίδωρος ὄνομα, Μιλήσιος γένος, ἔμφρων τε ἄλλως καὶ πρέπων Ἰουστινιανῷ ὑπουργεῖν βασιλεῖ. ἦν δὲ ἄρα καὶ τοῦτο τῆς τοῦ θεοῦ περὶ τὸν βασιλέα τιμῆς, προκαταστησαμένου τοὺς ἐς τὰ πραχθησόμενα χρησιμωτάτους αὐτῷ ἑσομένους. καὶ αὐτοῦ δὲ τοῦ βασιλέως τὸν νοῦν εἰκότως ἂν τις ἀγασθεῖη τούτου δὴ ἔνεκα, ὅτι δὴ ἐκ πάντων ἀνθρώπων ἐς τῶν πραγμάτων τὰ σπουδαιότατα τοὺς καιριωτάτους ἀπολέξασθαι ἔσχε.”

melhores, Justiniano, de afastar-se do mundano e procurar por este apoio que as tarefas transcorriam desta forma tão admirável. Para tanto, vale-se ainda do termo ἐκκλησία, demonstrando que o solo santificado era parte material importante de sua *teoria* governamental.

Assim, levantamos a hipótese de que a escolha de termos teve objetivos definidos. Da mesma forma, foi para apontar que Justiniano recebia auxílio que Procópio optou a não se referir ao βασιλεύς como um αὐτοκράτωρ, termo que, historicamente, não admite tais conselhos. Faz-se importante ressaltar novamente que, apesar de valer-se do título em alguns momentos do texto, das 12 vezes em que apareceu, em nenhuma delas foi para fazer menção a Justiniano.

Na sequência da narrativa, Procópio passou a detalhar o processo arquitetônico de reconstrução. Assim como no item anterior, não nos deteremos minuciosamente a estes aspectos, pois demandariam um outro estudo aprofundado e voltado às artes, em que autores já citados como Cyril Mango, William Richard Lethaby e Harold Swainson são indicações prudentes para quem deseja percorrer tal caminho. Aqui, nossas maiores preocupações são tomar *Das Construções* por um viés histórico e político.

Por tal motivo, nos concentraremos nestas partes de discussões arquiteturais somente nos aspectos que concernem a Justiniano. Faz-se importante saber, contudo, como aponta Runciman que neste período a arquitetura estava passando por inúmeros avanços, em que se buscava o segredo do equilíbrio da cúpula sobre construções quadradas²⁵⁷.

Neste sentido, Procópio afirma que “foi por tão grande habilidade que o Imperador Justiniano e os mestres-de-obras Antêmio e Isidoro asseguraram a estabilidade da eclésia, pendurando-a, como fizeram, no meio do ar”²⁵⁸. Assim, o historiador apontava que era pela grandiosidade dos responsáveis, tanto imperador quanto ajudantes, que se tornava difícil “entender [o trabalho] em sua totalidade, e impossível de explicar em palavras”²⁵⁹. Novamente, conforme se observa, admite-se que o βασιλεύς não agiu sozinho para que o processo de reconstrução acontecesse, embora fosse o principal responsável, como o historiador esclareceu novamente nos trechos a seguir:

²⁵⁷ RUNCIMAN, 1978, p. 199-200.

²⁵⁸ PROCOPIUS, 1954, p. 23. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων* I. i. 50 “Μηχαναῖς δὲ πολλαῖς βασιλεὺς τε Ἰουστινιανὸς καὶ Ἀνθέμιος ὁ μηχανοποιὸς σὺν τῷ Ἰσιδώρῳ οὕτῳ δὴ μετεωριζομένην τὴν ἐκκλησίαν ἐν τῷ ἀσφαλεῖ διεπράξαντο εἶναι [...].”

²⁵⁹ PROCOPIUS, 1954, p. 23. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων* I. i. 50 “[...] ὥνπερ τὰς μὲν ἄλλας ἀπάσας ἐμοὶ εἰδέναι τε ἄπορον καὶ λόγῳ φράσαι ἀμήχανον, [...]”, intervenção entre colchetes nossa.

Ademais, referente aos tesouros deste templo – o vaso de ouro e prata e o trabalho em pedras preciosas que o Imperador Justiniano o tem destinado – é impossível dar uma explicação precisa de tudo. Mas eu deixarei meus leitores formularem um julgamento por um único exemplo. Aquela parte do santuário que é especialmente sagrada, onde apenas sacerdotes podem entrar, que eles chamam de Santuário Íntimo, é adornado com quarenta mil libras de prata.²⁶⁰

Este trecho supracitado foi uma das poucas linhas destinadas a tratar de detalhes sobre o interior do templo na narrativa procopiana, ao contrário da paulina, que a descreve em detalhes. O historiador esclarecia de maneira sucinta quais eram os objetos mais valiosos de dentro do espaço e, Justiniano, mais uma vez, foi trazido como a figura central para a reconstrução por destinar tais pertences ao templo. Os tesouros eram tantos, já que havia até mesmo um trabalho em pedras preciosas, que se fazia impossível precisar tudo o que ali existia. Somente o Santuário Íntimo, explicava o historiador, estimava-se possuir quarenta mil libras de prata.

No entanto, na sequência da narrativa, vê-se que não era somente por arcar com todos os gastos que o imperador se fez essencial ao trabalho, mas por ele, em sua natureza, ser o melhor dos homens, quem estava destinado a ter o auxílio divino para o pleno funcionamento do governo:

Então a eclésia de Constantinopla (como os homens estão acostumados a chamar a Grande Igreja) falando concisamente e apenas seguindo sobre os detalhes minuciosos como estão, e falando com uma palavra fugaz, apenas o mais notável traço foi construído à maneira do Imperador Justiniano. Mas não foi somente com dinheiro que o Imperador Justiniano construiu, mas também com o trabalho da mente e com outros poderes da alma, como eu diretamente demonstro. Um dos arcos que eu apenas agora menciono (pilastra, o mestre-de-obras assim a chama), um que se levanta em direção ao leste, já tinha sido construído do outro lado, mas já não tinha sido inteiramente completado no meio, e estava ainda esperando. E o pilar, sobre o que a estrutura estava sendo construída, incapaz de carregar a massa que o alarga para baixo, de algum modo ou de repente começou a rachar, e pareciam apontar para uma queda. Então Antêmio e Isidoro, aterrorizados com o que tinha acontecido, levaram a questão ao Imperador, tendo vindo para não haver esperanças na sua habilidade técnica. E o Imperador, impulsionado por eu não sei o quê, mas eu suponho que por Deus (por ele próprio não ser um mestre-de-obras), ordenou-os que movessem a curva deste arco para o final. “Para o restante dele próprio,” ele disse, “não precisar mais de apoio embaixo.” [...]. Então os artesãos imediatamente seguiram suas instruções, e todo o arco pendurou-se seguro, selando por experimento a verdade desta ideia. Assim, então, foi este arco completado;²⁶¹

²⁶⁰ PROCOPIUS, 1954, p. 27-29. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων* I. i. 64-65 “ἔτι μέντοι τῶν κειμηλίων τοῦ νεῶ τοῦδε τὰ τε χρυσώματα καὶ τὰ ἐν ἀργύρῳ καὶ λίθοις ἐντίμοις ξύμπαντα μὲν φράσαι ἀκριβολογουμένῳ ἀμήχανον, ἅπερ Ἰουστινιανὸς βασιλεὺς τῇδε ἀνέθηκεν· ἐνὶ δὲ μόνῳ τεκμηριοῦσθαι τοῖς τάδε ἀναλεγόμενοις ἐφίμῃ· ὁ γὰρ τοῦ ἱεροῦ τὰ μάλιστα χῶρος ἀβέβηλος καὶ μόνοις ἱερεῦσι βατός, ὄντερ καλοῦσι θυσιαστήριον, λιτρῶν ἀργύρου μυριάδας ἐπιφέρεται τέτταρας.”

²⁶¹ PROCOPIUS, 1954, p. 29-31. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων* I. i. 66-74 “Τὰ μὲν οὖν τῆς Κωνσταντινουπόλεως ἐκκλησίας, ἥνπερ μεγάλην καλεῖν νενομίκασι, συνελόντι τε καὶ ἄκρῳ δακτύλῳ διαριθμησαμένῳ εἰπεῖν, λόγῳ τε βραχυτάτῳ τὰ τῶν πραγμάτων ἀξιολογώτατα φράσαι, τῇδε Ἰουστινιανῷ δεδημιούργηται βασιλεῖ. οὐ χρήμασι δὲ αὐτὴν ὁ βασιλεὺς εἰδέματο μόνον, ἀλλὰ καὶ πονουμένη τῇ διανοίᾳ

O trecho supracitado é um dos mais emblemáticos no que concerne a colocar Justiniano na posição de melhor dentre os homens e, por conseguinte, como o mais preparado para as tarefas governamentais. Neste momento, Procópio afirma que o βασιλεύς, por uma ligação direta com o divino, que o auxiliava na realização deste empreendimento, conseguiu a resolução de um problema para uma atividade a qual ele não tinha a formação necessária para ter conhecimento e saber como fornecer deliberações. Além disso, as ações eram feitas pelo imperador superando até mesmo os conhecimentos dos mais preparados homens, Antêmio e Isidoro, peritos na arte de construir. Não bastasse tal comprovação de que era o mais apto governante, Procópio assim prossegue:

Então uma vez mais que o mestre-de-obras estivesse consternado com o que tinha acontecido, levou seu problema para o Imperador. E novamente o Imperador encontrou a situação com um remédio, como segue. Ele ordenou os imediatamente que removessem as partes superiores da construção que foram estiradas, isto é, as porções que vinham entrando em contato com os arcos, e colocaram-nas de volta posteriormente, logo que a umidade da construção diminuiu o suficiente para suportar. Estas instruções conduziram-na, e daí em diante a estrutura ergueu-se segura. E o Imperador, deste modo, apreciou um tipo de testemunho do trabalho.²⁶²

Estas são as linhas finais do *Capítulo I*, que foram destinadas a abordar a reconstrução do templo de Santa Sofia. O texto, que possui cerca de 30 páginas no total, encerrou-se com um último testemunho das habilidades imperiais em estar à frente do trono. Mais uma vez, o βασιλεύς foi retratado resolvendo uma questão que somente o líder da administração imperial sagrada estava capacitado a solucionar naturalmente, pois era quem estava destinado a possuir o auxílio divino, já que era o *princeps*, o mais importante de todos, a salvação para o império, em uma mescla de ideias e princípios

καὶ τῇ ἄλλῃ τῆς ψυχῆς ἀρετῇ, ὥσπερ ἐγὼ αὐτίκα δηλώσω. τῶν ἀψίδων, ὧν περ ἐπεμνήσθην ἀρτίως, (λῶρους δὲ αὐτὰς οἱ μηχανοποιοὶ ἐπικαλοῦσι) μία τις, ἣ πρὸς ἀνίσχοντα ἥλιόν ἐστιν, ἐπανειστήκει μὲν ἐκατέρωθεν ἤδη, οὐπω δὲ ὅλη κατὰ τὸ μέσον συνετετέλεστο, ἀλλ' ἔμενεν ἔτι. οἱ δὲ πεσσοί, ὧν δὴ ὑπερθεν ἡ οἰκοδομία ἐγίνετο, τῶν ἐγκειμένων σφίσιν οὐκ ἐνεγκόντες τὸ μέγεθος, ἀμυγέπη ἐξαπιναίως ἀπορρηγνύμενοι, οὐκ ἐς μακρὰν διαλυθησομένοις ἐώκεσαν. οἱ μὲν οὖν ἀμφὶ τε Ἀνθέμιον καὶ Ἰσίδωρον τοῖς συμπεπτωκόσι περίφοβοι ὄντες ἐπὶ τὸν βασιλέα τὸ πρᾶγμα ἤγον, δυσέλπιδες ἐπὶ τῇ τέχνῃ γεγενημένοι. αὐτίκα δὲ ὁ βασιλεύς, ὅτῳ μὲν ποτε ἠγμένος οὐκ οἶδα, θεῶ δέ, οἶμαι, οὐ γάρ ἐστι μηχανικός, ἐς τὸ πέρας αὐτοῖς περιελίξαι τὴν ἀψίδα ταύτην ἐπήγγελλεν. αὐτὴ γάρ, ἔφη, ἐφ' ἑαυτῆς ἀνεχομένη τῶν ἔνερθεν πεσῶν οὐκέτι δεήσει. [...]. οἱ μὲν οὖν τεχνῖται τὰ ἐπιτεταγμένα ἐποίουν, ἡ δὲ ἀψὶς ἐπ' ἀσφαλοῦς ἠώρητο πᾶσα, ἐπισφραγίζουσα τῇ πείρᾳ τὴν τῆς ἐννοίας ἀλήθειαν. τοῦτο μὲν οὖν ταύτῃ ἐξείργασται, [...].”

²⁶² PROCOPIUS, 1954, p. 31-33. ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων I*. i. 76-78 “καὶ αὖθις μὲν ἄθθυμοι τοῖς συμπεπτωκόσιν οἱ μηχανικοὶ γεγενημένοι τῷ βασιλεῖ τὰ σφίσι παρόντα ἐσήγγελλον. αὖθις δὲ ὁ βασιλεὺς ἀντεπετεχνήσατο τάδε. τούτων δὴ τῶν πεπονηκότων τὰ ἄκρα ὅσα τῶν ἀψίδων ἐπέστανε, διελεῖν μὲν ἐν τῷ παραυτίκα ἐκέλευσεν, ἐντιθέσθαι δὲ πολλῷ ὕστερον, ἐπειδὴ τὸ τῆς οἰκοδομίας ὑγρὸν ἀπολωφῆσειεν αὐτοῖς μάλιστα. καὶ οἱ μὲν κατὰ ταῦτα ἐποίουν· ἡ δὲ κτίσις διαέργονε τὸ λοιπὸν ἐν ἀσφαλεῖ οὔσῃ. φέρεται δὲ τι καὶ μαρτύριον ὁ βασιλεὺς τοῦ ἔργου τοιόνδε.”.

culturais e políticos característicos do grupo de autores da corte imperial do sexto século, que foram selecionados pelo próprio βασιλεύς para deixar escritos sobre ele.

Em Paulo, por sua vez, a ajuda do sagrado parte também da figura de Jesus Cristo, além das menções a Deus como acontece em Procópio, o que se procurou deixar enfatizado logo nos primeiros versos, onde consta o panegírico ao imperador:

- (1) Declara-se que hoje possivelmente é um grande dia,
em que estamos honrando ambos, Deus e o Imperador?
É impossível nomear um. Nós sabemos que Cristo é Mestre;
sim, nós absolutamente sabemos disso. Para você tomar conhecimento disso
(5) em suas palavras, O Único Poderoso, inclusive para bárbaros.
A partir disso, você O tem à mão como um colaborador em seus feitos:
em fazer leis, fundar cidades,
levantar templos, empunhar armas (deve aparecer a necessidade),
organizando armistícios e inspecionando conflitos.
(10) A partir disso, a vitória é inerente em seus feitos, como um emblema.²⁶³

O fragmento acima, que foi retirado do prólogo do poema, pode ser lido como uma definição teórica, em linhas gerais, da administração imperial, de acordo com as percepções de Paulo, também um cortesão, em consonância com o projeto governamental. Para tanto, o autor parece seguir a mesma linha de Procópio, sendo que Justiniano foi denominado βασιλεύς, termo que apareceu 22 vezes ao longo de 22 passagens no decorrer da narrativa:

TABELA 9: ANÁLISES DE TITULAÇÕES NA <i>DESCRIPAÇÃO DE SANTA SOFIA</i>		
Termo	Nº de incidências	Nº de passagens
βασιλεύς	22	22
σκηπτοῦχος	13	13
κράτιστος	4	4
Δεσπότης	3	3
συνεργόν	2	2
ἄριστος	2	2
παγκράτωρ	1	1
θεοκραντος	1	1
αὐτοκράτωρ	0	0

Devido ao grande número de ocorrências, como é possível perceber na tabela acima, nos ateremos aqui somente aos momentos principais em que o conceito de

²⁶³ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 189. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ *I-10*. “Ἀρ' ἔστιν εὐρεῖν μείζονα τῆς νῦν ἡμέρας, ἐν ᾗ θεός τε καὶ βασιλεὺς σεμνύνεται; οὐκ ἔστιν εἰπεῖν. Χριστὸν ἴσμεν δεσπότην, ἴσμεν δὲ πάντως· τοῦτο γὰρ τοῖς σοῖς λόγοις/ ποιεῖς, κράτιστε, γνώριμον καὶ βαρβάρους· ὅθεν συνεργὸν αὐτὸν ἐν ταῖς πράξεσιν/ ἔχεις παρόντα, νομοθετῶν, κτίζων πόλεις, νεῶς ἐγείρων, ὅπλα κινῶν εἰ δέοι, σπονδὰς τε τάττων καὶ καταστέλλων μάχας, ὅθεν τὸ νικᾶν συμφυὲς τοῖς σοῖς πόνοις/ ὥσπερ ἐπίσημον”.

βασιλεύς foi empregado, os quais já possibilitam uma análise pormenorizada da mensagem política que os versos contêm. É interessante perceber com relação aos levantamentos das listas anteriores a variedade de nomeações na *Descrição*.

Apesar dessa ampla diversidade, no entanto, o título de αὐτοκράτωρ, que se vê nas *Construções* por 12 vezes, e que foi a principal motivação historiográfica para explicar o *tipo de poder* de Justiniano, aqui, não chega nem mesmo a ser utilizado. Por outro lado, Δεσπότης [*despótēs*], que não se faz presente na narrativa procopiana, aparece 3 vezes no poema²⁶⁴. Em comum com Procópio está o fato de não se encontrarem variantes do termo θεοκρατία para denominá-lo de teocrata, apenas uma única adjetivação através de “θεόκραντος” [*theókrantos*]²⁶⁵.

Adentraremos em cada um dos termos presentes na tabela de maneira específica. Inicia-se esta análise de Paulo observando que a escolha pelo conceito central, que aqui também segue sendo βασιλεύς, pode estar associado, assim como em Procópio, ao fato de o poeta ter colocado o governante logo na linha 6 da passagem anterior, como detentor do apoio divino. Ao mencionar Cristo, ele afirmava que o imperador o tinha como ativo colaborador [συνεργόν/*synergón*] nas suas ações.

Para Peter Bell, a atitude de colocar-se como primeiro entre os homens por ser aquele que possui o auxílio de Deus, se devia à mudança dogmática que fazia com que um mortal não pudesse mais se referir a si mesmo com um ser divino. Então, os imperadores procuraram pensar-se como Vice-Reis de Deus na Terra. Justiniano, nesse sentido, foi retratado por Paulo como a principal humanidade abaixo de Cristo, a tal ponto que συνεργόν pode ser lido como “colega de trabalho”, cuja honra de um edifício dedicado à sagrada sabedoria [ἀγία σοφία] de Deus, agraciava tanto Ele quanto o próprio Justiniano²⁶⁶. Desta forma, não se demonstra o βασιλεύς como alguém que estava

²⁶⁴ O termo Δεσπότης foi empregado duas vezes para denominar Cristo como mestre nos versos 3-4: “nós sabemos que Cristo é *Mestre*;/ sim, nós absolutamente sabemos disso” [Χριστὸν ἴσμεν δεσπότην,/ ἴσμεν δὲ πάντως]; e outra vez nas linhas 81-84: “nós viemos a você, senhor, do lar imperial/ ao lar do Imperador que é o melhor de todos,/ o criador de todas as coisas, a causa de quem a vitória é inerente,/ nosso *Mestre* aqui.” [Ἦκομεν ἐς ὑμᾶς, ἄνδρες, ἐκ τῆς ἐστίας/ τῆς τοῦ βασιλέως ἐξ βασιλέως ἐστὶαν/ τοῦ παμμεγίστου, τοῦ ποιητοῦ τῶν ὅλων,/ δι' ὃν τὸ νικᾶν συμφυῆς τῷ δεσπότῃ.]. Já a última vez foi para se referir a Justiniano, no panegírico ao patriarca, dos versos 116-120: “porque se o *mestre*/ não tivesse criado o templo com coragem e um espírito elevado,/ um espetáculo que supera todas as expectativas,/ a cidade não teria avançado em tal alegre benefício/ e feliz deleite” [εἰ μὴ γὰρ εὐτόλμως τε καὶ φρονῶν μέγα/ ἔδημιούργει τὸν ναὸν ὁ δεσπότης/ πάσης ὑπερβὰς ἐλπίδος θεωρίαν,/ οὐκ ἂν προῆλθεν εἰς τοσαύτην ἢ πόλιν/ εὐθυμίαν τε καὶ τρυφήν εὐδαίμονα.]. Deste modo, o termo era aplicado em referência a um *mestre*, não em um tom pejorativo.

²⁶⁵ A linha 770 em que o adjetivo aparece, não entra em nossas análises, pois diz respeito à *écfrase* do interior de Santa Sofia, que, conforme explicitado no capítulo anterior, demandariam um outro estudo, mais aprofundado. No entanto, é importante esclarecer que, conforme anotações de Bell (2009, p. 207), este trecho do poema está discorrendo sobre os panos do altar de dentro do templo, e o termo é usado no sentido de algo realizado ou forjado pelos deuses.

²⁶⁶ BELL, 2009, p. 07.

prostrado sob o *poder* da ἐκκλησία, mas que, por ser o melhor dentre todos, deveria ser auxiliado por ela.

Assim, as bênçãos de ter Deus como um cooperador junto ao trono, era o que tornava o imperador um vitorioso em todas as suas ações, desde fazer leis até guerrear. E, indo além das ações administrativas, o poeta chegou a afirmar nos versos subsequentes que as graças contidas no cargo do βασιλεύς o beneficiavam ainda como pessoa, fazendo com que “contra todas as expectativas”, ele escapasse “serenamente das doenças” e de seus inimigos, ao afirmar que, “a partir disso, como unicamente espera-se”, o imperador sempre passava “pelos perigos ocultos com entendimento”, onde “O Todo Poderoso” o protegia “não por lanças ou escudos, mas pela verdadeira mão de Deus”²⁶⁷.

Nesse sentido, Paulo adentrou na temática das conspirações que o imperador sofria ao final de seu governo de maneira bem mais enfática que Procópio. Pode-se afirmar que a motivação para tal destaque seja o fato de o poema ter sido feito para primeiramente ler-se em público. Assim, era um louvor que promovia a vida imperial após tais ataques:

Eu admiro você, O Único Onipotente,
por sua competente coragem.
Eu o admiro, por seu julgamento e sua fé.
(25) A emboscada foi posta, a espada foi preparada,
e o dia combina do tinha chegado.
Os conspiradores já tinham passado o palácio e estavam cobiçando a porta
interior.
Em seguida, eles pretendiam atirar contra o seu trono.
Mas você percebeu isso e tinha conhecimento há muito tempo.
(30) Então você permaneceu inabalável e tinha fé que
somente Ele é vencedor – quer dizer, Deus –
embora quem triunfa em todas as coisas é você.
E você não falhou em seu objetivo.
Por quê? O líder da emboscada caiu por suas próprias mãos,
(35) pela Justiça não foi inclinado em conservá-lo:
ela sabia claramente dos tiranos que tinham geralmente conhecimento disso,
de tal modo que se você os tinha vivos em seu poder,
certamente tornar-se-ia firme na piedade e na misericórdia;
assim você também conquista toda humanidade;
(40) Com compaixão para os erros da vida,
você geralmente tem sofrido as nossas transgressões, Melhor dos Homens.
Você geralmente umidifica seus gentis olhos com lágrimas,
como determinam imperadores, em luto por nossos nomes.
Especialmente quando vendo a carência de autocontrole, a vida é
companheira de casa,
(45) você libera todo mundo
de seus miseráveis pecados,

²⁶⁷ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 190. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 18-21. “[...] ὅθεν εἰκότως/ τοὺς ἐν ἄφανει, κρᾶπιστε, κινδύνους ἀεὶ/ μαθὼν παρήλθε, οὐκ ὀδρασιν, οὐκ ἄσπισιν/ αὐτῇ δὲ χειρὶ τοῦ θεοῦ φρουρούμενος.”.

como Deus, e se apressa em perdoar.²⁶⁸

Deste modo percebemos que, ao discorrer sobre a maestria com que Justiniano livrou-se das doenças e dos seus inimigos, Paulo optou por referir-se ao βασιλεύς como o próprio παγκράτωρ [pankrátōr], que aqui traduzimos como *O Único Onipotente*, para entrarmos em consonância com o trabalho de Peter Bell. Segundo este autor, a utilização deste termo no poema, motivo dele traduzi-lo como *Almighty One* para o inglês, se deve à associação feita em sua pesquisa com o conceito latino *omnipotentis imago* que estava sendo utilizado no período para se referir aos imperadores de Constantinopla²⁶⁹.

Bell afirma que a frase “eco a ideologia do império fundamental para o *Diálogo*, para Agápito²⁷⁰, também implícito em Paulo”²⁷¹. Neste sentido, interpreta-se aqui que as escolhas dos termos para titular o βασιλεύς eram uma forma de explicar o *modelo administrativo* governamental, ou teorizá-lo, tendo por base um conjunto de ideias, convicções, princípios filosóficos, sociais e políticos que caracterizaram o pensamento não apenas de Paulo, mas destes autores do sexto século, incluindo ainda Procópio, conforme afirmava-se anteriormente.

Neste sentido ainda se vê que, assim como na narrativa procopiana, a benevolência imperial era uma virtude intrínseca ao nato βασιλεύς, o Melhor dos Homens [ἄριστος/aristos], o mais apto dentre todos para estar no governo. Aqui, torna-se possível formular uma interpretação da conceituação imperial partindo de uma linha aristotélica em dizer o que era o melhor, o mais capacitado, mas também tratando-se de algo platônico, devido à idealização feita do governante. Deste modo, todos deveriam ser inclinados às regras imperiais, amigos e inimigos, sendo esta a verdadeira salvação para o império:

Ele não pega em armas contra o Próprio Deus,
(55) e quem não é inclinado para as regras do Imperador,

²⁶⁸ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 190-191. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 22-47. “Ἀγαμαί σε, παγκράτιστε, τῆς εὐνυχίας,/ ἄγαμαί σε τῆς γνώμης τε καὶ τῆς πίστεως,/ ὁ λόχος συνέστη, καὶ παρεσκευασμένον/ τὸ ξίφος ὑπῆρχε, καὶ παρῆν ἡ κυρία,/ καὶ τῶν βασιλείων ἐντὸς οἱ ξυνωμόται/ ἤδη παρῆλθον, τῆς πύλης τε τῆς ἔσω,/ μεθ' ἣν ἔμελλον προσβαλεῖν τοῖς σοῖς θρόνοις,/ ἤπτοντο. ταῦτα γνοὺς δὲ καὶ μαθὼν πάλοι/ ἐκαρτέρησας καὶ πεπίστευκας μόνωι/ τῷ σου προασπίζοντι, τὸν θεὸν λέγω,/ ὅι πάντα νικᾷς· τοῦ σκοποῦ δ' οὐκ ἐσφάλης./ τί γὰρ ἐπὶ τούτοις; ἔπεσεν αὐτοχειρία/ ὁ τὸν λόχον ἄγων· οὐ γὰρ ἤθελεν ἡ Δίκη/ αὐτὸν διασώζειν. ἐμφανῶς δ' ἠπίστατο/ ἐκ τῶν τυράννων τῶν παθόντων πολλακίς,/ ὥς, εἴπερ αὐτοῦ ζῶντος ἐγκρατὴς ἔσῃ,/ εἰς οἶκτον εὐθύς, εἰς ἔλεον πάντως τρέπηι/ κἀνταῦθα νικῶν πᾶσαν ἀνθρώπου φύσιν./ ταῖς τοῦ βίου γὰρ συμπαθὼν ἀμαρτίαις/ ἐπεστέναξας πολλακίς τοῖς πταίσμασιν/ ἡμῶν, ἄριστε· πολλακίς δὲ δακρύοις/ τὸ πρᾶον ὄμμα βασιλικῶς ὑποβρέχεις/ ἀλγὼν ἐφ' ἡμῖν· πρὸς δὲ τὴν ἀκрасίαν/ βλέπων μάλιστα, τὴν σύνοικον τῷ βίωι,/ λύεις ἅπαντας τῶν κακῶν ὀφλημάτων/ ὥσπερ τὸ θεῖον, πρὸς δὲ συγγνώμην τρέχεις.”

²⁶⁹ BELL, 2009, p. 07.

²⁷⁰ Sobre o trabalho de Agápito ver nota de rodapé 44.

²⁷¹ BELL, 2009, p. 07.

um homem gentil e bondoso,
 que concede benefícios comedidamente a amigos e inimigos?
 Isso é sua salvação. Isso, Mestre Poderoso,
 faz a alma da imperatriz, ela que é abençoada,
 em tudo excelente, amávele em tudo sábia,
 (60) interceder com Deus em teu nome,
 ela que foi sua piedosa colaboradora quando viva.
 Mas quando ela morreu,
 ela concedeu aos seus assuntos solidária lealdade,
 que você não tem esquecido
 e de bom grado não negligência.²⁷²

No trecho supracitado, que se localiza quase as linhas finais do prólogo onde consta o panegírico a Justiniano, Paulo referiu-se ao governante como κράτιστος [*krátistos*], novamente em uma referência ao melhor de todos, ao homem ideal para administrar, em uma linha platônica e aristotélica. O que há de novo neste ponto é o diferente auxílio com que o melhor dos homens contava. Para Paulo, além do apoio de Deus no mundo celestial, Justiniano possuía ainda o auxílio da imperatriz [βασίλιδος/*basílidōs*], a intercessora após a morte [ἔχειν ὑπὲρ σοῦ πρὸς θεὸν παρρησίαν], e a colaboradora [συνεργάτιν/*synergátin*] quando em vida.

Após este prólogo, iniciou-se o panegírico ao patriarca. No entanto, mesmo ao voltar sua fala para o chefe ortodoxo, Paulo continuou fazendo referências diretas ao governante. Primeiramente procurou enfatizar que Justiniano os concedia a graça de continuar ouvindo seus versos:

Nós viemos a você, senhor, do lar imperial
 ao lar do Imperador que é o melhor de todos,
 o criador de todas as coisas, a causa de quem a vitória é inerente,
 nosso Mestre aqui.
 Ali, ele que preside os ofícios [do governo],
 (85) assentando-se na audiência após seu discurso,
 graciosamente concedendo-nos sua atenção;
 aqui, ele que preside os assuntos sagrados
 presente em nosso espetáculo:
 ele pode também ser benigno.²⁷³

²⁷² PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 192. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 54-65. “Οὐχὶ πρὸς αὐτὸν τὸν θεὸν ἐξοπλίζεται/ ὁ τὸν βασιλέα τοῦτον οὐ θέλων κρατεῖν./ τὸν ἡμερον, τὸν ἡδύν, ἐν τῷ μετρίῳ/ εὐεργετοῦντα καὶ φίλους καὶ μὴ φίλους;/ σώζει σε ταῦτα· ταῦτα τὴν ψυχὴν ποεῖ/ τῆς βασιλίδος, κράτιστε, τῆς εὐδαίμονος,/ τῆς πανταρίστης, τῆς καλῆς καὶ πανσόφου,/ ἔχειν ὑπὲρ σοῦ πρὸς θεὸν παρρησίαν./ ἦν ζῶσαν εἶχες εὐσεβῆ συνεργάτιν./ ἐπεὶ δὲ μετῆλθε, παρέσχε τοῖς ὑπηκόοις/ ὄρκον βοηθόν, ὄρκον ἀρραγέστατον./ ὃν οὐ παρήλθες οὐδ' ἐκὼν παραδράμοις.”

²⁷³ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 194. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 81-89. “Ἦκομεν ἐς ὑμᾶς, ἄνδρες, ἐκ τῆς ἐστίας/ τῆς τοῦ βασιλέως ἐς βασιλέως ἐστίαν/ τοῦ παμμεγίστου, τοῦ ποητοῦ τῶν ὅλων./ δι' ὃν τὸ νικᾶν συμφυὲς τῷ δεσπότῃ./ ἐκεῖ μὲν ἡμῖν τῶν γερῶν ὁ προστάτης/ καθεῖς ἑαυτὸν εἰς θέατρον ἐκ λόγων/ τὸν νοῦν παρέσχε· ἐνταῦθα δὲ/ ὁρᾷν πάρεστι τῶν ἱερῶν τὸν προστάτην./ ἔστω δὲ καὶ αὐτὸς εὐμενής.”

Deste modo, ao procurar dar sequência aos louvores, agora passando a glorificar o patriarca, o poeta apontou primeiramente que o próprio Deus portava título igual ao governante, mencionando que os participantes da cerimônia saiam “do lar imperial/ ao lar do Imperador que é o melhor de todos,/ o criador de todas as coisas”, ou seja, tratava-se de βασιλέως ἐς βασιλέως [*basiléos es basiléos*]. E após deixar claro ao superior religioso que Justiniano e Deus trabalhavam lado a lado, as linhas subsequentes destinaram-se a falar que o líder ortodoxo também tinha como virtude a benevolência, assim como o imperador, conforme as análises do item anterior indicaram. Terminado o panegírico destinado ao patriarca, Paulo deu sequência com as linhas dedicadas à Grande Igreja.

Assim, o autor iniciou mencionando o desmorroneamento da cúpula. No entanto, juntamente com esta rápida menção, encontram-se novamente trechos destinados a explanar como o condutor do cetro, Justiniano, através de seu maior feito, o templo, chegava mesmo a ultrapassar Roma:

(145) Mas chegada a frutífera guirlanda de Roma, o nosso estimulante
Imperador, cobrindo-lhe abundantemente com hinos puros,
não porque ele tem ajustado seu conjunto ao jugo das nações da terra,
nem porque ele tem estendido em espaços imensuráveis o seu trono,
além das fronteiras externas, contra a costa do Oceano,
(150) mas porque elevando este templo infinito sobre seus braços,
ele tem o feito mais brilhante do que sua mãe no Tibre, que lhe enfada.
Ceda, digo, renomado Capitólio Romano, ceda!
Meu Imperador tem até agora superado essa fascinação
como o grandioso Deus, que é o mais alto ídolo!
(155) E então eu desejo isso a você, Anthusa da dourada túnica, cantar ao
condutor do cetro do compasso de sua doce voz.
Para que, de fato, não apenas nosso Deus, preparando suas mãos com armas,
escreva inúmeras bárbaros lançando seu escudo pungente,
que os fazem renderem-se ao seu braço bravo ao jugo de suas correias e,
curvarem-se ao jugo de sua justiça;
(160) mas até mesmo a própria escura Cobiça, insolentemente histórica,
afunde fazendo reverência ao Imperador, protetor da cidade,
e, dividido por um banho de flechas, quebre, colida,
e por sua queda esvazie-se, tomando-se poeira.
Mas você também, primeiro Romano Latino nato, chegou,
(165) cantando em harmonia com a germinante Roma em ascensão;
chegou celebrando ver sua criança ultrapassando a mãe,
porque esse é o deleite dos pais.²⁷⁴

²⁷⁴ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 196-197. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 145-167. “Ἀλλὰ σύ μοι βασιλῆα φερέσβιον, ὄμπνια Ῥώμῃ/ στέψον ἀκηρασίοισι χύδην καταειμένον ὕμνοισ/ οὐχ ὅτι σὸν ζυγὸδεσμον ἐφήρμοσεν ἔθνεσι γαίης/ οὐχ ὅτι σὼν ἐτάνυσσεν ὑπέρβια μέτρα θοώκων/ τέλσα παρ' ἐσχατόωντα κατ' ὠκεανιτίδας ἀκτάς/ ἀλλ' ὅτι σὸν περὶ πῆχυν ἀπείρονα νηδὸν ἐγείρας/ Οὐμβριάδος ποιήσε φαινοτέρην σε τεκούσης/ εἴξατέ μοι, Ῥώμης Καπετωλίδες, εἴξατε, φῆμαι/ τόσσον ἐμὸς βασιλεὺς ὑπερήλατο θάμβος ἐκεῖνο/ ὁπόσον εἰδώλοιο θεὸς μέγας ἐστὶν ἀρείων/ ἔνθεν ἐγὼν ἐθέλω σε μελιφθόγοισι χορείαις/ χρυσοχίτων Ἀνθοῦσα, τὸν σκηπτοῦχον αἰεδεῖν/ καὶ γὰρ ἄναξ οὐ μούνον ἐν ἔντεσι χεῖρα κορύσσω/ ῥινοτόρῳ δούλωσεν ἀπείρονα βάρβαρον αἰχμῇ/ ὄφρα τεοῖς ἀδμῆτα λόφον κλίνειε λεπάδνοισ/ καὶ θέμιδος πτήξειε τεῆς ζυγόν' ἀλλὰ καὶ αὐτὸς/ τετριγῶς ὑπέροπλα μέλας Φθόνος ὠκλασε τόξωι/ ἀστυόχου βασιλῆος, ἐπασσυντέροις δὲ βελέμνοισ/ ῥωγαλέος δούπησε, πεσὼν δ' ἐβάθυνε

Este trecho em especial, que iniciou denominando Justiniano como βασιλεύς, prosseguiu intitulado-o como condutor do cetro [σκηπτοῦχον/*skēptoukhon*], segunda maior forma de titulá-lo no poema, já que o termo apareceu 13 vezes ao longo de 13 passagens, e, posteriormente nomina-o como protetor da cidade [ἀστυόχου βασιλῆος/*astuókhou basilēos*] para, ao final, chamá-lo de Primeiro Romano Latino nato [πρεσβυγένηθε Λατινιάς Ῥώμη/*presbygénethle latiniàs rhómē*]. Em meio a fervorosos louvores, Paulo suplicava para que a Velha Roma se rendesse inteiramente à figura imperial, pois deveria humildemente admitir que a Nova Roma a ultrapassou. Por tal motivo o Ocidente deveria alegrar-se, porque esse era o esperado da figura materna ao presenciar um filho ascendendo na vida.

Tal fragmento, presente diante dos versos que deveriam estar voltados à Grande Igreja, nos demonstram enfaticamente como a consagração era bem mais destinada a glorificar o βασιλεύς, fazendo parte de um projeto imperial maior, que estava dedicado à formação de ideias. Nesse sentido, não é inviável interpretar estes versos como uma teorização da imagem da figura imperial, na medida que Paulo não usa termos espontâneos para titular o imperador. Estas linhas procuram ir além da busca de belos termos para referenciá-lo, mas procuram empregar conceitos exatos que não o tiram da posição de βασιλεύς, de alguém que, sendo o melhor dentre todos, possuía o auxílio divino.

Alguns versos à frente, Paulo dedicou-se a explicar que foi uma escolha sua deixar a descrição ou *écfrase* sobre o interior da construção separado dos 355 primeiros versos, pois estes deveriam destinar-se a deixar evidenciado quem era o principal responsável pelo templo da vida:

Mas quem poderia cantar como, com elevado adorno, ele restaurou o templo
da vida?

(280) Quem capaz de descrever o sábio conselho de ampla decisão do
Imperador, excelente nesses resultados?

Essas coisas, condutor do cetro, nós deixamos separado,
como a arte interior da construção,
mas eu chegarei na culminância de seu trabalho nobremente esforçado,
tendo visto o recém milagre realizado,

(285) cujo espetáculo do amor Divino animou o brilho de cada olho. [...]

(300) O sempre cuidadoso Imperador tem construído tão impecável templo
que o auxilia o conselho do Deus imortal.

Até por seus trabalhos, Senhor, você atrai a benevolência perpétua do mais
glorioso Cristo.

Por você não desejar cultivar imensos acostamentos

κονίην./ καὶ σὺ δὲ πρεσβυγένηθε Λατινιάς ἔρχεο Ῥώμη/ σύνθροον αἰείδουσα μέλος νεοθηλαῖ Ῥώμη·/
ἔρχεο καγαλώωσα, τήν ὅτι παῖδα δοκεύεις/ μητρὸς ὑπερτέλλουσιν, ἐπεὶ χάρις ἦδε τοκῆων.”

nos picos de Ossa do Olímpo,
 (305) ou arrastar o Pelion sobre o istmo de Ossa
 para fazer o paraíso escalável por passos mortais.
 Mas tendo realizado um trabalho além do esperado,
 embora seu devoto sagrado não tenha precisado em todo pisar nas montanhas
 em ordem para correr ao paraíso,
 (310) mas nas asas aperfeiçoadas da piedadade você subiu ao divino
 firmamento.²⁷⁵

Ao final dos versos destinados a explicar sobre como ocorreu a reconstrução da cúpula de Santa Sofia e, pouco antes de adentrar na descrição do interior do templo, Paulo redirecionou o governante mais uma vez para o centro da narrativa. No entanto, o que chamou a atenção no trecho que o fez tornar-se parte da mensagem política presente foi o fato de que, além de enfatizar o apoio de Deus junto ao βασιλεύς na reedificação da cúpula, o poeta citou ainda um *conselho* [μῆτις/*mētis*]. Este, por sua vez, tinha como principal decisão a imperial, para resultar em tão excelente ação governamental.

Tal trabalho, era um deleite ao Deus cristão, pois mesmo diante de toda a sua magnitude, fazia-se da mesma forma, “um paraíso escalável aos mortais”. Nas linhas seguintes, em meio às exposições sobre o trabalho realizado, Paulo chegou a afirmar que tal construção “foi um feito condizente com você, poderoso condutor do cetro, e condizente com Roma”, sendo que “ter aberto as portas do templo para sua gente” na cerimônia de reabertura, significava que o βασιλεύς agia “como anunciante do deleite do Deus imortal;”²⁷⁶.

Logo após tais versos enfatizando como o templo era um dos maiores feitos do imperador, Paulo pediu para que fossem abertas as suas portas e, assim, deu início a uma detalhada *écfrase* da parte interior da construção. Na sequência, as linhas finais do poema terminam retomando os louvores ao imperador.

²⁷⁵ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 203-205. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 279-310. “Ἀλλὰ τίς ἂν μέλπειεν ὅπως ὑψαύχενι κόσμῳ/ νηὸν ἀναξώγηρσε; τίς ἄρκιός ἐστι χαράξαι/ μῆτιν ἀριστώδινα πολυσκήπτρου βασιλῆος;/ κείνα μὲν, ὃ σκηπτοῦχε, μεμηλότα τέκτονι τέχνῃ/ λείψομεν, εὐκαμάτων δὲ τεῶν ἐπὶ τέρματα μόχθων/ ἴξομαι, ἀρτιτέλεστον ἰδὼν σέβας, ὃι ἐπὶ πάσης/ θεῖος ἔρως ἀκτῖνας ἀνεπτοίησεν ὀπωπῆς./ πᾶς βροτὸς ἀγλαόμορφον ἐς οὐρανὸν ὄμμα τανύσας/ οὐκ ἐπὶ δὴν τέτληκεν ἀναγναμφθέντι τραχίλῳ/ κύκλιον ἀστροχίτωνος ἰδεῖν λειμῶνα χορείης;/ ἀλλὰ καὶ ἐς χλοάουσαν ἀπήγαγεν ὄμμα κολώνην;/ καὶ ῥόον ἀνθεμόεντος ἰδεῖν ἐπόθησεν ἀναύρου/ καὶ στάχυν ἡβώνοντα καὶ εὐδένδρου σκέπας ὕλης/ πῶεά τε σκαίροντα καὶ ἀμφιέλικτον ἐλαίην./ ἄμβελον εὐθαλέεσσιν ἐπικλινθεῖσαν ὀράμνοισ;/ καὶ χαροποῦ γλαυκῶπιν ὑπὲρ πόντοιο γαλήνην/ ξαινομένην πλωτῆρος ἀλιβρέκτοισιν ἔρετμοις;/ εἰ δέ τις ἐν τεμένεσσι θεοῦδ᾽ ἐς ἵχνος ἐρείσει;/ οὐκ ἐθέλει παλίνορσον ἄγειν πόδα, θελγομένοις δὲ/ ὄμμασιν ἔνθα καὶ ἔνθα πολύστροφον αὐχένα πάλλαιν;/ πᾶς κόρος εὐπήληκος ἐλήλათαι ἔκτοθεν οἴκου./ τοῖον ἀειφροῦρητος ἀμεμφέα νηὸν ἐγείρει/ κοίρανος ἀθανάτοιο θεοῦ χραισιμήτορι βουλῇ./ σοῖς γάρ, ἄναξ, καμάτοισιν ἐφέλκεαι ἴλαον εἶναι/ Χριστὸν ὑπερκύδαντα διαμπερές, οὐ γὰρ ἐρεῖσαι/ Ὅσσαν ἐρικνήμιδα κατ' Οὐλύμποιο καρήνων/ ἤθελες, οὐκ Ὅσσης ὑπὲρ αὐχένα Πήλιον ἔλκειν./ ἀμβατὸν ἀνδρομέοισιν ὑπ' ἵχνεσιν αἰθέρα τεύχων;/ ἀλλ' ὅσοις μόχθοισιν ὑπέρτερον ἐλπίδος ἔργον/ ἐξάνυσας ὀρέων μὲν ἐπεμβάδος οὐτὶ χατίζεις;/ ὥς κεν ἀναΐξειας ἐς οὐρανόν, εὐσεβίης δὲ/ ἰθυπόροις πτερύγεσσι πρὸς αἰθέρα διὸν ἐλαύνεις.”

²⁷⁶ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 205-206. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 326-328. “ἔπρεπέ σοι, σκηπτοῦχε μεγασθενές, ἔπρεπε Ῥώμη;/ ἔπρεπεν ἀμβροσίῳ θεοῦ προκέλευθον ἑορτῇ;/ ὑμετέροις λαοῖσι θύρην νηοῖο πετάσσαι.”

Neste sentido, o autor agradeceu o βασιλεύς com votos de que fosse um nome conhecido na história: “Continuo, Ó condutor do cetro, orando, que por muitos anos revoluções tragam luz ao Ocidente e ao Oriente;/ para que sobre você se conheçam muitos hinos únicos no Oriente e no Ocidente,/ como que para repousarem seus cuidados. [...]”²⁷⁷. E então mais uma vez, lembrou-o de quão abençoado era por ter o *conselho* divino. Ao patriarca, recomendou que seguisse o exemplo imperial, para ser digno de seu posto:

Isso é o porquê Cristo, o Senhor, sempre se ergue como um guia de seus trabalhos:

(960) com as rédeas de Sua direção,
Ele mantém seu destemido e reto conselho,
se for preciso mostra a espada para guerrear ou proteger.
É verdade que ele também escolhe um sacerdote temente a Deus,
que facilmente corre sobretudo resistentemente pelas trilhas das
quádruplas virtudes,

(965) quem uma Divina voz do Paraíso,
se coloca sobre o mais sagrado assento de Roma.²⁷⁸

Nestas linhas finais, mesmo quando procurou voltar-se ao patriarca, houve uma iniciativa do poeta em reforçar como o líder ortodoxo deveria agir em auxílio do imperador: “Você pode continuar encorajando os domínios do meu imperador, santo único, por suas orações;/ e você pode continuar a limpar de Roma/ toda mácula próxima ao mar que inclina a vida pecaminosa”²⁷⁹. Assim foi que o panegírico final buscou promover uma última vez a βασιλεία sagrada.

Diante do exposto é possível concluir então que a escolha dos termos em ambos os autores para se referir ao imperador, assim como nos protocolos oficiais do *corpus iuris civilis*, não acontecia de maneira despreocupada. Conforme já foi possível levantar em outros momentos no decorrer do capítulo, a escolha por colocar Justiniano no centro da narrativa e titulando-o como βασιλεύς era uma forma de explicar o *modelo administrativo* governamental, ou demonstrar a *teoria* que era aplicada no governo, tendo

²⁷⁷ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 207. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 921-923. “Μίμνε μοι, ὃ σκηπτοῦχε, πολυχρονίους ἐπὶ κύκλους/ ἐς φάος ἐσπερίον τε καὶ ὄρθριον· εἰς σὲ γὰρ ἥως/ ἀμπαύειν, πολύνμνε, καὶ ἔσπερος οἶδε μερίμνας.”

²⁷⁸ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 209. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 959-966. “Ἐνθεν αἰεὶ καμάτοιο τεοῦ προκέλευθος ἀνέστη/ Χριστὸς ἄναξ, βουλὰς δὲ κυβερνητῆρι χαλινῶι/ σεῖο κατιθύνει κρατερόφρονας, εἴτ' ἐπὶ χάρμην/ φάσγανα γυμνῶσαι τελέθει χρέος εἴτε καλύψαι/ ὅς σε καὶ ἀρητῆρα θεοῦδέα δῶκεν ἐλέσθαι/ ῥηϊδίως κραναὴν ἀρετῆς τετράζυγος οἶμον/ πᾶσαν ἐπιτροχάοντα, τὸν ἡγαθέοισι θοῶκοις/ Ῥώμης οὐρανίη τις ἐφήρμοσεν ἔνθεος ὁμφή.”

²⁷⁹ PAUL THE SILENTIARY, 2009, p. 212. ΠΑΥΛΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ 1027-1029. “Ἀλλὰ μένοισ καὶ σκηπτρον ἐμοῦ βασιλῆος ἀέξων/ σαῖς, μάκαρ, εὐχολῆισι· μένοισ δ' ἀλιγείτονι Ῥώμῃ/ πᾶσαν ἀμαρτινίου βιότου σμώδιγα καθαίρων.”

por base um conjunto de ideias, convicções, princípios filosóficos, sociais e políticos que caracterizaram o pensamento de Paulo Silenciário e Procópio de Cesareia.

Da mesma forma que a escolha do cenário, Santa Sofia, como o espaço material de demonstração dessa *teoria* também se provou propício ao βασιλεύς e exigiu cuidados na escolha de denominações. Assim, Procópio e Paulo se valeram dos termos mais apropriados em seus trabalhos para se inserirem no projeto imperial do qual faziam parte. No entanto, apesar de todo rebuscamento na escolha de títulos, através de sua conceituação revelam aspectos práticos importantes e singelos: o βασιλεύς podia e devia estar no cerne do governo, todavia sem o apoio popular da *comunidade cristã*, sem o apoio divino, sem o apoio da corte, literário, histórico, cultural, a manutenção de seu poder não acontecia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme foi possível observar, a historiografia, enfatizada desde Steven Runciman (1978) com *A teocracia bizantina*, passando por Celso Taveira (2002) em *O modelo político da autocracia bizantina*, até trabalhos recentes como o de Kelly Mamedes (2018), em *Guerras Secretas: Conflitos e Negociações na Corte do Imperador Justiniano*, tem analisado de maneira breve as formas de titulações para se referir a Justiniano. No entanto, a utiliza para explicar a *natureza* da sua forma de governo.

Evans, para argumentar que o governo de Justiniano era uma *autocracia*, discorre que os protocolos oficiais da chancelaria empregavam o título de αὐτοκράτωρ, e que somente a partir de Heráclio I (610-641), se começa a utilizar o título de βασιλεύς²⁸⁰. Nesse sentido, segundo esta vertente historiográfica, somente no sétimo século haveria, de fato, uma βασιλεία.

O objetivo do presente trabalho foi, portanto, compreender que, assim como no *corpus iuris civilis*, a escolha dos termos em outros dois importantes documentos do período, a *Ἐκφρασις τοῦ ναοῦ τῆς Ἀγίας Σοφίας*, de Paulo Silenciário, e o *Περὶ Κτισμάτων*, de Procópio de Cesareia, para se referir ao imperador, também não acontecia de maneira despreocupada. Através das explicações conceituais presentes nos documentos, entende-se que o *poder supremo* existente estava contido no próprio *corpus iuris civilis*, na constituição, na πολιτεία, no formato de governo que levava o ordenamento mais adequado a todas as πόλεις.

O melhor tipo de modelo constitucional, ou republicano, era a βασιλεία. Pelas imbricações com a cristandade, compreendemos que a βασιλεία sagrada foi o *sistema governamental* de Justiniano ao longo dos trinta e oito anos em que ele esteve no governo. Deste modo, o papel dele enquanto βασιλεύς era de articulador das instâncias políticas administrativas.

Neste sentido, a βασιλεία sagrada era o próprio método (ἀρχή) de governo, tendo enquanto principal pilar de sustentação, a religiosidade cristã. No entanto, se era um *sistema*, não devemos esquecer que, quando se visualizam aspectos *práticos* deste governo, a administração estava permeada de relações pessoais, que desembocavam em decisões políticas. A própria escolha de nossos autores pode ser um exemplo.

Por sua vez, o gênero narrativo escolhido para nossas fontes que utilizaram o conceito que o titula como βασιλεύς também não foi uma escolha ao acaso. Era, desde

²⁸⁰ EVANS, 2002, p. 58.

Constantino, uma importante ferramenta de fundamentação da política imperial, pois ao se inserir na estrutura administrativa imperial, acabava auxiliando no processo de mudança da construção teórica sobre o *poder* dos governantes, ao tentar consolidá-lo pelo viés cristão. Nesse sentido, podemos compreender o poema e a prosa em três grandes projetos: das *renovationes* do imperador, das suas construções, e de um movimento cultural, específico de um grupo de autores do sexto século, que marcou a escrita de Paulo e Procópio.

Estes três programas estavam atrelados à política vigente na Antiguidade Tardia, mas sob o comando de Justiniano, entre os anos de 527 e 565, encontraram um de seus maiores expoentes. Para Taveira, o βασιλεύς foi o responsável pela segunda ampla *renovatio*, que foi empreendida na sexta centúria²⁸¹. Para nós, isso significa, principalmente, que Justiniano não iniciou seu governo sem um plano administrativo, e que não passou os trinta e oito anos em que esteve no *poder* sem ponderar sobre uma forma de manutenção.

Diante disso, o título de βασιλεύς e o conceito de βασιλεία sagrada no primeiro projeto, de *renovatio*, permitiam pensar a atualização que estava sendo elaborada no *modelo administrativo* de Justiniano, a qual, por sua vez, estava intrinsecamente ligada ao segundo projeto, de construções. Neste, especificamente, a βασιλεία servia às ambições de Justiniano na criação de novas πόλεις, bem como na busca por hegemonia sob o mundo oriental, diante das intensas disputas com os persas. Em tal contexto, ser visto como um βασιλεύς era fundamental, na medida que permitia as negociações, a busca por conselhos, ou seja, a articulação do governo.

Por sua vez, no movimento cultural específico do grupo de autores do sexto século, do qual faziam parte Paulo e Procópio, βασιλεύς e βασιλεία marcavam a política imperial do período através da revisita a um grupo de teóricos do período clássico grego. As intensas analogias a Aristóteles, Platão e Isócrates faziam parte, como já enfatizamos em outros momentos, de um conjunto de ideias, convicções, princípios filosóficos, sociais e políticos, que caracterizavam o pensamento destes membros da corte de Justiniano.

Por mais que não tenham referências diretas aos filósofos gregos nos trechos analisados nos panegíricos, Paulo e Procópio os conheciam, como fica atestado não só pela educação recebida pelos nossos autores, mas pelo grupo social em que estavam inseridos. E, no caso de Procópio, como foi possível observar através dos trechos analisados de *História das Guerras*.

²⁸¹ TAVEIRA, 2002, p. 43-50.

Desta forma, nosso intuito foi rediscutir todos estes velhos conceitos, lançando um olhar, contudo, mais aprofundado para às formas de titulações vistas de maneira tão breve, a partir de dois importantes documentos do período, inexplorados no campo histórico. Apresentamos, então, outro caminho de interpretação, que compreendemos ser mais viável que *autocracia* e *teocracia*. Oferecemos o conceito de βασιλεία como alternativa de explicação, com base não só na historicidade do conceito, mas também na história da Nova Roma e, assim, esperamos ter contribuído com a historiografia vigente.

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS:

ΠΑΨΑΟΥ ΣΙΛΕΝΤΙΑΡΙΟΥ. *Ἐκφρασις τοῦ ναοῦ τῆς Ἁγίας Σοφίας – Descriptio Sanctae Sophiae; Descriptio ambonis*. Germany: Bibliotheca scriptorum Graecorum et Romanorum Teubneriana, 2011.

PAUL THE SILENTIARY. Description of the church of Hagía Sophía. In: BELL, Peter N. *Three political voices from the Age of Justinian*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009, p.189-213.

ΠΡΟΚΟΠΙΟΥ ΚΑΙΣΑΡΕΩΣ. *Περὶ Κτισμάτων – On Buildings*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1954.

FONTES SECUNDÁRIAS:

CORNELIUS TACITUS. *Annales ab excessu divi Augusti*. Oxford, United Kingdom: Clarendon Press, 1906. Disponível em: <<http://www.perseus.tufts.edu/hopper/text?doc=Perseus:text:1999.02.0077>> Acesso em: 14 jul. 19.

EUSÉBIO DE CESAREIA. *História Eclesiástica*. Tradução das Monjas Beneditinas do Mosteiro de Maria Mãe de Cristo. Vol. 15. São Paulo: Editora Paulus/Patrística, 2000.

LIVY. *Liber I: Ab urbe condita – Book I: From the founding of the city*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1919.

PROKOPIOS. The Wars of Justinian. In: KALDELLIS, Anthony (Org.). *History of the wars*. Indianapolis, Indiana: Hackett Publishing Company, 2014.

BIBLIOGRAFIA:

ANDRÉ, Alessandra. Experiências monárquicas no Mundo Grego: os casos micênico e homérico. *Romanitas – Revista de estudos grecolatinos*, n. 10, p. 155-169, 2017.

ANDRÉ, Alessandra. O mundo da pólis: reflexões a partir do modelo ateniense e da crise no território da poliade no século IV a. C. *Romanitas – Revista de estudos grecolatinos*, n. 7. 29-48, 2016.

BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos. *O logos da Guerra pérsica: uma análise da perspectiva histórica da obra de Procópio de Cesareia (VI d. C.)*. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2013.

BAPTISTA, Lyvia Vasconcelos. *Procópio e a reapropriação do modelo tucidideano: a representação da peste na narrativa histórica (VI século d. C.)*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de pós-graduação em História: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2008.

BARACAT JÚNIOR, José Carlos. *Plotino, Enéada III. 8 [30], Sobre a Natureza, a Contemplação, e o Uno. Introdução, tradução e comentário*. Dissertação (Mestrado em Linguística). Programa de Pós-graduação em Linguística: Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2000, 245 p.

BARRASÚS HERRERO, Juan Carlos. De la res publica al Imperium: Poder y subjetividad em la Roma Imperial. *Revista de Filosofía*. Vol. 4. N. 1. 2013. p. 39-71.

BELL, Peter N. *Three political voices from the Age of Justinian*. Liverpool: Liverpool University Press, 2009, p.01-97.

BOY, Renato Viana. *Procópio de Cesareia e as disputas entre romanos e bárbaros na Guerra Gótica: da “Queda de Roma” ao período de Justiniano*. 2013. 193 f. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2013.

BRANDÃO, José Luís; LEÃO, Delfim. As origens da urbe e o período da monarquia. In: BRANDÃO, José Luís; OLIVEIRA, Francisco de (Orgs.). *História de Roma: Das origens à morte de Cesar*. Vol. 1. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015, p. 27-46.

CAMERON, Averil. Procopius and the Church of St. Sophia. *The Harvard Theological Review*, Vol. 58, No. 1, p. 161-163, 1965.

CAMERON, Averil. *Procopius and the sixth century*. London: Routledge, 2005.

CAMPOS, Rafael da Costa. *Aspectos positivos da administração imperial de Tibério Cesar Augusto nos Anais de Tácito*. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, 2008.

CAMPOS, Rafael da Costa. Uma relação política entre os conceitos de libertas, auctoritas e liberalitas em Tácito. *Anais do XXIV Simpósio Nacional de História*. São Leopoldo: ANPUH, 2007, p. 01-08.

CERDAS, Emerson. *A História segundo Xenofonte: Historiografia e usos do passado*. Tese (Doutorado em Letras). Programa de Pós-graduação em Estudos Literários: Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho, 2016.

COLLARES, Marco Antonio. Visões historiográficas sobre a obra de Tito Lívio. In: *Representações do senado romano na Ab Urbe Condita Libri de Tito Lívio*. São Paulo: Scielo Books, 2010, p. 71-124.

CROKE, Brian. Procopius, from manuscripts to books:1400-1850. *Histos Supplement* 9 (2019) p. 1-173. Florida: Florida State University.

DOWNEY, Glanville. The Name of the Church of St. Sophia in Constantinople. *The Harvard Theological Review*, Vol. 52, No. 1, p. 37-41, 1959.

EVANS, James Alan Stewart. *The Age of Justinian: The Circumstances of Imperial Power*. NY: Taylor & Francis e-Library, 2001.

EYLER, Flávia Maria Schelee. Heródoto de Halicarnasso (484 a. C. - 430/420 a. C.) In: PARADA, Maurício (Org.). Os historiadores: Clássicos da História. Vol. 1: De Heródoto a Humboldt. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2012, p. 14.

FELISBINO, Luciane. *Isócrates e a legitimidade do poder de Felipe II da Macedônia no século IV a. C.: Basileús bárbaro ou hegemón grego?* 2017. 97 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2017.

FERNÁNDEZ DELGADO, Aitor. *De Re Diplomatica cum Barbaris*: legados, legaciones y evolución de los procesos diplomáticos del Imperio romano de Oriente en relación a su *limes* septentrional durante la segunda mitad del «largo» siglo VI. Tesis (Programa de Doctorado en Historia, Cultura Escrita y Pensamiento). Facultad de Filosofía y Letras, Departamento de Historia y Filosofía, Universidad de Alcalá, 2017, 832 p.

FIGUEIREDO, Daniel de. Inventivas e panegíricos na Antiguidade Tardia. *Romanitas – Revista de Estudos Grecolatinos*, n. 6, p. 166-171, 2015.

FINLEY, Moses. *A política no mundo antigo*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

FRANCHI, Ana Paula. O discurso panegirístico e a legitimação do poder no século IV D.C. *Revista Vernáculo*, n. 19 e 20, p. 99-108, 2007.

FRANCHI, Ana Paula. Poder imperial e legitimação no século IV d. C.: o caso do “Panegírico de Constantino”. 2009. 100 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2009

FRIGHETTO, Renan. Algumas considerações sobre o poder político na Antiguidade Clássica e na Antiguidade Tardia. *Revista Stylos*. n. 13, p. 37-47, 2004. Buenos Aires: Universidad Católica da Argentina.

FRIGHETTO, Renan. *Antiguidade Tardia: Roma e as Monarquias Romano-Bárbaras numa época de transformações (Séculos II-VIII)*. Curitiba: Juruá, 2012.

FRIGHETTO, Renan. Cuando la confrontación genera la colaboración: godos, romanos y el surgimiento del reino hispanogodo de Toledo (siglos V-VI). In.: Vínculos de História, núm. 7 (2018).

FRIGHETTO, Renan. Política e Poder na Antiguidade Tardia: uma abordagem possível. *História Revista*, Goiânia, v. 11. n. 1. p. 161-177. jan.-jun./2006.

FRIGHETTO, Renan. Transformação e tradição: A influência do pensamento político e ideológico do mundo romano clássico na Antiguidade Tardia. *Revista Diálogos*. v. 12. n. 2/ n. 3. p. 19-42. Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2008.

GALLO, Rodrigo Fernando. A teoria das formas de governo na Antiguidade. *Rónai – Revista de Estudos Clássicos e Tradutórios*. v. 1. n. 2. p. 79-93. Juiz de Fora: UFJF, 2013.

HIDALGO DE LA VEGA, María José. Algunas reflexiones sobre los límites del *olkoumene* en el Imperio Romano. *Gerión*, 2005, 23, núm. 1, p. 271-285.

HIDALGO DE LA VEGA, María José. Ecumenismo Romano: Entre utopia y realidad. *Studia Historica*, 26, 2008, p. 47-62.

KALDELLIS, Anthony. *Procopius of Caesarea: Tyranny, History, and Philosophy at the End of Antiquity*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press, 2004.

KALDELLIS, Anthony. *The Byzantine Republic: People and Power in New Rome*. Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 2015.

KALLI, Maria K. *The Manuscript Tradition of Procopius' Gothic Wars: A reconstruction of family in the light of a hitherto unknown manuscript (Athos, Lavra H-73)*. München, Leipzig: K. G. Saur, 2004.

LETHABY, William Richard; SWAINSON, Harold. *The church of Sancta Sophia Constantinople: A study of byzantine building*. London: Macmillan, 1894.

LEISTER, Margareth Anne. A polis ateniense. In: *Revista Mestrado em Direito*. Ano 6, n. 1. p. 15-27, 2006. Osasco: Unifio.

LLOYOD, Alan B (Org.). *A companion to Ancient Egypt*. Volume I. Singapore: Wiley-Blackwell, 2010.

LLOYOD, Alan B (Org.). *A companion to Ancient Egypt*. Volume II. Singapore: Wiley-Blackwell, 2010.

MACRIDES, Ruth; MAGDALINO, Paul. The architecture of ekphrasis: construction and context of Paul the Silentiary's poem on Hagia Sophia. *Journal of Byzantine and Modern Greek Studies*. Vol. 12. p. 41-82, 1988. England: Cambridge University Press.

MAMEDES, Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes. Conflitos e negociações na corte do Imperador Justiniano. *Anais do XVII encontro de História da ANPUH-RIO*. RJ: ANPUH, 2016.

MAMEDES, Kelly Cristina da Costa Bezerra de Menezes. *Guerras Secretas: Conflitos e Negociações na Corte do Imperador Justiniano*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2018, 306 p.

MANGO, Cyril. Hagia Sophia. In: KAZHDAN, Alexander P. (Org.). *Oxford Dictionary of Byzantium*. Vol II. New York: Oxford University Press, 1991. p. 892-895.

MANGO, Cyril. *The Art of the Byzantine Empire 312-1453: Sources and Documents*. Toronto: University of Toronto Press, 1986.

MARQUES, Juliana Bastos. *Tradição e renovações da identidade romana em Tito Lívio e Tácito*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2007.

MARTINS, Paulo. Uma visão periegemática sobre a écfrase. *Revista Clássica*. v. 29, n. 2, p. 163-204, 2016.

MENDES, Simone Rezende da Penha. *Paulo e a ekklesia de Corinto: Conflitos sociais e disputa de autoridade no período paleocristão*. Dissertação (Mestrado) – Programa de

Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012, 182 p.

MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura. Diocleciano e Constantino: A construção do Dominato. In: MENDES, Norma Musco; SILVA, Gilvan Ventura (Orgs.). *Repensando o Império Romano: Perspectiva socioeconômica, política e cultural*. ES: EDUFES, 2006, p. 193-221.

O'MERA, Dominic J. Neoplatonism. In: KAZHDAN, Alexander P. (Org.). *Oxford Dictionary of Byzantium*. Vol II. New York: Oxford University Press, 1991. p. 1455-1456.

PEDROSO, Rodrigo Rodrigues. *A divisão dos regimes políticos em Aristóteles*. 2015. 144 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Programa de Pós-Graduação em Filosofia: Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

PLÁCIDO SUÁREZ, Domingo. La ecúmene romana: espacios de integración y exclusión. *Studia Historica*, 26, 2008, p. 15-20.

PINTO, Otávio Luiz Vieira. *O mais belo ornamento de Roma: administração, ofícios e o projeto burocrático nas variaes de Cassiodoro (507-540 D.C.)*. 2012, 196 p. Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, 2012.

POHLMANN, Janira Feliciano. *Uma identidade cristã-nicena: Graciano e Valentiniano II sob a pena de Ambrósio, Bispo de Milão (374-392 d. C.)*. 243 f. Tese (Doutorado em História). Programa de Pós-Graduação em História: Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

REIS, Maria Dulce. Democracia Grega: A antiga Atenas (Séc. V a. C.). *Sapere Aude*. Belo Horizonte, v. 9 – n. 17, p. 45-66, Jan./Jun. 2018.

RIVEROS, José Marín. *Textos históricos: desde el Imperio Romano hasta el siglo VIII*. Santiago: RIL editores, 2003.

RUNCIMAN, Steven. *A civilização Bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1977.

RUNCIMAN, Steven. *A teocracia Bizantina*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

SEBASTIANI, Breno Battistin. A política como objeto de estudo: Tito Lívio e a reflexão historiográfica romana do século I a. C. *Revista de História*. 154 n. 1, 2006, p. 297-315.

SENNETT, Richard. *Carne e Pedra: O corpo e a cidade na civilização ocidental*. Rio de Janeiro: Record, 2003.

SOUSA, Rafael Domingos de. *O Hino das Encênias da Basílica da Santa Sabedoria em Constantinopla*. Dissertação (Mestrado em Letras – Literaturas Clássicas e Medievais). Programa de Pós-Graduação em Letras – Estudos Literários: Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2016.

TAVEIRA, Celso. *O modelo político da autocracia bizantina: fundamentos ideológicos e significado histórico*. Tese (Doutorado em História Social) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-Graduação em História Social, São Paulo, 2002.

TREADGOLD, Warren. Procopius of Caesarea. In: *The early byzantine Historians*. London: Palgrave Macmillan, 2010, p. 176-218.

VEGETTI, Mário. Realeza e filosofia em Platão. In: BRISSON, Luc; FRONTEROTTA, Francesco (orgs.). *Platão: Leituras*. São Paulo: Edições Loyola, 2011, p. 187-202.

VENTURA, Gilvan. *Reis, santos e feiticeiros: Constâncio II e os fundamentos místicos da basileia (337 – 361)*. Vitória: EDUFES, 2015.

VERNANT, Jean Pierre. *As origens do pensamento grego*. Rio de Janeiro: Editora Difel, 2002.

ZILLES, Urbano. Filosofia e teologia na Idade Média. *Teocomunicação*. Porto Alegre. v. 43. n. 1. p. 106-129. jan./jun. 2013.

DICIONÁRIOS E LÉXICOS:

BAILLY, Anatole; BRÉAL, Michel. *Dictionnaire étymologique latin*. Paris: Librairie Hachette et cie, 1885.

CHANTRAINE, Pierre. *Dictionnaire étymologique de la langue grecque*. Paris: Éditions Klincksieck, 1968.

FERRARI, Silvio. Teocracia. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, 1237-1238.

ΦΕΞΗ, Αναστάσιου Δ. *Λεξικόν ελληνο-λατινικόν*. Αθήνας: Βιβλιοεκδότικων Καταστήματων, 1908.

GUZZINI, Stefano. Relational power. In: DOWDING, Keith. *Encyclopedia of power*. Los Angeles, California: SAGE Publications, 2011, p. 563-566.

ISIDRO PEREIRA, S. J. *Dicionário Grego - Português e Português - Grego*. 8. Ed. Braga: Livraria Apostolado da Imprensa, 1998.

LIDDELL, Henry George; SCOTT, Robert. *Greek-English Lexicon*. Great Britain: Oxford University Press, 1968.

STEPHANUS, Henricus. *Θής-Αύρος Τῆς Ἑλληνικῆς Γλῶσσῆς*. Praga: Thesaurus graecae linguae, 1570.

STOPPINO, Mário. Poder. In: BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 933-943.

WYLLIE, J. M. (Org.). *Oxford Latin Dictionary*. Oxford, United Kingdom: Oxford University Press, 1968.